



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

SAULO BRANDÃO DE AQUINO

**ESTUDO DA INTERNACIONALIZAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE
BRASILEIRA BASEADO EM MOBILIDADE ACADÊMICA, ASPECTOS
INSTITUCIONAIS E CENÁRIO EXTERNO: O CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Salvador

2016

SAULO BRANDÃO DE AQUINO

**ESTUDO DA INTERNACIONALIZAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE
BRASILEIRA BASEADO EM MOBILIDADE ACADÊMICA, ASPECTOS
INSTITUCIONAIS E CENÁRIO EXTERNO: O CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete

Salvador

2016

Escola de Administração - UFBA

A657 Aquino, Saulo Brandão de.

Estudo da internacionalização em uma universidade brasileira baseado em mobilidade acadêmica, aspectos institucionais e cenários externos: o caso da Universidade Federal da Bahia / Saulo Brandão de Aquino. – 2016.

125 f.

Orientadora: Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016.

1. Universidade Federal da Bahia – Educação - Cooperação internacional - Estudo de casos. 2. Cooperação universitária – Administração - Brasil. 3. Universidades e faculdades – Cooperação internacional - Estudo comparado. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 378.05

SAULO BRANDÃO DE AQUINO

**ESTUDO DA INTERNACIONALIZAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE
BRASILEIRA BASEADO EM MOBILIDADE ACADÊMICA, ASPECTOS
INSTITUCIONAIS E CENÁRIO EXTERNO: O CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Universidade Federal da Bahia

Aprovada em 15 de agosto de 2016.

Profª. Dra. Elsa Sousa Kraychete - Orientadora
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Roberto Brasileiro Paixão
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profª. Dra. Mariluce De Souza Moura
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Roberto Fernandes Silva Andrade
Doutor em Física pelo Universitat Regensburg, Alemanha
Professor Titular da Universidade Federal da Bahia

Profª. Dra. Elga Lessa de Almeida
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Às minhas amadas esposa e filha, por tudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela minha existência.

À minha família que constituí, por todo apoio, amor, compreensão e carinho.

Aos meus pais por todo amor, educação e valores que me foram ensinados.

Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos pela torcida e compreensão nos momentos em que tive que me ausentar.

À minha orientadora pela disposição em ajudar e me motivar.

Aos professores e demais servidores da UFBA que colaboraram com a pesquisa.

Aos professores e funcionários da Escola de Administração por todo apoio.

Aos colegas de turma pelo coleguismo e ajuda mútua ao longo do curso.

In the end, it's not the years in your life that count.

It's the life in your years.

Autor desconhecido

AQUINO, Saulo Brandão de. Estudo da Internacionalização em uma Universidade Brasileira Baseado em Mobilidade Acadêmica, Aspectos Institucionais e Cenário Externo: o Caso da Universidade Federal da Bahia. 2016 125 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

Esta dissertação trata da investigação da internacionalização em um ambiente universitário brasileiro, baseada em três dimensões: aspectos institucionais, mobilidade acadêmica e cenário externo. Para tanto, foi feito um estudo de caso da Universidade Federal da Bahia a fim de se obter dados que pudessem ajudar a explicar o panorama atual da internacionalização. Ao longo da pesquisa foram explorados temas como benefícios, características, críticas e desafios para a internacionalização em universidades brasileiras. Para auxiliar a pesquisa deste estudo de caso, foram definidos 25 indicadores a serem investigados direta ou indiretamente durante o estudo. Devido à complexidade deste estudo, diversos tipos de dados foram coletados para entender o nível de internacionalização da UFBA, tais como processos, documentos oficiais, organogramas, indicadores de mobilidade acadêmica e rankings internacionais. Esta pesquisa não se limitou a fazer uma análise interna, mas procurou realizar comparativos com outras universidades do mesmo estado, do Brasil e do mundo. Para os comparativos internacionais, foi adotado o *Times Higher Education* (THE) como *ranking* de referência. Para complementar o entendimento do panorama desta universidade, foram realizadas entrevistas com setores fundamentais para a viabilização da internacionalização.

Palavras-chave: Universidade, Internacionalização, Mobilidade Acadêmica, UFBA.

AQUINO, Saulo Brandão de. Study of Internationalization in a Brazilian University Based on Academic Mobility, Institutional Aspects and External Scenario: The Case of Universidade Federal da Bahia. 2016 125 f. Master's Dissertation. Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ABSTRACT

This research is aimed to investigate the internationalization in a typical Brazilian university environment based on three dimensions: institutional aspects, academic mobility and external scenario. The Federal University of Bahia was chosen to be analyzed in a case of study in order to obtain data that could help explain the current situation of internationalization of this university. During this research some topics were explored such as benefits, characteristics, reviews and challenges for internationalization in Brazilian universities. To assist research of this case study, 25 indicators were defined to be investigated directly or indirectly during this study. Due to the investigation's complexity, various types of data were collected to understand the level of internationalization of UFBA, such as processes, organization charts, academic mobility indicators and international rankings. This research was not limited to make an internal analysis, but also sought to make comparative to other universities in Brazil and worldwide. For international comparisons, it was adopted the Times Higher Education (THE) as the reference ranking. In addition to the understanding of this university's overview, some interviews were conducted with key sectors for the viability of internationalization.

Keywords: University, Internationalization, Academic Mobility, UFBA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quadro de pressupostos e suas motivações	22
Quadro 2 - Motivações para internacionalização	47
Quadro 3 - Fases da academia brasileira para cooperação internacional	50
Quadro 4 - Unidades universitárias da UFBA	64
Quadro 5- Evidências de internacionalização nos sites dos programas de pós-graduação	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos geral e específicos	21
Figura 2 - Fluxo da pesquisa utilizando estudo de caso.	24
Figura 3 - Mapeamento metodológico – unidades de análise	26
Figura 4 - Mapeamento metodológico – indicadores	28
Figura 5 - Mapeamento metodológico - técnicas de análise	29
Figura 6 - Mapa mental ilustrando o resumo do tópico.....	40
Figura 7 - Mapa mental ilustrando um resumo do capítulo 3.....	61
Figura 8 - Organograma da Assessoria para Assuntos Internacionais.....	66
Figura 9 - Processo de elaboração de um acordo de cooperação internacional na UFBA.	73
Figura 10 - Processo de elaboração de um acordo de co-tutela na UFBA.	76
Figura 11 – Mapa com quantitativo de bolsistas PDSE em 2015, por país de destino	89
Figura 12 – Mapa com quantitativo acumulado de bolsistas PDSE, por país de destino.....	90
Figura 13 - Mapa com a quantidade de estrangeiros matriculados na UFBA em 2015, por país de origem	95
Figura 14 - Mapa com a quantidade de estrangeiros matriculados na UFBA em 2015 e total acumulado, por país de origem.....	95
Figura 15 - Mapa com a distribuição total de bolsas e população em relação à Bahia	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de acordos de cooperação internacional da UFBA, por país, acumulados até 2016	79
Gráfico 2 - Número de evidências de internacionalização nos sites dos programas de pós-graduação da UFBA	84
Gráfico 3 - Evolução total do programa PAEC por ano	87
Gráfico 4 - Evolução do número de bolsistas PDSE	92
Gráfico 5 - Estudantes estrangeiros na UFBA por regiões, em 2015.	96
Gráfico 6 - Total de estudantes estrangeiros matriculados na UFBA.....	98
Gráfico 7 - Quantitativo acumulado de bolsas por país de destino, até janeiro de 2016.....	100
Gráfico 8 - Quantitativo acumulado de bolsas por área, até janeiro de 2016.....	101
Gráfico 9 - Total acumulado de bolsas por instituição na Bahia, até janeiro de 2016.....	103
Gráfico 10: Quantitativo acumulado de bolsas de pós-graduação por região, até janeiro de 2016	104
Gráfico 11 - Quantitativo de bolsas do programa Ciência sem Fronteiras, por estado.	106
Gráfico 12 - Quantitativo de universidades presentes na lista das 200 melhores do mundo por país, segundo a THE em 2016.	111
Gráfico 13 - Quantitativos de universidades brasileiras por faixa de ranking, segundo a THE em 2016.	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas, indicadores e pesos utilizados no THE.....	60
Tabela 2 - Quantitativo de alunos estrangeiros, bolsistas do PAEC, estudando em cursos de pós-graduação da UFBA, por país de origem.....	85
Tabela 3 - Quantitativo de alunos estrangeiros, bolsistas do PAEC, estudando em cursos de pós-graduação da UFBA, por programa.....	86
Tabela 4 - Quantitativo de bolsistas de doutorado da UFBA participantes do programa PDSE, por país de destino	88
Tabela 5 - Quantitativo de bolsistas de doutorado da UFBA participantes do programa PDSE, por programa selecionado.....	90
Tabela 6 - Alunos estrangeiros matriculados em programas de pós-graduação da UFBA por país de origem.....	93
Tabela 7 - Alunos estrangeiros matriculados em programas de pós-graduação da UFBA, por programa.....	96
Tabela 8 - Quantitativo acumulado de bolsas por país de destino, até janeiro de 2016	99
Tabela 9 - Quantitativo acumulado de bolsas por área, até janeiro de 2016.....	101
Tabela 10 - Total acumulado de bolsas por instituição na Bahia, até janeiro de 2016	102
Tabela 11 - Quantitativo acumulado de bolsas de pós-graduação por região, até janeiro de 2016	103
Tabela 12 - População por região	104
Tabela 13 - Quantitativo de bolsas do programa Ciência sem fronteiras, por estado.....	105
Tabela 14 - Participação dos Estados no PIB brasileiro.	107
Tabela 15 - Faixas de ranking da THE utilizada para o cálculo do ranking de 2016	109
Tabela 16 - Quantitativo de universidades presentes na lista das 200 melhores do mundo por país, segundo a THE, 2016.....	110

Tabela 17 - Quantitativo de universidades no ranking das 200 mais internacionalizadas da THE de 2016, agrupado por país	112
Tabela 18 - Ranking de 2016 das universidades brasileiras pelo THE.....	113
Tabela 19 - Quantitativo de universidades brasileiras por faixa de ranking	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI	Assessoria para Assuntos Internacionais
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CsF	Ciência sem Fronteiras
EAUFBA	Escola de Administração
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NPGA	Núcleo de Pós Graduação em Administração
NPGA	Núcleo de Pós-graduação em Administração
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAEC	Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDSE	Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduiche no Exterior
PIB	Produto Interno Bruto
PROPPG	Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
SEAD	Superintendência de Educação a Distância
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGC	Secretaria Geral de Cursos
SIAC	Sistema Acadêmico
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
SUMAI	Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
SUPAC	Superintendência de Administração Acadêmica
SUPAC	Superintendência Acadêmica
THE	Times Higher Education
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

PROF. DR. ROBERTO BRAZILEIRO PAIXÃO	4
Profª. Dra. Mariluce De Souza Moura	4
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETO DE ESTUDO.....	17
1.2 PROBLEMA, OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
1.3 PREMISSAS E PRESSUPOSTOS	21
1.4 METODOLOGIA ADOTADA.....	22
2 A RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E A INTERNACIONALIZAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA.....	31
2.1. A UNIVERSIDADE NA IDADE MÉDIA	31
2.2 UNIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA	34
2.3 UNIVERSIDADES NO BRASIL	35
2.4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.....	38
3 INTERNACIONALIZAÇÃO.....	41
3.1 CONCEITOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO	41
3.1.1 Críticas.....	43
3.1.2 Características	45
3.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL.....	48
3.3 O PAPEL DA CAPES.....	53
3.4 OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	56
3.5 RANKINGS INTERNACIONAIS.....	59
4 ESTUDO DE CASO DA UFBA: COLETA DE DADOS, APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	62
4.1 APRESENTAÇÃO DA UFBA E DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS	62
4.1.1 Entrevistas.....	67
4.1.2 Processos.....	72
4.1.3 Acordos de Cooperação Internacional.....	78
4.1.4 Planejamento.....	80
4.1.5 Análise dos sites institucionais dos programas de pós-graduação da UFBA	82

4.2 MOBILIDADE ACADÊMICA.....	84
4.3 CENÁRIO EXTERNO.....	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETO DE ESTUDO

A motivação para escolha desta temática originou-se nos estudos da cooperação internacional para o desenvolvimento. Ao analisarmos especialmente os aspectos da cooperação internacional acadêmica, percebemos que esta temática tem sido muito estudada em diversas e importantes instituições internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, além de várias renomadas instituições internacionais de ensino.

A importância que a educação recebe das instituições globais pode ser exemplificada no relatório *UNESCO Education Strategy 2014-2021* (2014). Neste documento, evidencia-se que a comunidade internacional está elaborando uma agenda global para o desenvolvimento sustentável, onde tanto a UNESCO quanto a UNICEF estão liderando as consultas relacionadas ao futuro da educação. Nesta agenda global para o desenvolvimento sustentável, o comitê responsável teria apontado a educação como sendo um dos principais focos.

A educação do ponto de vista global mereceu destaque ao mencionar seu segundo objetivo estratégico: capacitar aprendizes a serem cidadãos globais criativos e responsáveis. Segundo este mesmo relatório da UNESCO, nos próximos 8 anos a instituição ampliará consideravelmente suas ações para apoiar os países membros a desenvolver sistemas educacionais eficazes que ajudem os estudantes a obter conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e comportamentos que são necessários para forjar uma sociedade mais pacífica, inclusiva, equilibrada e sustentável. A UNESCO segue afirmando que a educação pode capacitar tanto crianças quanto jovens e adultos a tomarem decisões em nível local, nacional e mesmo global, e cooperar no cumprimento de desafios atuais e emergentes num mundo cada vez mais interconectado (2014).

É importante deixar registrado que a internacionalização por si só, não significa muito para a instituição de ensino. Sua importância não deve ser superestimada ao ponto em que se confunda com o objetivo da instituição educacional que é a qualidade do ensino, preparando e qualificando pessoas para tentar solucionar os problemas da sociedade. Ao invés disto, a

internacionalização deve ser vista como um meio, como parte de uma estratégia para atingir seus objetivos. De fato, isto pode ser um facilitador, quando se estabelecem laços de pesquisa com centros de excelência de outros países que estejam pesquisando soluções para problemas similares. Vários benefícios podem ser percebidos: possibilidade de agilizar a pesquisa na busca pela solução almejada, eficiência no uso dos recursos materiais e humanos, compartilhamento de dados, uso de tecnologias não disponíveis no país de origem, além da integração dos povos e projeção da imagem do país.

Já há alguns anos a internacionalização na educação superior vem sendo estudada, seja em artigos científicos, seminários ou congressos sobre o tema. Mas não é apenas como assunto na produção científica que ela vem assumindo cada vez mais grande importância. Na gestão universitária a internacionalização já é reconhecida como um aspecto imprescindível em qualquer universidade moderna, e justamente por isso, está presente nos planejamentos estratégicos institucionais. A internacionalização também recebe destaque nas políticas nacionais para a educação, quando são estimuladas e promovidas por meio de acordos de cooperação internacional entre países parceiros, alinhando as iniciativas por meio de editais que contemplam bolsas de estudo. Desta forma, as políticas acabam direcionando as cooperações universitárias e moldando acordos conforme os interesses nacionais. Esse direcionamento pode se dar tanto em relação à escolha dos países parceiros, quanto às áreas de estudo que serão patrocinadas pelo Estado.

Apesar disto, há espaço para que cada universidade federal brasileira tenha seu planejamento próprio e realize cooperação com outras instituições de ensino de outros países conforme sua vocação.

Dentro do conceito de internacionalização nas universidades, um fator considerado muito importante e que será tratado neste estudo é o da mobilidade acadêmica. Entender como se dá a mobilidade acadêmica, analisando seu fluxo dentro de uma determinada Universidade, auxilia no entendimento de suas possíveis vocações e pode tanto refletir parcerias institucionais, projetos isolados, como até mesmo parcerias estratégicas.

O número de estudantes que desejam estudar no exterior tem aumentado à medida em que várias instituições de ensino superior disputam pelas mentes mais brilhantes. Esta crescente disputa pelos melhores estudantes se dá em âmbito regional, onde novos destinos oferecem programas mais acessíveis e culturalmente interessantes em relação aos destinos tradicionais. Dados da UNESCO apontam que, em 2013, mais de 4,1 milhões de estudantes de todo o mundo foram estudar no exterior, o que representa um aumento de quase 100% em

relação aos 2 milhões de estudantes matriculados em 2000. Ainda segundo a UNESCO (2016), este número representaria 1,8% de todas as inscrições no ensino superior, ou seja, de cada 100 alunos matriculados, aproximadamente 2 seriam de outros países.

Mapear o panorama de internacionalização de uma determinada Universidade, por certo, é algo muito complexo, uma vez que não há consenso ou fórmula pronta para definir quais critérios devem ser abordados. Um bom mapeamento deve procurar entender se a instituição propicia condições que estimulem a cooperação acadêmica com instituições de ensino de outros países. Isto inclui verificar se a instituição possui alguma área ou setor específico para apoiar as parcerias e disponibilizar processos, verificar se há apoio jurídico para viabilizar legalmente as cooperações, checar se há iniciativa institucional que estimule a criação de redes de cooperação entre pesquisadores da instituição, mapear os convênios existentes com outras universidades, dentre outros.

No entanto, a busca pela internacionalização das universidades brasileiras é repleta de obstáculos: a língua pode ser uma barreira, na medida em que o português é muito pouco utilizado nas principais instituições receptoras de alunos estrangeiros; a quantidade de cursos proferidos em língua inglesa pelas universidades brasileiras ainda é insignificante; a distância geográfica entre o Brasil e outros países é um limitador na escolha como país de destino de estudantes provenientes da mobilidade acadêmica.

Por fim, não há de se falar de internacionalização sem que se mencione os rankings acadêmicos. É importante entender como se situam as universidades brasileiras nos principais rankings internacionais. Mas é igualmente importante entender que qualquer tentativa de comparar instituições extremamente complexas e subjetivas entre si pode recair em imprecisões, pois vários fatores precisam ser considerados, tais como aspectos históricos, geopolíticos, culturais, legislações locais e suas burocracias, dentre outros. Portanto, é fundamental que se entenda quais os principais critérios adotados para que se dê a devida importância, sem que essa temática seja superestimada, mas que ao mesmo tempo seja aproveitada como o que de fato é: um recurso com metodologias próprias, para auxiliar no comparativo entre universidades, baseado em critérios bem específicos.

Apesar deste tema já ser abordado há algum tempo com muita ênfase nos meios acadêmicos, após uma pesquisa, não verificamos um estudo sobre a internacionalização na Universidade Federal da Bahia – UFBA. Como ambos, orientador e orientando fazemos parte desta Universidade, achamos que esta seria uma oportunidade desafiadora para produzirmos uma pesquisa que, ao mesmo tempo em que entendemos preencher uma lacuna acadêmica

sobre o assunto, podemos contribuir para evidenciar qual o panorama sobre a internacionalização que a UFBA se encontra, entendendo desafios e oportunidades que possam surgir deste trabalho para esta Universidade. Portanto, pretendemos fazer um estudo de caso sobre o panorama de internacionalização na Universidade Federal da Bahia.

Todavia, cientes de que mapear um panorama deste porte é algo bastante complexo, e que possuímos restrições de tempo e acesso aos dados, deixamos claro desde a descrição do título, que define as três dimensões exploradas, quanto na sessão de metodologia, as limitações e o escopo que tivemos que considerar para traçar este panorama.

Esta dissertação obedecerá às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) disponibilizadas no Manual de Estilo Acadêmico, elaborado por Lubisco e Vieira (2013), recomendado pelo Núcleo de Pós-graduação em Administração (NPGA) da UFBA.

1.2 PROBLEMA, OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

De acordo com o objeto de estudo apresentado anteriormente, foi definido o seguinte problema de pesquisa:

Como vem se dando a internacionalização na Universidade Federal da Bahia sob o aspecto da mobilidade acadêmica, aspectos institucionais e cenário externo, desde 2011 até o presente momento?

Dada a importância que o tema *internacionalização em universidades* tem tido nos últimos anos, e a carência de estudos acadêmicos que investiguem de forma abrangente a internacionalização da Universidade Federal da Bahia, optou-se por escolher este problema como questão norteadora desta pesquisa. A opção pela UFBA como objeto a ser pesquisado em um estudo de caso deve-se não apenas pela importância desta instituição em nível nacional, mas também por este autor fazer parte desta instituição, facilitando o acesso a documentos institucionais e entrevistas previstas nesta pesquisa. É importante ressaltar que, por meio dos resultados obtidos por esta dissertação, pode-se contribuir para melhoria do processo de gestão da internacionalização da UFBA e agregar em trabalhos futuros propostas de controle de novos indicadores bem como ferramentas para geri-los.

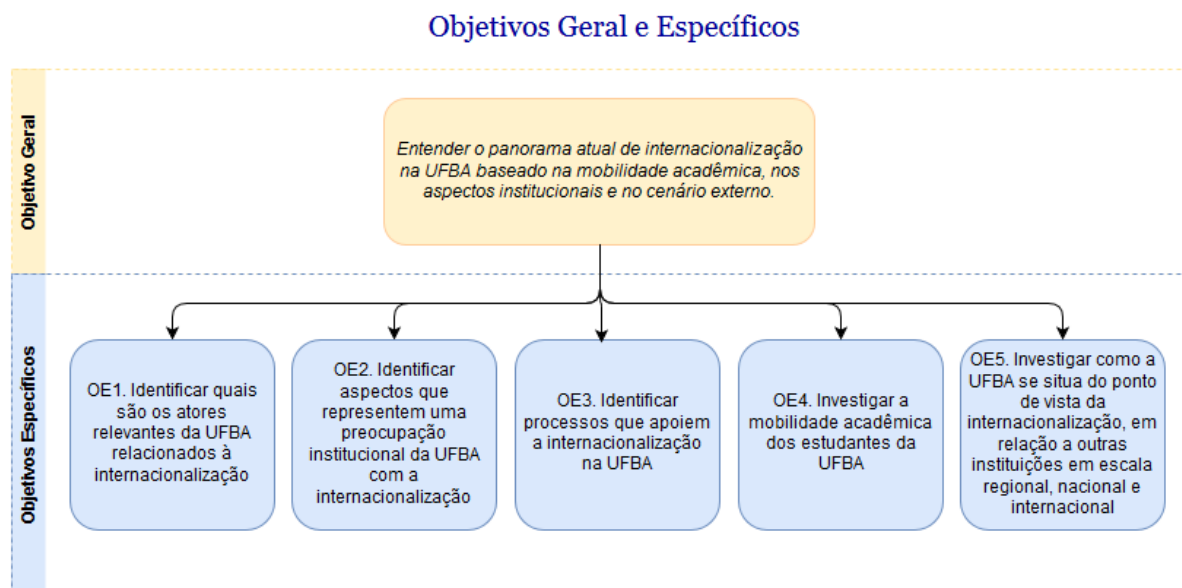
A partir da definição do problema, decidiu-se que esta pesquisa tem como objetivo geral:

Entender o panorama atual de internacionalização na UFBA baseado na mobilidade acadêmica, nos aspectos institucionais e no cenário externo.

A partir do objetivo geral, cabe esclarecer que, quando se cita “aspectos institucionais”, estão sendo incluídas a investigação da estrutura organizacional, dos processos e do planejamento institucional.

Para dar suporte a este objetivo geral, foram definidos, conforme a figura abaixo, os seguintes objetivos específicos:

Figura 1 - Objetivos geral e específicos



1.3 PREMISSAS E PRESSUPOSTOS

Com o intuito de responder ao problema de pesquisa e seguir com o aprofundamento teórico deste trabalho, foram considerados 1 premissa e 2 pressupostos.

Para esta pesquisa, foi adotada a seguinte premissa:

A UFBA ainda possui uma cultura incipiente sobre a internacionalização nos seus mais diversos setores.

Esta premissa surgiu a partir da experiência empírica do autor desta pesquisa, ao conversar com professores da UFBA a respeito da internacionalização da instituição. Some-se a isto a análise de importantes rankings internacionais acadêmicos que corroboram com tal afirmação.

Os pressupostos desta pesquisa e suas respectivas motivações são descritos no quadro abaixo:

Quadro 1- Quadro de pressupostos e suas motivações

Pressupostos	Motivações
Muitas iniciativas de cooperação entre instituições de ensino de outros países e a UFBA ocorrem provocadas nas unidades e departamentos desta universidade, ou mesmo frutos de iniciativas pessoais de professores desta instituição, portanto de forma descentralizada.	Este pressuposto surgiu a partir da experiência empírica do autor desta pesquisa, ao conversar com professores da UFBA a respeito da internacionalização da instituição. Pretende-se confirmar este pressuposto ao investigar o objetivo específico OE1.
O direcionamento dos acordos de cooperação da UFBA e da mobilidade acadêmica é influenciado pelas políticas nacionais em educação.	Este pressuposto surgiu a partir de indicadores disponíveis no site do programa Ciência sem Fronteiras http://www.cienciasemfronteiras.gov.br que mostra um crescimento expressivo na distribuição de bolsas e doutorados sanduiche nos últimos 4 anos. Ao longo do aprofundamento desta pesquisa, pretende-se confirmar esta relevância nos números, apresentando gráficos e comparando a evolução da UFBA com o resto do país. Pretende-se confirmar este pressuposto ao investigar os objetivos específicos OE4 e OE5.

1.4 METODOLOGIA ADOTADA

Esta dissertação está fundamentada em um estudo de caso sobre a internacionalização na Universidade Federal da Bahia. Pretende-se fazer uso de pesquisas bibliográficas para entender o contexto, a importância, as características, os benefícios e os desafios da internacionalização no ensino superior. Além disto, pretende-se investigar como se dá a internacionalização no contexto atual e a importância das cooperações acadêmicas. Estas pesquisas bibliográficas abrangem livros, artigos, teses, dissertações, documentos institucionais, além de algumas informações disponíveis em sites e outros meios eletrônicos.

A metodologia do estudo de caso será fundamentada pelo livro *Estudo de Casos: Planejamento e Métodos* de Robert K. Yin (2010) a fim de organizar e nortear a pesquisa que será feita na referida universidade por meio de entrevistas, observação direta, mapeamento de processos e análise documental.

Para efeito de organização, os 5 objetivos específicos foram classificados nas três dimensões previstas no título desta dissertação: mobilidade acadêmica, aspectos institucionais e cenário externo. Além disto, cada objetivo específico estará associado a unidades de análise. A partir de cada unidade de análise serão definidos os 25 indicadores a serem coletados e analisados nesta pesquisa. Dada a complexidade de se explicar um panorama, foram propostos vários tipos de dados tais como dados quantitativos oriundos de sistemas e bases de dados, gráficos, séries temporais, processos, além de análises de documentos oficiais.

Após um estudo sobre os principais métodos científicos disponíveis para se efetuar uma pesquisa acadêmica, chegou-se à conclusão que o método mais adequado para ser utilizado na investigação deste objeto de estudo seria o estudo de caso. Após uma verificação deste objeto, foram feitas as seguintes constatações:

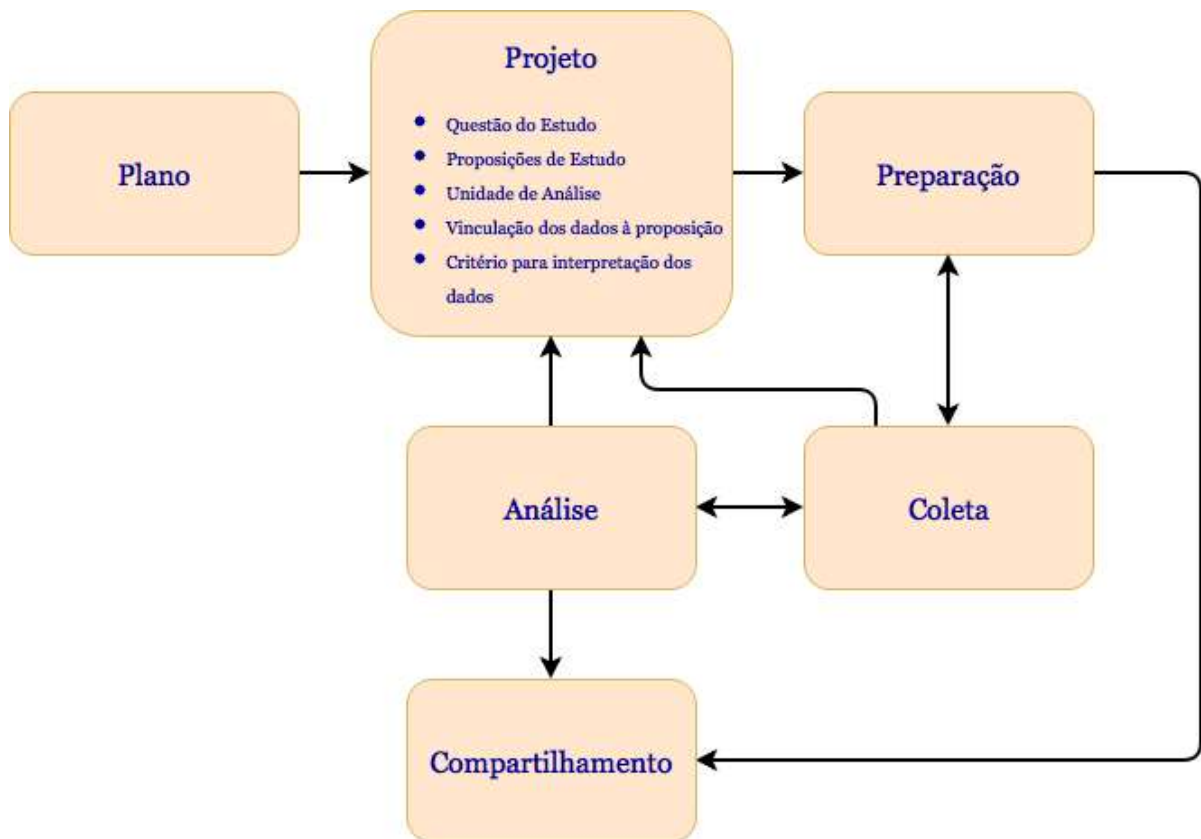
- Verificou-se que o tipo de questão de pesquisa utilizado é compatível com as questões tipicamente utilizadas em estudo de caso;
- O investigador deste trabalho tem pouco controle sobre os eventos ocorridos internamente dentro desta área de estudo, porém tem acesso para a pesquisa;
- Este trabalho trata de um estudo contemporâneo sobre o panorama atual da internacionalização da UFBA¹;
- Trata-se de um fenômeno organizacional, real, que abrange comportamento de grupos, processos organizacionais e relações internacionais;
- Finalmente, trata-se de uma investigação eminentemente qualitativa, mas auxiliada e substanciada com dados quantitativos.

Tais características apontam para o uso do estudo de caso como método a ser escolhido para esta pesquisa.

Foi adotado como modelo o fluxo de pesquisa utilizando estudo de caso, proposto por Yin (2010), conforme figura a seguir:

¹ Mesmo fazendo uma breve regressão histórica no levantamento bibliográfico, esta foi feita com o intuito de contextualizar o objeto a ser estudado.

Figura 2 - Fluxo da pesquisa utilizando estudo de caso.



Fonte: Adaptado de Yin (2010)

Uma vez entendido que o estudo de caso é o método mais apropriado para a investigação deste trabalho, a próxima etapa foi elaborar o projeto do estudo de caso. Nesta fase é fundamental que se descreva algumas características do estudo bem como que se faça um bom planejamento da sua pesquisa, atrelando a coleta dos dados aos objetivos pretendidos.

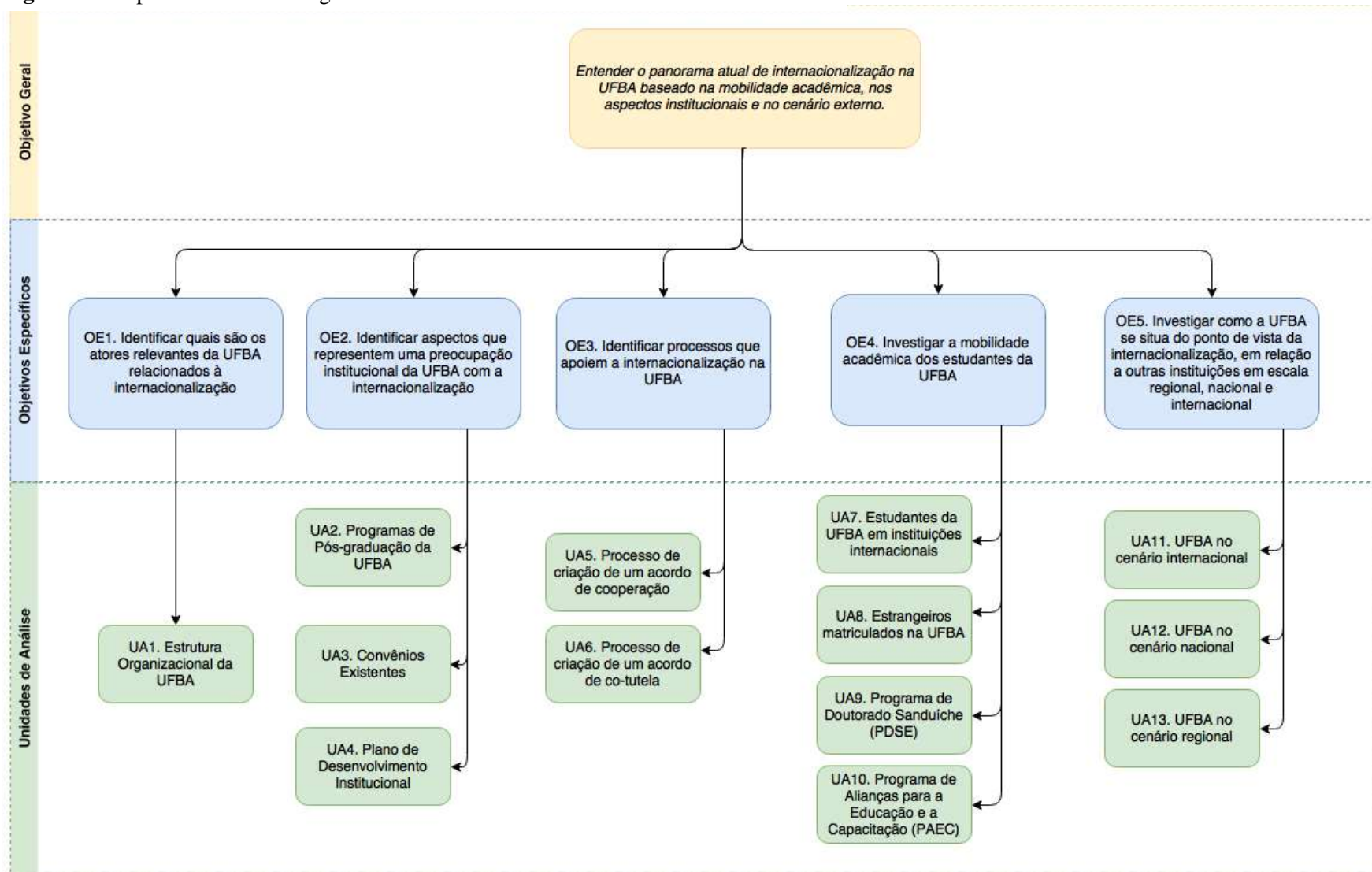
Em relação às características do estudo de caso, foram feitas as seguintes observações:

- Trata-se de um estudo de caso único, tendo a internacionalização na UFBA como caso a ser estudado;
- Trata-se de um caso representativo de uma universidade de reconhecida importância regional e nacional;
- É um estudo de caso integrado, pois visa a estudar diversas unidades de análise;

Seguindo as recomendações para elaboração de uma boa pesquisa, este pesquisador teve o cuidado de mapear o caminho metodológico a ser percorrido ao longo das investigações, desde o objetivo geral, objetivos específicos, unidades de análise, indicadores

até chegar aos dados a serem obtidos, incluindo as técnicas de coleta e de análise. Para tanto, foram elaboradas três figuras que mostram a trajetória da pesquisa na busca pelas respostas aos objetivos e ao problema, traçados inicialmente. Para elaboração deste mapeamento metodológico foi utilizada a ferramenta “*draw.io*”.

Figura 3 - Mapeamento metodológico – unidades de análise



A figura 3 ilustra o caminho metodológico utilizado nesta pesquisa partindo desde o objetivo geral, descrevendo os objetivos específicos e suas respectivas unidades de análise inerentes a cada um. Como pode-se perceber, foram criados 5 objetivos específicos com intuito de dar suporte ao objetivo geral e desta forma, responder ao problema de pesquisa. Para cada objetivo específico foram especificadas uma ou mais unidades de análise, totalizando 13. As unidades de análise são áreas a serem estudadas, contendo informações úteis para investigação de cada objetivo específico.

Cada unidade de análise será investigada e fornecerá indicadores úteis que serão vinculados por meio delas aos objetivos específicos conforme a figura 4.

Para efeito de organização, foram utilizadas as siglas “OE” seguidas de uma numeração sequencial para identificar os objetivos específicos. Da mesma forma, foram utilizadas as siglas “UA” seguidas de uma numeração sequencial para identificar as unidades de análise apresentadas neste trabalho.

Além disto, os objetivos específicos e suas respectivas unidades de análise foram organizadas de tal modo que: os três primeiros objetivos específicos (OE1, OE2 e OE3) refletem os aspectos institucionais; o quarto objetivo específico (O4) representa a mobilidade acadêmica e o quinto e último objetivo específico (OE5) abrange o cenário externo. Não por acaso, representam as dimensões previstas neste estudo, aderentes ao título desta pesquisa que já as previu.

Na figura mostrada a seguir, são apresentados os dados coletados e agrupados a partir de cada unidade de análise. Também são listadas as fontes de evidência utilizadas para cada coleta. De forma análoga ao que foi utilizado com as unidades de análise e com os objetivos secundários, para efeito de organização foi criada a sigla “I” seguida de uma numeração sequencial para identificar cada indicador utilizado.

Figura 4 - Mapeamento metodológico – indicadores

Unidades de Análise	Fontes de Evidência	Indicadores
UA1. Estrutura Organizacional da UFBA	Documentação, registros em arquivos, sites	I1. Organograma da UFBA
		I2. Identificação e caracterização do setor responsável pela Internacionalização na UFBA
UA2. Programas de Pós-graduação da UFBA	Documentação, registros em arquivos, sites	I3. Identificação dos programas de pós-graduação da UFBA
		I4. Classificação dos programas de pós-graduação segundo avaliação CAPES
		I5. Avaliação dos sites institucionais dos programas de pós-graduação
		I6. Quantitativo de pesquisadores de cada programa por nível CNPQ
		I7. Identificação dos convênios existentes entre a UFBA e instituições estrangeiras
UA3. Convênios Existentes	Documentação, registros em arquivos, sites	I8. Mapeamento dos países que possuem convênio com a UFBA
		I9. Identificação de diretrizes, objetivos e ações que demonstrem preocupação com a internacionalização
UA4. Plano de Desenvolvimento Institucional	Documentação, registros em arquivos, sites	
UA5. Processo de criação de um convênio	Entrevista, registros em arquivos, documentação, sites	I10. Mapeamento do processo de elaboração de um convênio com instituições internacionais
		I11. Mapeamento do processo de elaboração de um acordo de co-tutela com instituições internacionais
UA6. Processo de criação de um acordo de co-tutela	Entrevista, registros em arquivos, documentação, sites	
UA7. Estudantes da UFBA em instituições internacionais	Registros em arquivos, sites, sistemas computacionais	I12. Países mais procurados pelos estudantes da UFBA para intercâmbio
		I13. Áreas mais procuradas pelos estudantes da UFBA para intercâmbio
UA8. Estrangeiros matriculados na UFBA	Sistemas computacionais, registros em arquivo	I14. Países de origem dos estudantes estrangeiros estudando na UFBA
		I15. Áreas mais procuradas pelos estudantes estrangeiros na UFBA
UA9. PDSE	Registros em arquivo	I16. Países mais procurados pelos bolsistas de doutorado da UFBA para intercâmbio
		I17. Áreas mais procuradas pelos bolsistas de doutorado da UFBA para intercâmbio
UA10. PAEC	Registros em arquivo	I18. Países de origem dos bolsistas estrangeiros estudando na UFBA
		I19. Áreas mais procuradas pelos bolsistas estrangeiros na UFBA
UA11. UFBA no cenário internacional	Sites, registros em arquivo	I20. Posicionamento da UFBA no ranking internacional de universidades
		I21. Posicionamento da UFBA no ranking das universidades mais internacionalizadas
UA12. UFBA no cenário nacional	Sistemas computacionais, registros em arquivo	I22. Apoio federal por meio de bolsas a discentes e docentes para estudar no exterior, por região
		I23. Apoio federal por meio de bolsas a discentes e docentes para estudar no exterior, por estado
		I24. Apoio federal por meio de bolsas para discentes e docentes para estudar no exterior, por áreas
UA13. UFBA no cenário regional	Sistemas computacionais, registros em arquivo	I25. Distribuição de bolsas de pós-graduação para estudar no exterior por instituição baiana

Para complementar a fase de projeto do estudo de caso, foi criada a figura abaixo contendo as técnicas de análises previstas na coleta e tratamento dos dados a serem utilizadas.

Figura 5 - Mapeamento metodológico - técnicas de análise

Indicadores	Técnicas de Análise
I1. Organograma da UFBA	Análise de conteúdo qualitativa - estruturação
I2. Identificação e caracterização do setor responsável pela Internacionalização na UFBA	Análise de conteúdo qualitativa - estruturação
I3. Identificação dos programas de pós-graduação da UFBA	Análise de conteúdo qualitativa - estruturação
I4. Classificação dos programas de pós-graduação segundo avaliação CAPES	Análise de conteúdo - estruturação
I5. Avaliação dos sites institucionais dos programas de pós-graduação	Análise de conteúdo qualitativa - sumarização, explicação
I6. Quantitativo de pesquisadores de cada programa por nível CNPQ	Análise de conteúdo - sumarização
I7. Identificação dos convênios existentes entre a UFBA e instituições estrangeiras	Análise de conteúdo - estruturação
I8. Mapeamento dos países que possuem convênio com a UFBA	Análise de conteúdo - sumarização
I9. Identificação de diretrizes, objetivos e ações que demonstrem preocupação com a internacionalização	Análise de conteúdo - sumarização
I10. Mapeamento do processo de elaboração de um convênio com instituições internacionais	Análise de conteúdo qualitativa - estruturação
I11. Mapeamento do processo de elaboração de um acordo de co-tutela com instituições internacionais	Análise de conteúdo qualitativa - estruturação
I12. Países mais procurados pelos estudantes da UFBA para intercâmbio	Análise quantitativa de conteúdo - estruturação, análise de séries temporais
I13. Áreas mais procuradas pelos estudantes da UFBA para intercâmbio	Análise quantitativa de conteúdo - estruturação, análise de séries temporais
I14. Países de origem dos estudantes estrangeiros estudando na UFBA	Análise de conteúdo - estruturação, análise de séries temporais
I15. Áreas mais procuradas pelos estudantes estrangeiros na UFBA	Análise de conteúdo - estruturação, análise de séries temporais
I16. Países mais procurados pelos bolsistas de doutorado da UFBA para intercâmbio	Análise quantitativa, estruturação, análise de séries temporais
I17. Áreas mais procuradas pelos bolsistas de doutorado da UFBA para intercâmbio	Análise quantitativa, estruturação, análise de séries temporais
I18. Países de origem dos bolsistas estrangeiros estudando na UFBA	Análise quantitativa, estruturação, análise de séries temporais
I19. Áreas mais procuradas pelos bolsistas estrangeiros na UFBA	Análise quantitativa, estruturação, análise de séries temporais
I20. Posicionamento da UFBA no ranking internacional de universidades	Análise de conteúdo - estruturação, explicação
I21. Posicionamento da UFBA no ranking das universidades mais internacionalizadas	Análise de conteúdo - estruturação, explicação
I22. Distribuição de bolsas de pós-graduação para estudar no exterior por região	Análise de conteúdo - estruturação, explicação
I23. Distribuição de bolsas de pós-graduação para estudar no exterior por estado	Análise de conteúdo - estruturação, explicação
I24. Distribuição de bolsas de pós-graduação para estudar no exterior por áreas	Análise de conteúdo - estruturação, explicação
I25. Distribuição de bolsas de pós-graduação para estudar no exterior por instituição baiana	Análise de conteúdo - estruturação, explicação

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em 5 capítulos:

No primeiro capítulo, que é a própria introdução, são apresentados o título da pesquisa, problema, objetivo geral, objetivos específicos, premissas e pressupostos, além de uma apresentação do tipo de metodologia e estratégias de pesquisa adotadas.

Os capítulos 2 e 3 foram elaborados através de revisão de literatura produzida por meio do levantamento do referencial teórico. O segundo capítulo faz uma breve contextualização histórica sobre a importância da instituição “universidade” e a presença da internacionalização ao longo dos tempos, no mundo, América Latina e no Brasil. Já o terceiro capítulo trata da internacionalização propriamente dita, explicando sua importância, características, benefícios, impactos, críticas, evidenciando a visão de alguns estudiosos do tema existentes na literatura. Ao final de cada um destes capítulos, será apresentado um mapa mental contendo um resumo dos principais temas abordados.

O quarto capítulo introduz o objeto de estudo, descreve a coleta dos 25 indicadores previstos, e apresenta os resultados seguidos de suas respectivas análises.

Por fim, no quinto capítulo, são descritas as considerações finais. Neste capítulo, faz-se um apanhado das interpretações dos resultados apresentados no quarto capítulo, correlacionando o panorama da UFBA com os aspectos da internacionalização estudados ao longo do capítulo 3.

2 A RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E A INTERNACIONALIZAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

O objetivo deste capítulo é fazer uma breve apresentação sobre a universidade enquanto instituição, desde sua origem até seu surgimento no Brasil, ressaltando a importância estratégica que ela sempre teve e ainda tem, e mostrando de que forma a internacionalização esteve presente.

Este capítulo está estruturado em quatro partes: a primeira destaca as origens da universidade no mundo bem como suas influências políticas e eclesiásticas, sobretudo na Europa; a segunda parte trata do surgimento da universidade na América Latina, ressaltando as diferenças no modelo de colonização entre a Espanha e Portugal, que acabaram resultando em políticas de educação distintas para com suas respectivas colônias; na terceira parte é apresentado o modelo de ensino superior adotado por Portugal no Brasil, além dos impactos gerados por esta política educacional, e mostra de que forma que se deu o surgimento das primeiras universidades brasileiras; a quarta e última parte faz uma breve contextualização do surgimento da UFBA enquanto universidade.

2.1. A UNIVERSIDADE NA IDADE MÉDIA

A Universidade é uma das instituições mais importantes da humanidade. Nas mais diversas civilizações ela assumiu um papel de destaque em suas respectivas sociedades, contribuindo decisivamente para o avanço das ciências. Pode-se considerar o surgimento da Universidade como a resposta dos homens aos desafios enfrentados em suas épocas.

Não existe um consenso entre os pesquisadores a respeito de quando surgiu exatamente, nem qual foi a primeira universidade do mundo. Isto varia com o próprio conceito de Universidade adotado. Dentre as mais antigas do mundo podem ser citadas: Universidade de Bolonha na Itália, Universidade de Paris na França, Universidade de Oxford na Inglaterra, University of al-Qarawiyyin em Marrocos e Al Azhar University no Egito (ESPOSITO, 2003). Independentemente de sua exata origem, pode-se perceber claramente a influência que as religiões exerceram na origem das universidades, seja no ocidente ou no

oriente. Influência esta que acabou por gerar conflitos políticos entre os poderes laico e eclesiástico. Oliveira faz a seguinte declaração ao se referir à origem das Universidades:

Os estudiosos são unânimes em afirmar que diversos acontecimentos interferiram e estimularam o nascimento dessas instituições, como o renascimento das cidades, o desenvolvimento das corporações de ofícios, o florescimento do comércio, o aparecimento do mercador. Existem análises que vinculam as universidades medievais às escolas árabes; outras afixam que as universidades são filhas das escolas do século XII, dentre as quais a Vitorina e a de Pedro Abelardo. Há ainda outras interpretações, segundo as quais as universidades somente poderiam ter nascido no século XIII, o século das corporações de ofício. Contudo, a disputa pelo poder entre a realeza e o papado, que reivindicavam o governo da sociedade, influenciou sobremaneira o surgimento das universidades (OLIVEIRA, 2007, p. 120) .

A Universidade de Paris, criada no século XII, serviu como exemplo para criação de outras instituições. Moldada segundo a influência religiosa, a Universidade cresce em importância, se beneficiando de sua localização geográfica, bem como pela presença da administração real. Em 1150, recebe o título de Estudos Gerais e tem na Teologia o curso mais importante de todos. No século XIII, em 1262, a Universidade já está consolidada, dando origem à Corporação dos Mestres Parisienses ou *Universitas Magistrorum et Scholarium*. Este verdadeiro centro, formado por mestres e alunos, acaba recebendo pessoas das mais diversas nações, e não tarda a receber o reconhecimento oficial da mais alta autoridade civil, o Papa (ROSSATO, 2005).

Já a Universidade de Bolonha seguiu outro modelo de organização e de ensino dos Estudos Gerais, a fim de suprir as demandas municipais que carecia sobretudo de juristas e de administradores. Sua estrutura refletia uma preponderância estudantil sobre a corporação dos mestres, que chegava a determinar salários e métodos de ensino. As instituições que possuíam as quatro faculdades: Artes, Teologia, Decretos e Medicina recebiam a denominação de *Studium Generale*. Seus membros possuíam privilégios de caráter universal, bem como eclesiásticos (ROSSATO, 2005). Estas instituições eram tidas como de referência internacional e seus acadêmicos eram encorajados a dar cursos em outras instituições. Isto pode ser compreendido como um precursor da cultura de intercâmbio acadêmico na Europa.

Costuma-se usar o termo “idade das trevas” para se referir à Idade Média. Isto se deve, em grande medida, ao fato de alguns historiadores considerarem que nesta época não havia um desenvolvimento cultural relevante, pois a cultura estaria sendo monopolizada pela Igreja Católica. De forma análoga, considerava-se que não havia uma evolução técnico-científica pois a religião cerceava estes avanços, para que os mesmos não pudessem colidir

com a fé. No final do século XX, novos estudos a respeito dessa época procuraram desmistificar esta visão de “idade das trevas”. Novas conclusões foram feitas a respeito do desenvolvimento desta época, e percebeu-se que de fato havia uma produção científica e cultural ricas. Oliveira (p. 115, 2007) cita em seu artigo *Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional*, que era comum encontrar análises considerando os teóricos medievais como meros representantes da igreja e do papado. Oliveira ainda questiona o fato de algumas análises atribuírem o nascimento das ciências modernas e do empirismo a Bacon e Descartes. Apesar de reconhecer neles uma grande contribuição, afirma não ser possível tratar de pioneirismo sem destacar pensadores medievais como Roger Bacon (1215-1294), Guilherme de Ockham (1285/90-1349), Jean de Salisbury (1120-1180), Tomás de Aquino (1225-1274) e Alberto Magno (1193-1280) (OLIVEIRA, 2007).

Ainda sobre a importância da produção científica na idade medieval, Oliveira (2007) traz a seguinte afirmação a respeito dos autores citados anteriormente:

Estes autores se dedicaram à investigação da natureza, da natureza das coisas, valorizaram a importância das investigações empíricas e compreenderam que, para tratar das ciências naturais, era preciso a experiência e o conhecimento de outras autoridades além das sagradas, como Aristóteles. (OLIVEIRA, 2007, p. 116)

As universidades medievais tiveram um papel muito importante na produção e propagação de conhecimento dessa época. A existência destes verdadeiros grandes polos fazia com que houvesse grande mobilidade, tanto de alunos quanto de professores, à procura de uma ascensão social, sobretudo da nascente burguesia.

Até então, a língua padrão adotada nas principais universidades do ocidente era o latim. Ao longo do tempo, com a expansão das Universidades pela Europa, instituições de ensino italianas, francesas, inglesas e alemãs passaram a atrair as elites dos Estados recém-formados na Europa Central. Neste momento, o ensino, pesquisas e publicações já eram realizados na língua do país receptor, contribuindo para fortalecer suas instituições (SCHWARTZMAN, 2009).

2.2 UNIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, o surgimento das Universidades remonta ao ano de 1538, quando foi criada na cidade de Santo Domingo a Universidad Autónoma de Santo Domingo. Como boa parte das Universidades daquela época, esta instituição teve influência eclesiástica, recebendo autorização da Igreja Católica por meio da bula papal *In Apostolatus Culmine*. Em 1551, por meio de um decreto do Rei Carlos I da Espanha é criada a Universidade Nacional Maior de São Marcos, no Peru. Em 1553 foi a vez do México ter uma Universidade, que hoje é denominada de Universidade Autónoma do México (UNAM). Outras tantas Universidades foram criadas na América Latina espanhola ao longo dos séculos XVI e XVII, tais como: Universidade de Córdoba, na Argentina (1621); *Universidad San Gregório Magno* em Quito, Equador (1622); *Universidad del San Francisco Javier* em Yucatán, México (1624); *Universidad Mayor, Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca* no Sucre, Bolívia (1624); *Universidad del Rosário*, Colômbia (1653), dentre outras (CUNHA, 1986). Estas Universidades foram fundadas por meio de decretos Reais da metrópole, replicando os modelos das Universidades espanholas já existentes, sobretudo a *Universidad del Salamanca*, e tinham como principal objetivo a educação das elites estabelecidas nas colônias.

Visto isto, percebe-se claramente as diferenças das políticas educacionais nos modelos de colonização entre Espanha e Portugal. Enquanto que o primeiro deu maior importância à criação das Universidades, Portugal obstruía a criação de instituições de ensino superior no Brasil e incentivava a ida das elites brasileiras para concluírem seus estudos na Universidade de Coimbra. É bem verdade que esta situação também refletia a realidade nas próprias metrópoles, uma vez que, enquanto Portugal possuía exclusivamente a Universidade de Coimbra, a Espanha já possuía 8 universidades: Universidade de Salamanca, Valência, Lérica, Barcelona, Santiago de Compostela, Valladolid, Oviedo e Alcalá (CUNHA, 1980).

Segundo Rossato (2005), no século XVIII foram criadas dezenove universidades na América Latina seguidas de mais trinta e uma no século XIX. Àquela época, quase a totalidade dos países latino-americanos possuíam uma ou mais universidades, com exceção do Brasil. O modelo francês influenciava fortemente outros modelos do mundo incluindo o espanhol, que foi replicado nas Universidades latino-americanas. Aos poucos estas universidades foram deixando de serem influenciadas pelo modelo europeu, e no século XIX a escola norte-americana passou a exercer esta influência (ROSSATO, 2005).

2.3 UNIVERSIDADES NO BRASIL

No período colonial o Brasil, então colônia de Portugal, sofreu resistência para a implantação de sua primeira universidade, tanto de Portugal pela sua política de colonização, quanto de parte dos brasileiros, que não viam razão para implantação de tal instituição (Fávero, 2006). Ainda segundo Fávero, já no século XVI, os jesuítas tentaram criar a universidade na colônia brasileira, mas tiveram seu pedido negado pela coroa portuguesa. Àquela época, acreditava-se ser mais adequado que as elites brasileiras se deslocassem para Europa, a fim de concluírem seus estudos superiores em Coimbra ou outra universidade europeia. Fávero conclui que *todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da Colônia* (FÁVERO, 2000, p. 18-19).

Segundo Neddemeyer (2002), havia uma verdadeira obstrução do desenvolvimento da educação superior na colônia por parte de Portugal com o objetivo de possuir controle total e hegemônico sobre o território. Os portugueses queriam desta forma, isolar qualquer interferência externa que pudesse atrapalhar a autoridade e prejudicar o comércio português com a colônia. Nesse sentido, não seria somente a educação, mas também a imprensa e quaisquer outros aspectos culturais que eram boicotados. Não somente havia a obstrução da criação do ensino superior brasileiro, como também entraves no reconhecimento de títulos de instituições jesuítas.

A nomeação de Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, como Ministro do Rei, em 1750, marcou um novo período denominado “período pombalino”, que acarretou em reformas importantes no modelo de educação português. Inspirado na ascensão inglesa com a revolução industrial, e com a crise econômica que se abatia em Portugal, o Marquês de Pombal promoveu uma série de reformas nas instituições portuguesas a fim de trazer a modernização que a Inglaterra vinha vivenciando. O Brasil sentiu diretamente as consequências destas mudanças. A Revolução Industrial estava atrelada ao Iluminismo e à Reforma Protestante e um dos primeiros rompimentos foi com o modelo educacional vigente, que era dominado pela Igreja Católica. Não tardou para que os Jesuítas fossem expulsos do país e suas propriedades expropriadas (CUNHA, 2007).

Com a expulsão dos Jesuítas, o sistema educacional no Brasil colonial encontrava-se

num momento de desorganização. Com a vinda da família real portuguesa este sistema educacional tomou novos rumos. No mesmo ano da vinda da Família Real para o Brasil, é criado por decreto de 18 de fevereiro de 1808 o curso de Médico de Cirurgia na Bahia, e no mesmo ano, em 5 de novembro, é criada a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Em seguida, são criados no Rio de Janeiro e Bahia dois centros médico-cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (VILLANOVA, 1948, p. 8).

Após a implantação do curso de Médico e Cirurgia, o ensino superior público passou por uma nova fase, pois até então só havia o ensino superior religioso.

Após a independência do Brasil, em 1822, com o surgimento do Estado Nacional, houve a necessidade de se implementar mudanças no ensino superior vigente desde o período colonial. Desta forma, criaram-se cursos e academias com intuito de formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens, além de formar profissionais liberais. Segundo Cunha (1986, p. 71), o ensino superior nasceu com o Estado Nacional, gerado por ele, e para cumprir as funções próprias dele.

Nesta época, o ensino superior deu um salto gradual, sendo fundadas as faculdades de direito em São Paulo (1827) e Olinda (1828), bem como as Escolas Normais, que eram destinadas à formação de professores para ensino no primário, no Rio de Janeiro (1835), Minas Gerais (1840), Bahia (1841) e São Paulo (1846) (TRINDADE, 2008). Neddermeyer destaca a influência que a cultura francesa tinha sobre o modelo de educação brasileiro durante a regência de D. Pedro II (2002).

Durante o período denominado Primeira República (1889-1930), o ensino superior brasileiro passa a ser influenciado pelo positivismo de August Comte, que defendia a realização de estudos dos fenômenos a partir do uso de uma metodologia própria. Apesar de ainda não contar com uma universidade, neste período o ensino superior brasileiro deu um salto significativo. Esta expansão se deu, sobretudo, pela criação de escolas superiores privadas, uma vez que até então o modelo educacional superior era centralizado e estatal. Segundo Spagnolo (1989), ao final do século XIX o Brasil já tinha 40 instituições de ensino superior, mas apesar disto, a elite brasileira continuava a procurar uma formação superior na Europa, sobretudo em Portugal e França.

Somente no início do século XX o Brasil viu suas primeiras tentativas de criação de

universidades²: a Escola Universitária Livre de Manaus foi criada em 1909, que foi renomeada em 1913 como Universidade de Manaus, e que acabou se dividindo em 1926 com a decadência do ciclo da borracha. Em 1911 foi criada uma sociedade civil denominada Universidade de São Paulo que agregou vários cursos tais como Odontologia e Direito. Ela enfrentou diversas dificuldades no reconhecimento dos seus diplomas por parte do governo de São Paulo, pois era uma instituição privada, e em 1917 essa Universidade foi dissolvida. Em 1912 foi fundada a Universidade do Paraná. Assim como as anteriores, também tratava-se de uma instituição privada. Enfrentando dificuldade na validação de seus diplomas, acabou tendo que se dissolver (CUNHA, 2007). Em ambos os casos relatados, tratados por Cunha (2007) como *Universidades de Vida Curta*, caracterizaram-se por serem tentativas originadas da iniciativa privada de se criar uma universidade brasileira, que posteriormente acabou fracassando. Como legado, houve uma pressão por parte da sociedade para que o Estado viabilizasse a criação de uma Universidade brasileira.

Nos anos 20, o Estado concedeu a denominação “Universidade” à instituição formada por faculdades profissionais localizadas no Rio de Janeiro, que seriam a Escola Politécnica, Escola de Medicina além de duas Escolas Livres de Direito e que viriam a dar origem à Universidade do Rio de Janeiro. Segundo Trindade (2008), a motivação por trás dessa ação seria a de viabilizar a concessão do título *honoris causa* ao Rei da Bélgica, que estaria visitando o Brasil. Esta universidade só seria, de fato implantada em 1937. Suas escolas seriam isoladas e profissionalizantes, com dissociação entre o ensino e a pesquisa.

Em 1927 foi fundada a Universidade de Minas Gerais, por meio de uma iniciativa estadual, que englobava a faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, já existentes em Belo Horizonte. Desta vez, ao contrário das tentativas privadas frustradas anteriores, houve um decreto que regulamentava a existência das universidades dos estados e ditava a “perfeita autonomia administrativa, econômica e didática” (CUNHA, 1980, pg. 191). Em ambos os casos, tratava-se, segundo Cunha, da criação de universidades por meio de aglutinação, uma vez que se tratava da soma de faculdades já existentes e previa um funcionamento com autonomia entre estas unidades.

A Escola de Engenharia de Porto Alegre que já se denominava internamente como Universidade Técnica, foi reconhecida formalmente como universidade por meio de decreto do governo em 1931. Segundo Cunha (1980), esta universidade diferenciava-se das outras

² Muitas instituições se auto denominavam universidade, sem que tivessem a autorização oficial do governo federal.

daquela época, pois enquanto era comum a outras escolas a influência franco-napoleônica, esta tinha uma nítida inspiração no modelo universitário alemão (e posteriormente norte-americano). Nela estavam abarcados os cursos de Engenharia Civil, Agrimensura, Arquitetura, Engenharia de Minas, Eletrotécnica, e Química Industrial. Outra característica marcante foi a forte existência de professores estrangeiros (em sua maioria, europeus) desde sua concepção. Cunha (1980) classifica a criação desta universidade como sendo “por diferenciação”, em detrimento à “aglutinação” das anteriores.

2.4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A história da educação superior na Bahia remonta há muito tempo atrás. Com a vinda dos jesuítas para o Brasil durante o Governo Geral, vários colégios foram fundados na Bahia, por volta de 1572 (BOAVENTURA, 2009). O Colégio do Terreiro foi um destes importantes colégios, que ensinava Filosofia. Registra-se que várias personalidades estudaram neste estabelecimento como por exemplo padre Antônio Vieira, Gregório de Matos, Guerra e outros tantos (CUNHA, 1986). A qualidade do ensino desta instituição é ressaltada por alguns pesquisadores tais como Silva (1956), quando relata um pedido feito pelo Senado da Câmara da Cidade de Salvador da Bahia ao Rei de Portugal, para obtenção do reconhecimento dos títulos conferidos àqueles que se formassem nesta instituição:

Nos requerimentos que esta Cidade tem feito a V. Majestade por seu procurador, está o de pedir a mercê de que os filhos deste Estado, que aprendem Letras, gozem os privilégios, graus e honras que V. Majestade tem concedido à Cidade e filhos de Évora. (SILVA, 1956, p. 103)

Por circunstâncias históricas, durante as guerras napoleônicas a família real portuguesa teve que vir ao Brasil após ter negociado com o império inglês um acordo de abertura dos portos brasileiros em troca de proteção naval da armada inglesa. Este fato foi importante para a criação da Escola de Cirurgia em fevereiro de 1808, considerada até hoje como o primeiro ensino superior no Brasil. Após alguns meses deste mesmo ano a cidade de Rio de Janeiro recebeu um curso semelhante. Em 1815 a Escola foi transformada em Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia (BOAVENTURA, 2009). Nos anos seguintes, diversas cadeiras foram adicionadas ao curso, que passou a contar com Química, Anatomia, Fisiologia, Farmacologia, dentre outras. Boa parte dos ocupantes destas cadeiras tinham sua formação na Universidade

de Coimbra. Em 1832, uma série de reformas foram levadas à Assembleia Geral, aprovadas, e transformadas em lei. Com isto, o Colégio Médico-Cirúrgico transformou-se em Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e passou a contar com mais autonomia, além de aumentar o número de cadeiras para 14 e a duração do curso para 6 anos (SANTOS, 2005).

Na segunda metade do século XIX, por volta de 1877, o espanhol Miguel Navarro funda a Academia de Belas Artes. Somente em 1943 é reconhecida pelo governo federal e incorporada ao que viria a ser a Universidade Federal da Bahia. Nesta mesma época, com o intuito de apoiar a indústria açucareira do Recôncavo baiano, foi criado o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, que depois viria a ser chamado de Escola Agrícola da Bahia, e posteriormente dando origem à Escola de Agronomia de Cruz das Almas (BOAVENTURA, 2009).

Com o início da República Federativa, houve uma intensificação na criação de instituições de ensino privado, as chamadas “Faculdades Livres”. Foi neste clima que foi criada em 1891, a Faculdade Livre de Direito, considerada uma das primeiras republicanas e que serviu em boa dose à elite baiana que estava carente na formação de gestores locais. A Faculdade de Direito só foi integrada à UFBA em 1956 (BOAVENTURA, 2009).

Seguindo o mesmo clima de surgimento de Faculdades Livres, em 1897 eram criados os cursos de engenharia civil e engenharia geográfica, ligados à Escola Politécnica da Bahia. A criação desta instituição caracterizou-se por ter sido de forma extremamente rápida e fortemente apoiada pelo estado baiano por meio do governador da época. Chegou a ser estadualizada durante um período, mas em 1946 passou a ser federalizada, fazendo parte da Universidade Federal da Bahia (BOAVENTURA, 2009).

Finalmente, em 1940 foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Conforme cita Boaventura (2009), a existência deste curso era o pré-requisito exigido para que se formasse uma Universidade, segundo o estatuto das universidades de 1931.

Em 1946 a Universidade Federal da Bahia é criada, reunindo diversas áreas de conhecimento de diversas instituições já estabelecidas na Bahia, inclusive a recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a já consolidada Faculdade de Medicina.

Longe de ser um modismo recente, a internacionalização esteve presente no ambiente universitário desde sua origem. Já na idade média, devido à escassez de instituições deste porte, as universidades eram responsáveis por atrair estudantes de várias partes do mundo, bem como professores, o que tornava estes locais verdadeiros caldeirões culturais. Os títulos

que eram concedidos representavam um grande *status* para seu detentor, e credenciava-o para ensinar em diversas escolas europeias. Justamente por isso, as universidades eram disputadas pela elite burguesa.

Na América Latina, as colônias refletiam o modelo educacional dos países colonizadores. Assim, boa parte das colônias espanholas possuíam já no século XVI, suas próprias universidades, refletindo a importância que era dada pela Espanha. Já Portugal optou por retardar o máximo possível a implantação desta instituição no Brasil. Isto repercutiu durante muito tempo no sistema educacional brasileiro.

No Brasil, durante muito tempo, a única opção para se obter um ensino e titulação universitária era enviar seus estudantes para universidades na Europa, sobretudo Portugal e França. A criação de universidades no Brasil era deliberadamente desencorajada. Somente com a vinda da família real Portuguesa foi que o Brasil passou a experimentar uma sensível expansão no ensino superior. Foram diversas as escolas mundiais que influenciaram o ensino brasileiro, tais como a francesa, alemã e posteriormente a americana.

Nas mais diversas épocas, é possível identificar aspectos de internacionalização no meio universitário tais como presença de professores estrangeiros, mobilidade acadêmica de estudantes e parcerias entre nações que poderiam resultar em colaboração de instituições tradicionais de países desenvolvidos com outras instituições menos experientes de países subdesenvolvidos ou ex-colônias. O próprio modelo universitário adotado refletia as influências do ensino superior dos países considerados modelo.

Figura 6 - Mapa mental ilustrando o resumo do tópico



3 INTERNACIONALIZAÇÃO

Este capítulo está dividido em 5 partes: inicialmente serão apresentados conceitos referentes à internacionalização na educação, incluindo críticas presentes na literatura a respeito de aspectos financeiros e culturais, além de abordar algumas definições de tipo e características da internacionalização propostas por alguns autores; a segunda parte trata da cooperação internacional no Brasil, seus tipos, as diferentes fases de cooperação, além de abordar as áreas responsáveis pela cooperação internacional em organizações; a terceira parte apresenta a CAPES como um órgão estratégico para promoção da internacionalização no sistema educacional brasileiro e introduz o programa Ciência sem Fronteiras como um importante potencializador da mobilidade acadêmica no Brasil; a quarta parte elenca os principais desafios para a internacionalização das universidades brasileiras; por fim, a quinta parte apresenta o papel dos rankings na internacionalização, citando em especial o ranking mantido pela *Times Higher Education* (THE).

3.1 CONCEITOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Apesar de perceber que diferentes aspectos da internacionalização já estavam presentes desde o advento das primeiras universidades no Brasil e no mundo, nas últimas décadas este tema tem sido tratado como um estratégico objeto de estudo.

São muitos os enfoques que são dados em relação ao conceito da internacionalização universitária. O conceito de internacionalização sempre foi atrelado ao intercâmbio de professores em instituições de ensino estrangeiras que retornava, e de alguma forma incorporava suas experiências e vivências à cultura organizacional de uma universidade nacional. Outros conceitos acrescentavam a mobilidade estudantil como um fator importante para entender a internacionalização. Não somente os docentes, mas os discentes também contribuiriam para agregar esta experiência internacional nas pesquisas acadêmicas.

A internacionalização também pode ser vista a partir da perspectiva organizacional de uma universidade. Além do corpo docente e discente, existe uma série de outros fatores dentro da instituição de ensino que dão suporte à internacionalização. Este tipo de perspectiva leva

em conta processos adotados, setores envolvidos, currículos utilizados, e funcionários internos que, de alguma forma, estejam envolvidos e auxiliem na internacionalização da instituição, sem necessariamente ter o contato com uma instituição estrangeira.

São diversos os meios para se identificar a internacionalização em uma instituição universitária. Dentre eles, pode-se citar:

- Presença de alunos estrangeiros matriculados;
- Envio de alunos para cursar disciplinas em universidades de outros países;
- Colaboração de professores visitantes estrangeiros;
- Realização de convênios com outras instituições universitárias estrangeiras;
- Participação de programas e projetos internacionais;
- Existência de setores dedicados a cuidar da internacionalização da instituição, dentre diversos outros.

Alguns pesquisadores focam na dimensão organizacional da pesquisa universitária, já outros transcendem as discussões para temas tais como globalização e transnacionalização.

Morosini (2006) evidencia esta complexidade de enfoques envolvidos mencionando as seguintes fases de desenvolvimento da internacionalização da educação superior:

- Dimensão internacional – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada;
- Educação internacional – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional;
- Internacionalização da educação superior, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior.

Bartell (2003) é um dos autores que considera a internacionalização de uma perspectiva mais abrangente, ao conceituá-la como trocas internacionais relacionadas à educação, ao passo que a globalização seria uma fase avançada no processo que envolve a internacionalização. Marginson e Rhoades (2002) seguem a mesma linha ao conceituar a internacionalização como a globalização do ensino superior, o desenvolvimento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação. Knight (2004) conceitua a internacionalização como sendo o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária. Ele também ressalta

a relação entre a internacionalização e a globalização, ao citar que a internacionalização está transformando o mundo da educação superior e a globalização está transformando o mundo da internacionalização (KNIGHT, 2004).

A variedade de conceitos e perspectivas sobre a internacionalização é observada por Bartell (2003), quando cita a convergência de diversos entendimentos, interpretações e aplicações, que vão desde uma visão minimalista, instrumental e estática, como por exemplo a busca de financiamento externo para programas de estudos no exterior, intercâmbio internacional de estudantes, realização de pesquisas internacionalmente, até uma visão mais complexa sobre a internacionalização, orientada por políticas e que permeia a vida, a cultura, o currículo, o ensino assim como atividades de pesquisa, da universidade e seus membros. Segundo Marginson e Rhodes (2002), os processos de globalização no ensino superior ainda são pouco estudados. Apesar disso, reconhece que já existem na literatura, diversos estudos sobre a importância do ensino superior nas políticas governamentais dos países e evidencia a relação destas políticas com as instituições de ensino, e com suas estruturas educacionais. Também é destacada a pressão exercida pelo mercado sobre os sistemas educacionais em torno da demanda por estudantes e empregados. Ainda segundo estes autores, há uma tendência de pressão dos países de um modo geral para que a educação superior seja mais eficiente, independente e responsável. Questiona-se sobre a falta de pesquisas que contribuam com análises a respeito das forças globais para promover um padrão de ensino superior, sobretudo em relação à internacionalização.

3.1.1 Críticas

Os estudos sobre internacionalização não devem se resumir simplesmente em comparativos entre instituições de ensino. Marginson e Rhodes (2002) alertam que o ensino superior em praticamente todo o mundo é influenciado por forças da economia global, cultura global e forças educacionais internacionais tais como instituições de ensino superior que acabam estendendo suas influências em diversos países. Além disto, as próprias economias, políticas e sistemas educacionais nacionais acabam sendo reformulados por blocos regionais que fazem com que os ensinos superiores se tornem mais semelhantes entre si. A preocupação em relação a estas influências concentra-se na preservação da legitimidade nacional para

proposição de políticas educacionais e preservação de seus aspectos culturais.

Altbach (2002) vai além com as críticas sobre as influências, ou mesmo interferências, nas políticas educacionais nacionais dos países, ao advertir que as corporações multinacionais, conglomerados de mídia e até mesmo as universidades seriam os novos neocolonialistas. Este domínio seria provocado não somente por razões político ideológicas, mas também por causa de objetivos comerciais. Ainda segundo Altbach (2002), as consequências deste domínio seriam a perda de autonomia intelectual e cultural dos países menos favorecidos.

Dentre a perda desta autonomia cultural, pode-se citar o uso predominantemente da língua inglesa, que se estabeleceu quase como um padrão internacional. Em certas situações, isto chega se tornar um empecilho para a internacionalização de uma instituição de ensino superior. Outros complicadores são os padrões internacionais alheios à instituição, como normas de escrita e metodologias de pesquisa.

Outra crítica à forma de como é realizada a internacionalização atualmente, diz respeito à valorização do aspecto comercial e financeiro, em detrimento à educação enquanto bem público e elemento essencial e estratégico de um país. Nesta visão que é criticada, atenta-se para a transformação da educação em um serviço comercial que seria, inclusive, regulamentado pela OMC.

Lima e Maranhão fazem a seguintes considerações a respeito deste aspecto comercial:

Mais do que nunca, a atração de estudantes internacionais passa a representar divisas resultantes da imposição de taxas de inscrição e anuidades, despesas que os estudantes (por meio de bolsas de estudo ou investimento proveniente das respectivas famílias) precisam arcar (transporte, habitação, alimentação, saúde, lazer etc.) durante o *séjour* de estudo; sem desconsiderar o potencial de promover o país de acolhimento (língua, cultura, interesses políticos e econômicos etc.) no país de origem, ao término da formação. (LIMA e MARANHÃO, 2009, p. 587)

Tais vantagens para o país receptor justificaria a criação de políticas de Estado para a internacionalização da educação, bem como de órgãos responsáveis pela promoção destas políticas.

Laus (2012) cita dois exemplos sobre esse tratamento comercial da educação superior por parte do Estado: os casos da Austrália e do Canadá. No primeiro caso, o Estado teria transferido a promoção da educação internacional para a Comissão de Comércio Australiana (Austrade), agência esta responsável pelo desenvolvimento de comércio e investimentos deste país. O outro caso relatado trata de um relatório realizado a pedido do Ministério das Relações

Exteriores e do Comércio Internacional do Canadá à empresa Roslyn Kunin & Associates denominado “Economic Impact of International Education in Canadá”. Tal estudo concluiu que os estudantes estrangeiros ajudaram significativamente a impulsionar a economia local gerando milhares de empregos.

Altbach (2002) resume uma crítica à polarização das discussões sobre a internacionalização ao afirmar que os que são a favor enxergam somente um futuro brilhante de integração econômica, enquanto que os críticos focam apenas nos aspectos negativos. Nenhum deles teria uma visão equilibrada, e ao mesmo tempo ciente das armadilhas e desigualdades inerentes ao tema.

3.1.2 Características

A internacionalização do ensino superior, considerada na perspectiva do sistema educacional pode ser representada por meio de modelos. Modelo de *Cooperação Internacional Tradicional* (CIT) – É caracterizado pelas relações de competitividade entre instituições de ensino superior (IES) na captação de sujeitos e consumidores. Neste modelo, a ênfase é dada nos contatos internacionais e no fortalecimento das instituições de ensino, principalmente na pós-graduação (BROVETTO, 1998). Além disto, a fuga das mentes brilhantes de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento para países desenvolvidos é uma das consequências apontadas neste modelo. Como alternativa a esta situação favorável para os países do Norte e desfavorável para os países do Sul, foi proposta por Didriksson (2005) um modelo de cooperação internacional para a América Latina e o Caribe denominada *Cooperação Internacional Horizontal* (CIH) focado em solidariedade e na consciência internacional. Segundo Didriksson (2005), este modelo deveria servir para fortalecer os principais componentes de integração e articulação dos indivíduos, das instituições, agências e recursos para assegurar um tipo de cooperação horizontal compartilhada e evitar uma substituição da iniciativa local. Esta nova forma de cooperação deve ter como objetivo central o desenvolvimento de uma capacidade própria, ou um empoderamento local. Isto faz com que os atores locais sejam os protagonistas na transformação.

Em relação à perspectiva institucional, Morosini (2011) cita dois modelos de internacionalização da educação superior: modelo central e modelo periférico. O primeiro

seria um processo que incorpora a dimensão internacional aos objetivos, funções, planejamento e estrutura da instituição de ensino. Já o modelo periférico seria um processo caracterizado pela presença de aspectos de internacionalização em alguns setores da instituição. A partir da proposição destes dois modelos, percebe-se claramente a distinção no que diz respeito à maturidade organizacional. Enquanto um modelo trata a internacionalização quase que de forma esporádica, espontânea e muito provavelmente despadronizada, o outro modelo trata de forma centralizada, consciente, planejada e padronizada.

A internacionalização também pode ser entendida como ativa ou passiva. Na forma ativa, presume-se a iniciativa da ação com objetivos a serem atingidos, enquanto que na passiva, há uma clara reação aos estímulos externos. Fica evidente que a internacionalização ativa é mais presente em instituições cujo nível de maturidade da internacionalização está mais avançado. Normalmente trata-se de universidades com mais experiência neste tema, e com um planejamento estratégico organizacional que prevê ações em prol da internacionalização. Nestes casos, acordos de cooperação acadêmica são feitos em áreas de interesse da instituição que teve a iniciativa com seus pares estrangeiros. Outro exemplo que pode ser citado é a atração de pesquisadores estrangeiros que sejam expoentes nas suas áreas de atuação, com o intuito de preencher lacunas internas, ou mesmo impulsionar as pesquisas com o que há de mais moderno sendo estudado. Por outro lado, na internacionalização passiva a instituição de ensino reage a uma iniciativa externa. São algumas das características deste tipo de instituição: normalmente tem menos experiência em lidar com aspectos de internacionalização, respondem a propostas de acordos de cooperação acadêmica, repassam internamente editais sobre captação de recursos humanos, não possuem objetivos institucionais claros que englobem a internacionalização, em geral estão presentes em países periféricos (LIMA e MARANHÃO, 2009).

Apesar de ficar evidente que se trata de dois níveis de maturidade bem distintos, a internacionalização passiva pode ter os seus benefícios em relação a uma instituição de ensino isolada que sequer coopera academicamente com seus pares estrangeiros.

No documento denominado *O Sistema de Educação Superior Mundial: Entre a Internacionalização Ativa e Passiva*, Lima e Maranhão (2009) evocam Vuilletet (2009) para fazer as seguintes considerações a respeito das diferenças de abordagem entre países ditos centrais e os periféricos:

Enquanto a inserção internacional do setor educacional, existente nos países centrais, se manifesta de forma ativa, isto é, com a implantação de políticas

de Estado voltadas para a atração e acolhimento de acadêmicos, a oferta de serviços educacionais no exterior envolvendo a mobilidade de experts em áreas de interesse estratégico, a exportação de programas e instalação de instituições ou campi no exterior; nos países periféricos ela se manifesta de forma diferente: observa-se a necessidade de definir criteriosa política de emissão de acadêmicos (principalmente professores-pesquisadores) para se formar nos grandes centros, objetivando investir no desenvolvimento de uma elite intelectual capaz de influir sobre o processo de modernização de alguns setores, apesar do elevado risco de perdê-la frente à reduzida capacidade de oferecer atrativas condições de trabalho e remuneração ao término da formação. (LIMA e MARANHÃO, 2009, p.586)

Knight (2005) fez um levantamento sobre os aspectos da internacionalização baseados em 4 dimensões: sociocultural, político, econômico e universitário. Este levantamento demonstra o quanto a internacionalização pode ser abrangente, lidando tanto com questões organizacionais universitárias, quanto com políticas externas de um país e segurança nacional.

Quadro 2 - Motivações para internacionalização

<i>Motivação³</i>	<i>Existente</i>	<i>Muito Importante para</i>
Sociocultural	Identidade nacional e cultural Compreensão intercultural Formação de cidadania Desenvolvimento social e vizinhança	Nível do país Desenvolvimento de recursos humanos Alianças estratégicas Geração de renda / intercâmbios comerciais Construção da nação / consolidação de um modelo Desenvolvimento sociocultural e da compreensão mútua
Político	Política exterior Segurança Nacional Cooperação Técnica Paz e compreensão mútua Identidade nacional Identidade regional	Nível das instituições Imagem e reputação internacional Melhoria da qualidade
Econômico	Crescimento econômico e competitividade Mercado de Trabalho e Incentivos Financeiros	Geração de renda
Universitário	Aumento de perspectivas acadêmicas Amadurecimento institucional Notoriedade e prestígio Melhoria da qualidade Padrões acadêmicos internacionais Dimensão internacional da pesquisa e do ensino Expansão do horizonte universitário	Desenvolvimento dos estudantes e professores Alianças estratégicas Produção de conhecimento

Fonte: Adaptado de Knight, 2005

³ Tradução literal do documento original em francês seria “razão de ser”.

3.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

A cooperação internacional pode ser considerada como a materialização da própria internacionalização, portanto deve ser entendida como algo fundamental e estratégico nas instituições que almejem um grau elevado de internacionalização. As cooperações internacionais podem ser de diversos níveis e tipos, variando desde cooperações entre empresas e sociedades civis, até cooperações diplomáticas entre países.

Parcerias de alto nível normalmente criam oportunidades de cooperação em diversos tipos e níveis. Dentre os tipos de cooperação, esta dissertação destaca a importância da cooperação técnica e como a cooperação acadêmica se enquadra neste contexto. Celso Amorim (AMORIM, 1993) faz algumas importantes considerações a respeito das políticas de cooperação internacional em ciência e tecnologia (C&T). São elas:

- A cooperação internacional não pode ser encarada como alternativa para o esforço interno;
- Só coopera com outros países quem já dispõe de certa base científica e tecnológica própria;
- Apelar para a cooperação como fonte exclusiva ou principal de desenvolvimento é condenar-se à dependência e à submissão;
- A cooperação só será verdadeiramente frutífera quando houver complementaridade real de interesses.

O autor cita ainda que tal complementaridade será mais facilmente atendida quando o nível de desenvolvimento entre as nações envolvidas for similar. De qualquer forma, isto não seria um impeditivo para cooperações entre países cujos relacionamentos sejam menos simétricos. Como exemplo, podem ser citados os acordos do Brasil com a República Federal da Alemanha e com a França em temas que envolviam parcerias em tecnologias nucleares e de gestão.

As complexidades inerentes a este tipo de cooperação, já citadas anteriormente, envolvem certas adaptações ao aparato institucional. A cooperação em C&T não pode estar isolada das políticas de relacionamento internacional do país. Como exemplo pode-se citar as relações do Brasil com o Leste europeu, que durante muito tempo foram contidas devido a questões político-ideológicas, sobretudo durante a chamada Guerra Fria. Este aspecto acaba por tornar-se um obstáculo que dificulta em certo grau outros tipos de relacionamento e

cooperação além de afetar diretamente o desequilíbrio comercial, dificultando a exportação de produtos e serviços brasileiros com maior valor tecnológico agregado.

O intercâmbio científico e cultural é desejável para quaisquer países que desejam minimamente serem atores neste cenário globalizado. Dentro deste contexto, as universidades têm um papel de destaque, pois perpassam as áreas da ciência bem como contempla os aspectos culturais do país e região onde estão localizadas. Dada esta importância, reconhece-se a necessidade de estudar o papel da universidade na cooperação acadêmica internacional.

A cooperação internacional já faz parte da agenda política de qualquer país e expressa o trabalho conjunto entre as nações envolvidas, com o intuito de atingir objetivos em comum.

Marcovitch ressalta a importância da universidade no contexto da cooperação internacional ao afirmar:

A universidade pode contribuir para a formação de uma posição de consenso de segmentos organizados da sociedade brasileira a respeito dos seus interesses internacionais. Nesse sentido, deve ser ampliada a colaboração da universidade com a diplomacia, e delas com a sociedade em geral. (MARCOVITCH, 1993, p.62)

Marcovitch (1994) prossegue defendendo a importância da universidade quando sugere a organização entre a ela e a diplomacia em *think tanks* para elaboração de estudos e proposição de estratégias de âmbito estrutural, setorial ou empresarial. Fica claro o estratégico papel da universidade no engajamento para a cooperação entre países.

O serviço de cooperação internacional de uma universidade deve ser gerido de forma dinâmica e atuante, de modo a ter condições de aproveitar as oportunidades que vierem a surgir, seja pela interlocução da diplomacia do país, seja pela abertura de programas de outros países. Segundo Vilela (1994, p.16), é função da universidade manter contato, intercambiar informações, receber estudantes e professores de outras universidades, encaminhar os seus estudantes e professores para outras universidades, manter-se constantemente aberta para o máximo de oxigenação de ideias e para o melhor procedimento democrático.

Do ponto de vista dos alunos e pesquisadores, percebe-se que é altamente desejável uma complementação da formação acadêmica com conhecimentos culturais de outros países, bem como o conhecimento de outras línguas. Isto tem sido um diferencial tanto para suprir as demandas do mercado, quanto para a interlocução com agentes de universidades de outros países. Desta forma, ressalta-se a importância dos intercâmbios acadêmicos, não só para as

instituições provedoras, mas também para os alunos que desejam participar de experiências como esta.

Segundo Canto (2005), as estratégias adotadas pela academia brasileira para a colaboração internacional podem ser divididas em 5 fases (Canto, 2005, pg.182):

Quadro 3 - Fases da academia brasileira para cooperação internacional

Período	Característica
Até 1920	Treinamento da elite na Europa.
1930	Estabelecimento das primeiras Universidade brasileiras com auxílio de acadêmicos europeus.
1950	Apoio estrangeiro para o desenvolvimento do sistema de ensino superior e para o treinamento de estudantes no exterior.
1960	Treinamento de estudantes em áreas prioritárias na Europa e nos Estados Unidos e intercâmbios acadêmicos, majoritariamente financiados pelo governo brasileiro.
A partir de 1970	Estabelecimento de programas bilaterais financiados pelo governo brasileiro e seus parceiros. Estabelecimento de programas multilaterais.

Fonte: Canto, 1999

Nos últimos anos, os intercâmbios acadêmicos começaram a se intensificar no Brasil graças a um papel cada vez mais atuante das Universidades, além de uma atuação externa mais ousada. No final dos anos 80 e início dos anos 90, verificou-se a criação de novos setores dentro das universidades para coordenar esta demanda. São criados, desta forma, setores como as Assessorias Internacionais, a fim de organizar as iniciativas para uma cooperação direta, algo novo, visto que até então este era um privilégio do próprio governo e sua administração direta.

Em relação a isto, Chermann (1999) faz a seguinte consideração:

A universidade configura-se na tendência de se formarem redes que integrem as associações de universidades, seja regionalmente, em blocos ou no mundo, promovendo a figura de consórcios acadêmicos com a finalidade de racionalizar o uso de instalações, laboratórios, infra-estrutura e demais recursos existentes, o que é uma necessidade que se verifica no âmbito global. Além de se criar uma rede de universidades que cooperem umas com as outras, também criam-se associações livres intercambiando suas essências e exercitando seus interesses recíprocos, para que, assim, cada instituição

possa exacerbar seus objetivos primeiros (CHERMANN, 1999, pg.18).

Já existem alguns estudos a respeito da estruturação das áreas responsáveis pela cooperação internacional em instituições de ensino. Polo e Vasconcelos (1994) comentam as principais formas de agrupar as atividades e decisões relacionadas à cooperação internacional dividindo-as em funcional, geográfica, por parceiros de cooperação e por convênios.

Funcional - Neste tipo de agrupamento, os recursos humanos e materiais são relacionados em torno de funções. Segundo Vasconcelos (1994) essa foi a alternativa selecionada para a Gerência de Programas e Projetos de Cooperação Técnica Internacional da UNISINOS, a qual é estruturada em: controladoria (acompanhamento e avaliação), projetista (elaboração dos projetos), analista de dispêndio (custos, orçamentos) e corpo técnico (execução dos projetos).

Ainda segundo Vasconcelos e Polo (1994), as principais consequências da utilização desse tipo de estrutura são as seguintes:

- Maior facilidade na formação da "memória" do centro de cooperação internacional;
- Maior facilidade para a formação de capacitação em atividades de apoio à cooperação internacional;
- Tendência à especialização por área de atuação;
- Eficiente utilização de recursos humanos e materiais, para evitar duplicações;
- Com o tempo, torna as unidades estanques, dificultando o trabalho integrado entre especialistas das diferentes áreas.

Geográfica - Já neste tipo de agrupamento, os recursos são organizados tendo como critério a área geográfica por eles servida. Segundo Vasconcelos e Polo (1994), esse é o critério utilizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para a departamentalização da sua Diretoria de Cooperação Internacional. Abaixo do Diretor há 24 Departamentos Regionais, cada um deles responsável pelas atividades de cooperação internacional realizadas pelas Superintendências Regionais do SENAI.

Ainda segundo o autor, nas instituições de pesquisa, a departamentalização geográfica de unidades de cooperação internacional pode ocorrer quando as unidades do Instituto são geograficamente dispersas, com unidades de pesquisa localizadas fisicamente distantes umas das outras, e que demandem, por diversas razões, a instalação de uma unidade de cooperação internacional junto das mesmas (VASCONCELOS e POLO, 1994, p. 459).

Foi observado que, em alguns casos, pode haver necessidade de situar unidades de

cooperação internacional geograficamente próximas a instituições ou agências com as quais as mesmas tenham muita interação. Como exemplo pode-se citar o caso da unidade que o SENAI mantém em Brasília para realizar, precipuamente, atividades junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC). (VASCONCELOS e POLO, 1994, pg. 459)

As principais consequências da utilização desse tipo de estrutura são as seguintes:

- Maior conhecimento das características e dos problemas das diferentes regiões;
- Maior integração com a unidade técnica de cada região, facilitando o atingimento de prazos e alterações exigidas;
- Risco elevado de duplicação de recursos e esforços, e de surgimento de capacidade ociosa;
- Dificulta a coordenação do CTI como um todo.

Por Parceiros de Cooperação - Nesse tipo de estruturação, os recursos são organizados conforme os parceiros de cooperação internacional da instituição. Segundo Vasconcelos e Polo (1994), podem ocorrer pelas seguintes principais razões:

- Quando a cooperação internacional entre a instituição e cada um de seus parceiros ou grupos distintos de parceiros demanda, por longo período de tempo e sem grandes oscilações, a realização de significativo volume de atividades;
- Quando a instituição possui significativo volume de acordos de cooperação internacional, com poucos parceiros.

Vasconcellos e Polo (1994) listam as seguintes consequências da utilização desse tipo de estrutura:

1. Maior compreensão e melhor atendimento das características e demandas de cada parceiro ou grupo homogêneo de parceiros;
2. Facilidade de formar "memória" sobre os parceiros;
3. Maior integração intra-membros das unidades de cooperação internacional, por concentrarem seus esforços em um ou poucos parceiros da instituição;
4. Risco de duplicação de recursos e esforços, e de surgimento de capacidade ociosa;
5. Risco de as unidades de cooperação internacional ficarem estanques, dificultando trabalhos integrados;
6. Dificuldade de coordenação do CTI como um todo;
7. Perda da "visão do todo", devido à especialização em parceiros distintos.

Por Convênios - A estruturação baseada em Convênios é bastante similar à estruturação baseada por Parceiros, uma vez que agrupa atividades e decisões de acordo com os convênios de cooperação internacional da instituição. Este modelo de estrutura pode ser implementado quando a cooperação internacional ocorre fortemente baseado em grandes convênios, por um período longo de tempo e sem grandes oscilações.

Vasconcelos e Polo (1994) listam as seguintes consequências da utilização desse tipo de estrutura:

- Maior compreensão e melhor atendimento das características e demandas de cada convênio;
- Facilidade de formar "memória" sobre os convênios;
- Maior integração intra-membros das unidades de cooperação internacional, por concentrarem seus esforços em um convênio;
- Formação de capacitação em gerência de cooperação internacional;
- Risco de duplicação de recursos e esforços, e de surgimento de capacidade ociosa;
- Risco de as unidades de cooperação internacional ficarem estanques, dificultando trabalhos integrados;
- Dificuldade de coordenação do CTI;
- Perda da "visão do todo" devido à especialização em convênios distintos.

3.3 O PAPEL DA CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma fundação ligada ao Ministério da Educação (MEC) e desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo o território nacional brasileiro. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior (MEC, 2015).

As atividades da Capes podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- Acesso e divulgação da produção científica;

- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- Promoção da cooperação científica internacional;
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Em relação à concessão de bolsas de estudo no exterior, a CAPES dispõe de duas linhas:

- Candidaturas individuais (chamadas de demanda-balcão);
- Concessão de bolsas inseridas em projetos de cooperação internacional, que incluem projetos conjuntos de pesquisa e de parcerias universitárias.

Conforme já explicado, na cooperação internacional acadêmica, os acordos podem ser firmados diretamente com instituições de outros países, ou por meio de acordos com o quadro do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

As atividades de cooperação internacional realizadas pela CAPES são instituídas por meio de acordos institucionais bilaterais ou multilaterais que contemplam projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias com cerca de 40 países. Para cada projeto de pesquisa é exigida a elaboração de um plano de trabalho previamente acordado entre as partes. Este plano envolve a mobilidade de professores e pesquisadores por meio de missões de trabalho e, necessariamente, deve incluir o intercâmbio de estudantes de pós-graduação ou de graduação (CAPES, 2014).

Conforme já discutido, a cooperação internacional pode ser feita com países desenvolvidos e parceiros tradicionais em projetos mais simétricos, além de com outros países de forma especial, por exemplo, Cuba e países africanos. Os projetos simétricos possuem como característica relevante, a existência de um apoio financeiro equivalente pelas partes envolvidas, assim como um alinhamento prévio dos procedimentos acordados quanto à seleção, análise e aprovação dos pleitos apresentados. Já os projetos considerados como sendo de pesquisas especiais, devem corresponder com as realidades de cada cooperante individual, sem a necessidade de adoção de procedimentos formais idênticos por ambas as partes.

Conforme a CAPES (2014), os programas de cooperação internacional e de formação no exterior compreendem as seguintes modalidades:

- Bolsistas no exterior (candidatura individual balcão);
- Projetos conjuntos de pesquisa;

- Parcerias universitárias;
- Colégios doutorais binacionais;
- Professores visitantes;
- Escola de altos estudos;
- Projetos especiais;
- Internacionalização da pós-graduação.

A CAPES tem um papel fundamental no processo de internacionalização das universidades brasileiras. Para a implementação de um plano de formação no exterior, a CAPES definiu como áreas prioritárias as modalidades: bolsistas, projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias (CAPES, 2014). Essas ações são vistas como essenciais por parte da CAPES para a expansão da cooperação internacional, induzindo a participação de pesquisadores em áreas desejadas por meio da concessão de bolsas.

Com o advento do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), a internacionalização acadêmica brasileira teve um impulso com o financiamento federal de bolsas de estudo que acabaram por impactar positivamente na mobilidade acadêmica das universidades.

O Ministério da Educação ressalta o esforço interministerial e faz a seguinte definição do programa Ciência sem Fronteiras:

Um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC (MEC, 2015).

De fato, o programa Ciência Sem Fronteiras já obteve uma grande visibilidade não apenas em âmbito nacional, como também internacional. Pode-se reconhecer aspectos relacionados à projeção da imagem do país, ao apoiar uma quantidade de estudantes considerável estabelecidas nos mais diversos países onde o referido programa viabiliza parcerias.

Segundo o MEC (2014), o projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além de apoiar a ida de estudantes e

pesquisadores para o exterior, o programa também visa atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil, ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa (MEC, 2014). Até o momento, foram utilizadas 92.880 bolsas referentes ao CsF, segundo o site oficial do programa⁴.

3.4 OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Se considerarmos os principais rankings internacionais, que classificam as melhores universidades de todo o mundo, as universidades brasileiras não estariam numa posição confortável. Independentemente das críticas relacionadas às metodologias utilizadas na elaboração destes rankings, pode-se concluir em alguma medida em que cenário as universidades brasileiras se situam. São muitos os desafios encontrados pelas nossas instituições. Ter noção destas barreiras é um passo importante para elaboração de políticas para minimizá-las e promover a internacionalização de forma sustentável.

Em dezembro de 2010, o *Jornal da Unicamp* publicou uma entrevista com três especialistas em internacionalização para tentar entender os desafios a serem enfrentados pelas universidades brasileiras e mapear quais os caminhos mais recomendados para que o Brasil atinja um nível de internacionalização respeitável ao longo do mundo. Foram entrevistados Ben Wildavsky, pesquisador da Kauffman Foundation, nos Estados Unidos, autor do livro *“The Great Brain Race: How Global Universities Are Reshaping the World”* e colaborador do blog “WorldWise” da publicação norte-americana *“The Chronicle of Higher Education”*; Francisco Marmolejo, diretor-executivo do Consórcio para a Colaboração no Ensino Superior da América do Norte (Conahec), vice-reitor assistente de Programas do Hemisfério Ocidental da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, e colaborador do blog “WorldWise”; John Douglass, pesquisador do *Center for Studies in Higher Education* (CSHE) da Universidade da Califórnia (Berkeley, EUA). Foi fundador e coordenador do *Student Experience in the Research University* (SERU), sistema de avaliação utilizado por 17 das melhores universidades públicas americanas, além de ter sido pesquisador visitante do Grupo de Estudos em Ensino Superior (GEES) do Centro de Estudos Avançados (CEAv) da

⁴ Dados disponíveis no site oficial do programa Ciência sem Fronteiras, computados até janeiro de 2016.

Unicamp.

Ao ser questionado sobre o porquê das instituições latino-americanas terem grande dificuldade para se situar entre as 200 melhores universidades, Wildavsky comentou sobre as diferenças de metodologia entre os principais rankings mundiais e suas especificidades tais como foco em produtividade, áreas mais valorizadas, citações e gastos com pesquisa. Além disto, sobretudo no caso brasileiro, foi ressaltado que se houvesse uma hipotética avaliação por departamento, poderia levar a um mapeamento bem distinto da avaliação da universidade como um todo. Marmolejo corrobora com existência de diferentes metodologias de avaliação dos rankings e seu caráter arbitrário de avaliação como sendo uma das barreiras para se conseguir uma melhor colocação nos rankings. No entanto, ele acrescenta que o modelo de desenvolvimento utilizado nas universidades sul-americanas pode ter uma influência nesta análise. Ele cita como possíveis barreiras o acesso relativamente limitado ao ensino superior, bem como níveis de financiamento menores em relação aos países desenvolvidos e um modelo de governança voltado ao “assembleísmo” que dificulta a tomada de decisões em suas instituições. Outro aspecto relacionado é a pressão demográfica na América-Latina que faz com que o desafio de se construir novas universidades seja prioritário em relação a melhorar a qualidade das já existentes. Finaliza mencionando a rigidez e ineficiência curricular e a limitação dos processos de internacionalização das universidades. Quanto a isto, Douglass reconhece que os rankings “dizem algo” a respeito da qualidade, mas tece uma crítica mais contundente ao afirmar que são “muito mais uma imagem incompleta e tendenciosa”.

Há uma unanimidade de que processos de internacionalização mais fortes contribuem para que as universidades possam ser mais reconhecidas e respeitadas no cenário mundial. Wildavsky cita que a mesma globalização que chegou ao mundo dos negócios e da cultura, chegou também ao mundo do ensino superior. Já há um entendimento de que a competição entre universidades não se restringe em âmbito local, regional ou nacional, mas em escala global. Por isso, evidencia-se a procura pelo capital humano por parte das universidades em todo o mundo, por considerar isto como algo imprescindível para o crescimento econômico. Marmolejo traz um conceito de internacionalização de uma nova perspectiva, ao afirmar que trata-se de revisar um currículo a fim de se constatar quais conteúdos são relevantes, não somente num contexto local, mas em um contexto global. Complementa ressaltando a importância da mobilidade acadêmica discente e docente, para que eles entendam o mundo em que irão trabalhar.

A publicação denominada *Global Survey Report on Internationalization of Higher*

Education, divulgada pela *International Association of Universities* (IAU) informou que a América Latina e o Caribe não eram considerados lugares prioritários para envio de estudantes e professores, por nenhuma instituição de ensino do mundo, nem mesmo por países da região. Em relação a isto, Douglass elencou uma série de obstáculos legais e culturais que dificultam a internacionalização das universidades no Brasil:

- Pouca liberdade para ministrar aulas em inglês;
- Políticas de visto restritivas;
- Poucos esforços para atrair e reter talentos de todo o mundo;
- Inexistência de alojamentos para alunos e visitantes estrangeiros;
- Inexistência de centros para dar suporte aos visitantes estrangeiros nas universidades brasileiras.

Uma barreira à internacionalização que merece destaque é a língua utilizada nos cursos universitários. Diversos especialistas brasileiros e estrangeiros concordam que a língua é um grande empecilho para a vinda de professores e alunos a instituições de ensino brasileiras.

Em relação à importância do domínio da língua inglesa, Wildavsky fez as seguintes considerações:

O inglês realmente tornou-se a língua do mundo acadêmico. Essa não é uma questão em aberto. O diretor da Universidade Sciences Po, da França, disse-me certa vez que uma instituição tem de operar em inglês se quiser ser globalizada. Não tenho a pretensão de dizer como vocês devem agir, mas de fato é difícil conseguir que um grande número de pessoas aprenda português para lecionar ou estudar no Brasil. Embora isto não signifique que vocês devam abandonar sua língua nativa, é importante estimular seus professores a publicar em inglês e garantir que seus alunos tenham um bom conhecimento de inglês para que possam fazer parte da comunidade internacional de pesquisa. Fora das fronteiras nacionais, a língua usada é o inglês. Talvez seja o chinês daqui a 50 anos, mas tenho minhas dúvidas (MARMOLEJO; WILDAVSKY e DOUGLASS, 2010).

Marmolejo concorda com o fenômeno da padronização da língua inglesa na educação internacional e faz as seguintes observações a respeito:

Os países que mais atraem alunos são aqueles que oferecem cursos em inglês. Embora não gostemos, isso é uma realidade. O inglês converteu-se na língua franca do mundo contemporâneo em termos acadêmicos. Creio que o Brasil deveria oferecer mais cursos universitários em inglês – não digo cursos de inglês, mas cursos em inglês. Ao mesmo tempo, deveria vincular mais o trabalho de universidades como a de Campinas ao de instituições parceiras no exterior para que se fortaleçam os programas internacionais de

ensino de português. Isso faria aumentar o interesse dos estudantes estrangeiros em aprender português e, conseqüentemente, em vir ao Brasil (MARMOLEJO; WILDAVSKY e DOUGLASS, 2010).

3.5 RANKINGS INTERNACIONAIS

Este trabalho reconhece que a avaliação da qualidade do ensino superior, bem como a avaliação da qualidade de uma universidade é algo extremamente complexo e subjetivo, e que deve respeitar inúmeros fatores, tais como aspectos culturais, leis nacionais, aspectos organizacionais, demandas sociais, dentre inúmeros outros. Apesar disto, esta pesquisa entende que os rankings internacionais que classificam as melhores universidades do mundo possuem um papel importante na tentativa de sistematizar um comparativo entre universidades de todo o mundo e influenciar as relações entre as instituições de ensino por todo o mundo. Segundo Fernandes (2011), os rankings internacionais têm obtido destaque crescente nos estudos sobre a educação internacional, e por isso, tem sido objeto de estudo de grandes instituições e renomados especialistas passaram a analisar suas metodologias e questionar os critérios adotados. Ainda segundo Fernandes, “*estas classificações têm causado alguns constrangimentos às instituições de educação superior, mas não se podem negar os benefícios colaterais resultantes da acirrada competitividade que também promovem*” (FERNANDES, 2011, pg. 4).

São várias as instituições internacionais que realizam rankings mundiais de universidades, dentre elas podemos destacar a Shanghai Ranking, o QS World University Rankings e o *Times Higher Education* (THE). Esta pesquisa adotará a britânica THE por ser uma das mais renomadas do mundo.

Como metodologia para elaboração do ranking das melhores universidades do mundo, a THE baseia-se em 13 indicadores distribuídos em 5 áreas: ensino, pesquisa, citações, dimensão internacional e receitas da indústria.

A seguinte tabela mostra de que forma o ranking está estruturado, considerando as 5 áreas, os 13 indicadores e seus respectivos pesos na classificação final:

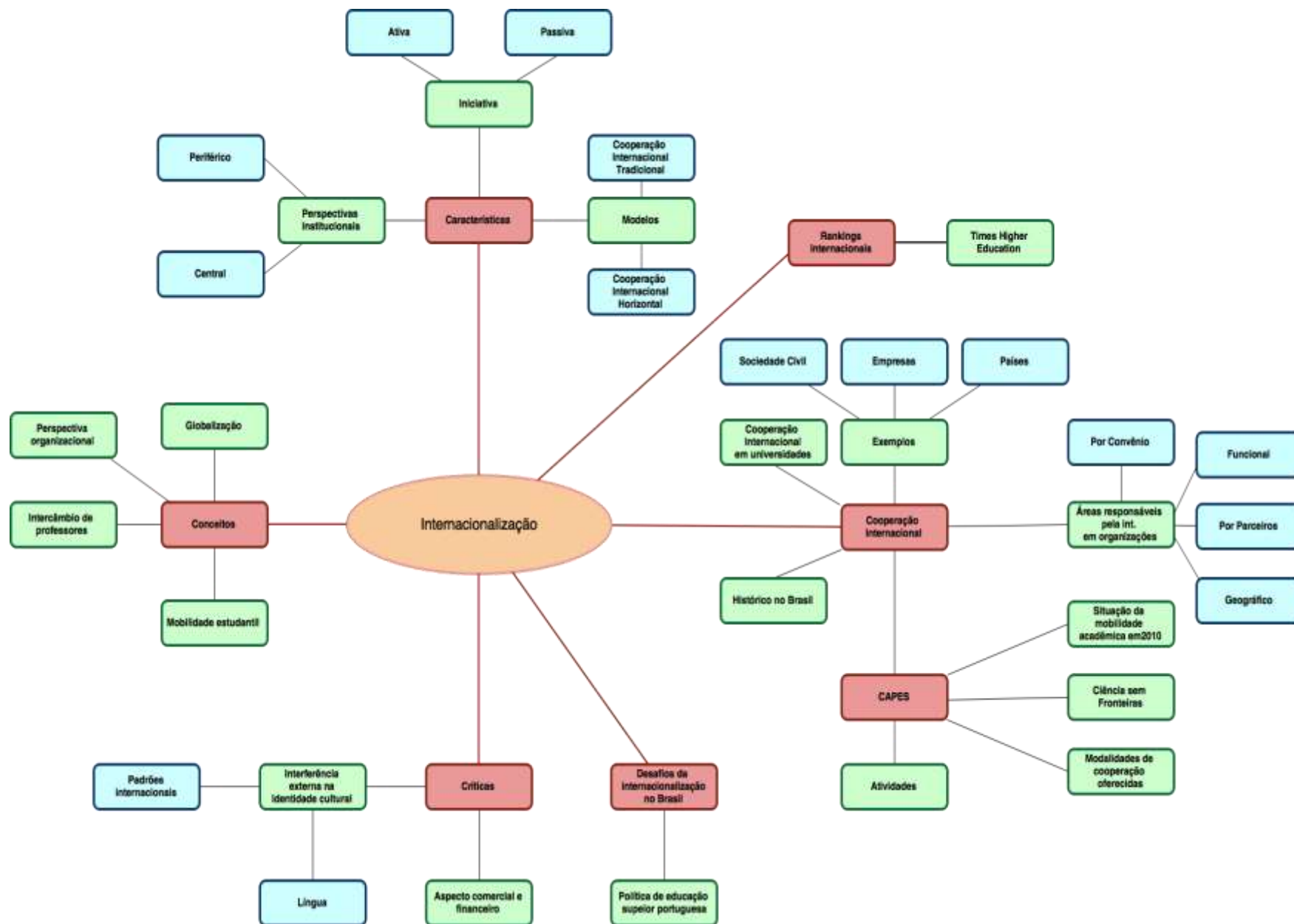
Tabela 1 - Áreas, indicadores e pesos utilizados no THE

Área	Indicador	Peso
Ensino	Pesquisa de reputação	15,00%
	Proporção de funcionários por estudantes	4,50%
	Proporção de doutorado por bacharel	2,25%
	Proporção de doutorados concedidos por funcionários	6,00%
	Receita institucional	2,25%
	Subtotal	30,00%
Pesquisa	Pesquisa de reputação	18,00%
	Receita de pesquisa	6,00%
	Produtividade de pesquisa	6,00%
	Subtotal	30,00%
Citações	Estudos universitários citados por estudantes no mundo	30,00%
	Subtotal	30,00%
Dimensão Internacional	Proporção de estrangeiros por estudantes locais	2,50%
	Proporção de estrangeiros por funcionários locais	2,50%
	Colaboração internacional	2,50%
	Subtotal	7,50%
Receitas da Indústria	Receitas provenientes da indústria por quantidade de funcionários acadêmicos	2,50%

Fonte: Dados do THE (2016)

Registra-se que o ranking das universidades mais internacionalizadas da THE, também utilizado nesta pesquisa, baseia-se na área “Dimensão Internacional” prevista no ranking.

Figura 7 - Mapa mental ilustrando um resumo do capítulo 3



4 ESTUDO DE CASO DA UFBA: COLETA DE DADOS, APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, será mostrado o caso a ser estudado bem como as fontes de coleta, os meios utilizados, técnicas, além da apresentação dos resultados obtidos. Por opção metodológica, este pesquisador resolveu incluir ao final de cada resultado apresentado a sua respectiva interpretação dos dados, uma vez que a quantidade de indicadores e dados é significativa e poderia acarretar em consultas frequentes entre capítulos, caso se decidisse por separar a interpretação e análise em um capítulo distinto da apresentação.

Este capítulo está dividido em 3 partes. A primeira parte trata da apresentação da UFBA e dos aspectos institucionais por meio de sua estrutura, dados acadêmicos e administrativos, análise do planejamento e mapeamento de processos. Ao longo deste tópico, será identificado e descrito o setor responsável pela internacionalização desta universidade. Na segunda parte, serão apresentados os dados relativos à mobilidade acadêmica da UFBA. Por fim, serão apresentados os dados referentes ao cenário externo. Estes dados consistem na comparação da UFBA com outras instituições, seja no âmbito estadual, nacional ou internacional.

Ressalta-se que, não por acaso, os três momentos deste capítulo coincidem com as três dimensões previstas no título desta dissertação, e contemplam todos os objetivos específicos previstos.

4.1 APRESENTAÇÃO DA UFBA E DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A internacionalização em instituições de ensino superior tem sido estudada já há alguns anos. Respeitadas universidades de diversos países tem produzido documentos científicos a respeito da importância e benefícios de se ter uma instituição conectada ao mundo por meio dos seus pares. Apesar do número de trabalhos sobre esta temática ter se intensificado consideravelmente nos últimos anos, não foram encontradas pesquisas que associavam tal tema à Universidade Federal da Bahia. Isto se configurou como uma oportunidade para que desenvolvêssemos uma pesquisa que pudesse, além de produzir um

trabalho acadêmico, contribuir organizacionalmente para o entendimento do panorama de internacionalização desta universidade. Baseado nisso este trabalho propõe a seguinte pergunta problema: “Como vem se dando a internacionalização na Universidade Federal da Bahia desde 2011 até o presente momento? ”. Estudar este panorama é um grande desafio, pois requer uma boa dose de análise empírica e bom senso por parte do investigador, além de um bom mapeamento dos tipos de dados que devem ser colhidos ao longo da pesquisa para que contribua para atingir os objetivos estabelecidos.

A UFBA tem suas raízes acadêmicas que datam de 1808, ano de fundação da Escola de Médico e Cirurgia da Bahia, considerada o primeiro curso universitário do Brasil. Ainda no século XIX, foram criados os cursos de Farmácia (1832), Odontologia (1864), Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Politécnica (1896). Sob o reitorado do professor Edgard Santos, em 1950 é instituída oficialmente a Universidade Federal da Bahia, integrando as escolas, que até então eram isoladas, além de criar novos cursos.

Atualmente, a UFBA é composta por 3 *campi*, localizados nas cidades de Salvador e Vitória da Conquista, 31 unidades universitárias, 2 hospitais universitários, 3 museus, 1 creche, 3 fazendas experimentais, 4 residências universitárias, 1 restaurante universitário, 1 centro de esportes além de 11 pavilhões de aulas (UFBA, 2015).

Em 2014 a UFBA possuiu uma média de 38.494 alunos matriculados por semestre, sendo 33.177 em cursos de graduação e 5.317 alunos matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Em relação aos cursos de pós-graduação, a UFBA possuiu 12 mestrados profissionais, 61 mestrados acadêmicos e 49 doutorados. Além destes, pode-se computar o Campus em Vitória da Conquista com 2 mestrados acadêmicos e 1 doutorado.

A UFBA conta com 501 grupos de pesquisa com vínculo no CNPq. Ao todo são 2.398 linhas de pesquisa, contando com 3.662 pesquisadores, 1.915 doutores, 7.475 estudantes e 212 técnicos vinculados.

Dentre as produções acadêmicas em pesquisa e inovação, destacam-se 741 artigos científicos publicados no Web of Science, 22 contratos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, além de 1.136 trabalhos apresentados em seminários de pesquisa e pós-graduação.

Ao longo de 2014 a UFBA, por meio da Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI), efetivou 19 novos convênios, renovou 10 convênios existentes, implementou 9 convênios de co-tutela e realizou 25 recepções e missões internacionais.

A UFBA conta no seu quadro: 1.578 docentes com doutorado, o que representa 69,36% do total de docentes; 562 com mestrado, representando 24,70% do total; 76 docentes com especialização, representando 3,34% do total; e 59 com graduação, representando 2,59% de todos os docentes. Ao todo a UFBA possui 2.275 docentes no seu quadro permanente.

A Universidade Federal da Bahia está estruturada em Conselhos Superiores, Administração Central, Órgãos Estruturantes, Unidades Universitárias e “Outros Órgãos”.

Os Órgãos Estruturantes estão divididos em:

- Sistema Universitário de Bibliotecas
- Sistema Universitário de Saúde
- Sistema Universitário de Museus
- Sistema Universitário Editorial

Já as unidades universitárias estão distribuídas segundo o quadro abaixo:

Quadro 4 - Unidades universitárias da UFBA

Área	Unidades
Área 1	Arquitetura Física Geociências Matemática Politécnica Química
Área 2	Biologia Ciências da Saúde Enfermagem Farmácia Medicina da Bahia Medicina Veterinária Nutrição Odontologia Saúde Coletiva
Área 3	Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas Ciência da Informação Comunicação Direito Educação Filosofia e Ciências Humanas Psicologia
Área 4	Letras
Área 5	Belas Artes Dança Música Teatro
Bacharelado Interdisciplinar	Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos
Unidade do Interior	Multidisciplinar em Saúde

Fonte: Adaptado de UFBA, 2016

A Administração Central é composta por 8 Pró-Reitorias, 5 Superintendências, 3 Assessorias e 1 Ouvidoria, conforme descrição a seguir:

- Reitoria
- Gabinete do Reitor
- Vice-Reitoria
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação
- Pró-Reitoria de Ensino de Pós Graduação
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
- Pró-Reitoria de Administração
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas
- Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
- Superintendência de Administração Acadêmica – SUPAC
- Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura – SUMAI
- Superintendência de Educação a Distância – SEAD
- Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional – SUPAD
- Superintendência de Tecnologia da Informação – STI
- Assessoria de Tecnologia da Informação
- Assessoria para Assuntos Internacionais
- Assessoria de Comunicação Institucional
- Ouvidoria Geral da UFBA

O órgão da UFBA responsável pela internacionalização da universidade faz parte da Administração Central e é denominado Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI). É por meio desta assessoria que são viabilizados os convênios internacionais, acordos de cooperação, e demais parcerias com instituições congêneres e centros de pesquisa internacionais. A AAI também promove a mobilidade acadêmica por meio destes convênios de cooperação, proporcionando intercâmbios discentes, docentes e estágios para os funcionários técnico administrativos desta universidade.

Os objetivos da AAI, segundo o próprio órgão (AAI, 2016), estão descritos a seguir:

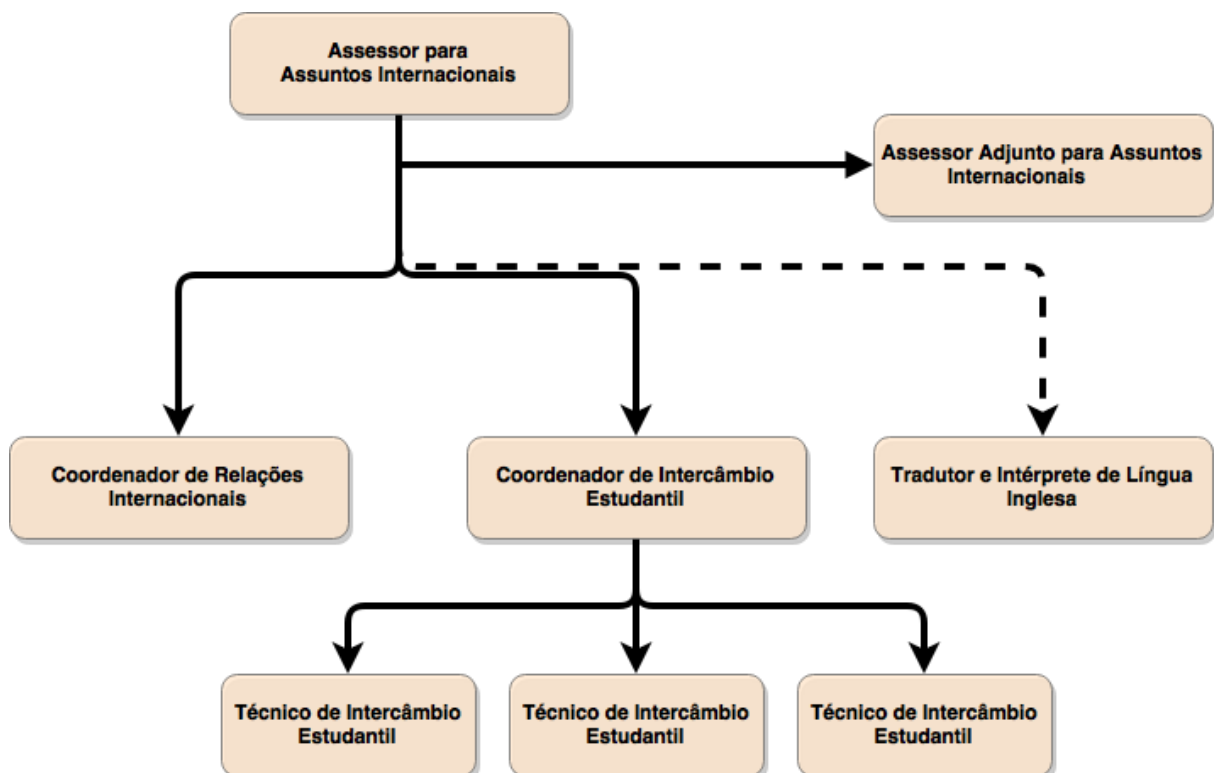
- Induzir e promover a internacionalização discente, docente e técnica com instituições estrangeiras, através de intercâmbios, cursos, eventos, bolsas de

estudos, estágios (remunerados ou não);

- Viabilizar, em parceria com outros setores da Universidade, a concretização de acordos de cooperação bilaterais ou multilaterais com instituições estrangeiras;
- Prospectar, implementar e acompanhar acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais;
- Gerenciar programas de intercâmbio acadêmico UFBA/universidades no exterior e universidades no exterior/UFBA;
- Divulgar oportunidades acadêmicas internacionais junto à comunidade interna e externa da UFBA;
- Realizar missões em instituições estrangeiras de ensino superior e de pesquisa;
- Recepcionar missões de instituições do exterior em visita à UFBA.

Para atender a estes objetivos, esta assessoria conta com um assessor geral, um assessor adjunto, dois coordenadores, um tradutor e três técnicos de intercâmbio estudantil, conforme mostrado na figura a seguir:

Figura 8 - Organograma da Assessoria para Assuntos Internacionais



Fonte: AAI, 2016

Nota: Figura criada pelo autor, baseada em entrevista com os assessores geral e adjunto da AAI e nos dados disponíveis no site institucional desta assessoria.

4.1.1 Entrevistas

Baseado no levantamento prévio a respeito das principais instâncias envolvidas na internacionalização da UFBA, foram realizadas duas entrevistas com áreas estratégicas da universidade conforme descrito a seguir:

- a) Entrevista com a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação

Por que foi escolhida - Esta Pró-Reitoria foi escolhida para entrevista, por se acreditar que ela é uma das protagonistas da internacionalização na UFBA e que algumas informações a respeito da mobilidade acadêmica poderiam ser esclarecidas nesta instância.

Características Metodológicas da Entrevista - Esta entrevista caracterizou-se por ser individual, pois mesmo tendo a participação de dois representantes da PRPPG, não se tratou de uma entrevista grupal ou grupo focal. O entrevistador não atuou como moderador e as discussões não eram feitas entre os entrevistados.

A entrevista foi qualitativa, pois teve como intuito a investigação de processos de gestão utilizados na própria pró-reitoria que abordavam de alguma forma a internacionalização. Não foram aplicados quaisquer tipos de questionário que sugerisse que a entrevista tivesse um cunho quantitativo.

A entrevista foi baseada em roteiro, pois este pesquisador teve o cuidado de registrar em uma ferramenta de anotações eletrônicas os tópicos que norteariam a entrevista.

Por fim, foi uma entrevista de estrutura semi-aberta, pois houve um roteiro prévio simplificado, mas com a flexibilização que a abordagem exigia, uma vez que diversos assuntos poderiam ser tratados nesta reunião que não haviam sido previstos.

Expectativas - Almejávamos entender que mecanismos existiam por parte da PRPPG para controle e promoção da internacionalização.

Preparativos - Para a realização desta entrevista, não houve necessidade de uma carta de apresentação a ser encaminhada para a instituição, uma vez que o próprio pesquisador e a orientadora trabalham nesta mesma universidade. Para viabilização da reunião, houve um primeiro contato entre a professora orientadora desta pesquisa com o pró-reitor, fazendo uma breve apresentação deste trabalho e explicando os motivos desta entrevista. Com a concordância do entrevistado, a reunião ficou agendada para o dia 08 de Maio de 2015.

Também ficou acertado que o local escolhido para a realização da entrevista seria a própria Pró-Reitoria de Ensino em Pós-Graduação, localizada na Canela. O entrevistador optou por não fazer a gravação da entrevista, por achar que, apesar das vantagens de se ter o registro, isto poderia inibir o bom desenvolvimento e fluência por parte dos entrevistados.

O roteiro foi previamente elaborado para esta reunião, baseado numa revisão bibliográfica sobre o tema e caracterizou-se por ser propositadamente resumido para que houvesse mais liberdade tanto nas perguntas quanto nas respostas. Tal roteiro previu os seguintes assuntos a serem abordados:

- Apresentação da pesquisa;
- Cenário interno da UFBA quanto à internacionalização;
- Importância da mobilidade acadêmica;
- Iniciativas de internacionalização existentes;
- Mobilidade acadêmica;
- Rankings acadêmicos internacionais;
- Existência e controle de convênios internacionais.

Execução - Conforme previsto no planejamento, a reunião ocorreu no dia 08 de Maio de 2015 na Pró-Reitoria de Ensino em Pós-Graduação, no Canela. Estavam presentes a assistente e o pró-reitor da PRPPG, o pesquisador / autor e a professora orientadora desta dissertação.

Inicialmente foi feita uma apresentação da pesquisa com uma breve descrição dos seus objetivos. Logo no início, uma premissa já foi ratificada pelo pró-reitor quando o mesmo disse que a internacionalização ocorre, na prática, na pós-graduação e isto incluía tanto em relação à docência quanto à discrição. A importância dos rankings acadêmicos foi relativizada frente ao verdadeiro desafio da qualidade do ensino superior. Em relação à mobilidade acadêmica e à existência de iniciativas de internacionalização, foram abordados dois programas que a UFBA faz parte: Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC) e o Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduiche no Exterior (PDSE).

Conclusão - A partir desta reunião, foi obtido com êxito dados referentes ao Programa de Parcerias para Educação e Treinamento (PAEC) e ao Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduiche no Exterior (PDSE) em formato digital, via email, contendo informações desde 2012. Dados estes que serão analisados em fases seguintes desta pesquisa e apresentados para atender aos objetivos secundários previstos anteriormente.

b) Entrevista com a Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI)

Por que foi escolhida - A AAI foi escolhida para entrevista, pois é o setor que responde especificamente pela internacionalização na UFBA e seria uma natural candidata para agregar informações a respeito do tema em estudo.

Expectativas - As expectativas sobre esta entrevista giraram em torno do esclarecimento a respeito da existência de processos que suportem de alguma forma a internacionalização. Dois destes processos possuem maior ênfase: o processo de elaboração de acordos de cooperação internacional e o processo de elaboração de convênios de co-tutela, ambos previstos como objetivo secundário (OE3). Além disto, pretendeu-se ouvir a opinião desta assessoria a respeito de algumas dificuldades para internacionalização, mapeadas previamente por meio de revisão bibliográfica no tópico: “3.4 *Os desafios da internacionalização nas universidades*”.

Características Metodológicas da Entrevista - Esta entrevista caracterizou-se por ser individual, pois mesmo tendo a participação de dois representantes da AAI, não se tratou de uma entrevista grupal ou grupo focal. O entrevistador não atuou como moderador e as discussões não eram feitas entre os entrevistados. Pelo contrário, ambos atuaram muito mais como complemento um do outro e sempre com posicionamento alinhado.

A entrevista foi qualitativa, pois teve como intuito a verificação da existência de processos e o entendimento do funcionamento dos mesmos, o entendimento da visão da AAI a respeito de algumas dificuldades já mapeadas em outras universidades, dentre outros aspectos subjetivos. Não foram aplicados quaisquer tipos de questionário que sugerisse que a entrevista tivesse um cunho quantitativo.

A entrevista foi baseada em roteiro, pois este pesquisador teve o cuidado de registrar numa ferramenta de anotações eletrônicas os tópicos que norteariam a entrevista.

Por fim, foi uma entrevista de estrutura semi-aberta, pois houve um roteiro prévio com assuntos a serem tratados, mas com a flexibilização que a abordagem exigia, uma vez que diversos assuntos poderiam ser tratados nesta reunião que não haviam sido previstos.

Preparativos - Para a realização desta entrevista, não houve necessidade de uma carta de apresentação a ser encaminhada para a instituição, uma vez que o próprio pesquisador trabalha nesta mesma universidade. Para viabilização da reunião, houve um primeiro contato via e-mail com o assessor para assuntos internacionais no dia 11 de janeiro de 2016, fazendo

uma breve apresentação do pesquisador deste trabalho e explicando os motivos desta entrevista. Aproveitou-se para consultar a agenda do assessor. No dia 12 de janeiro o assessor respondeu o e-mail confirmando a possibilidade da reunião, e sugerindo que ocorresse no dia 15 de janeiro, às 07h:30min. Também ficou acertado que o local escolhido para a realização da entrevista foi a própria Assessoria para Assuntos Internacionais, localizada no Palácio da Reitoria. O entrevistador optou por não fazer a gravação da entrevista, por achar que, apesar das vantagens de se ter o registro, isto poderia inibir o bom desenvolvimento e fluência por parte dos entrevistados.

O roteiro foi previamente elaborado para esta reunião, baseado numa revisão bibliográfica sobre o tema e previu os seguintes assuntos a serem abordados:

- Apresentação da pesquisa;
- Cenário internacional;
- Cenário nacional;
- Importância da mobilidade acadêmica;
- Importância dos rankings acadêmicos internacionais;
- Impacto dos fatores geográficos;
- Impacto dos fatores linguísticos;
- Panorama de internacionalização da UFBA;
- Existência de processos que suportem a internacionalização;
- Existência e controle de convênios internacionais;
- Apresentação da estrutura e dos recursos humanos da AAI.

Execução - Conforme previsto no planejamento, a entrevista ocorreu no dia 15 de janeiro de 2016 às 7h:30min na Assessoria para Assuntos Internacionais localizada no Palácio da Reitoria. Estavam presentes além do autor desta pesquisa, o assessor para assuntos internacionais e o assessor adjunto para assuntos internacionais.

A entrevista começou com uma breve apresentação sobre os objetivos da pesquisa em relação à investigação da internacionalização na UFBA para logo em seguida serem introduzidos os temas da internacionalização das universidades no cenário internacionais, nacional e regional.

Os assessores concordam que a internacionalização é um aspecto fundamental em qualquer universidade moderna e que a cooperação traz benefícios inequívocos para a instituição, sejam eles culturais, científicos e organizacionais. Em relação ao posicionamento

da UFBA no cenário internacional, observou-se que cada ranking internacional tem as suas metodologias específicas e que elas devem ser entendidas com cuidado. De qualquer forma, foi reconhecida a importância dos rankings e o esforço que pesquisadores depositam em estabelecer critérios para uma classificação coerente.

Outro aspecto importante relatado foi que, apesar da AAI contribuir na promoção da internacionalização na UFBA, entende-se que a internacionalização se dá, sobretudo, na pós-graduação. Isto confirma o que já havia sido aventado pela Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPPG) na reunião ocorrida anteriormente. Em relação a alguns fatores complicadores, a AAI concorda que a distância geográfica dos grandes centros de ensino mundiais pode dificultar, mas que isto pode ser amenizado com a disponibilização de bolsas de estudo. Já em relação à língua utilizada no ensino, percebe-se que isto pode ser um complicador tanto para alunos que queiram estudar em grandes universidades mundiais, quanto para atrair professores estrangeiros para ensino em nossa instituição. De qualquer forma, entende-se que a língua inglesa já é um padrão de fato e que o domínio dela é muito importante para a realização de cursos abertos a estudantes estrangeiros. Também foi relatado que isto não foi empecilho para universidades como a University of Macau, cuja língua do país é majoritariamente chinesa, além do uso de português em alguns casos, tornar-se uma das mais internacionalizadas segundo o ranking da Times Higher Education⁵ na edição de 2016.

A AAI também prestou informações valiosas a respeito dos processos que suportam a internacionalização na UFBA, sendo que dois deles foram mapeados e desenhados nesta pesquisa. Outra fonte de dados obtida como fruto desta reunião foi o total de convênios existentes entre a UFBA e instituições de ensino internacional. A partir destes dados, esta pesquisa fará uma análise dos países que a UFBA mais se relaciona.

Conclusão - Ao término da entrevista, foram colhidos dados e informações importantes para a pesquisa, como por exemplo, a forma de como é criado um novo convênio para cooperação internacional, a existência de um ranking internacional que trata especificamente da dimensão da internacionalização, a apresentação da equipe da AAI, apresentação dos convênios existentes na UFBA, além da informação de que o site da assessoria dispõe de outros dados que complementam os já repassados. Estes dados foram tratados e analisados em etapas posteriores desta pesquisa.

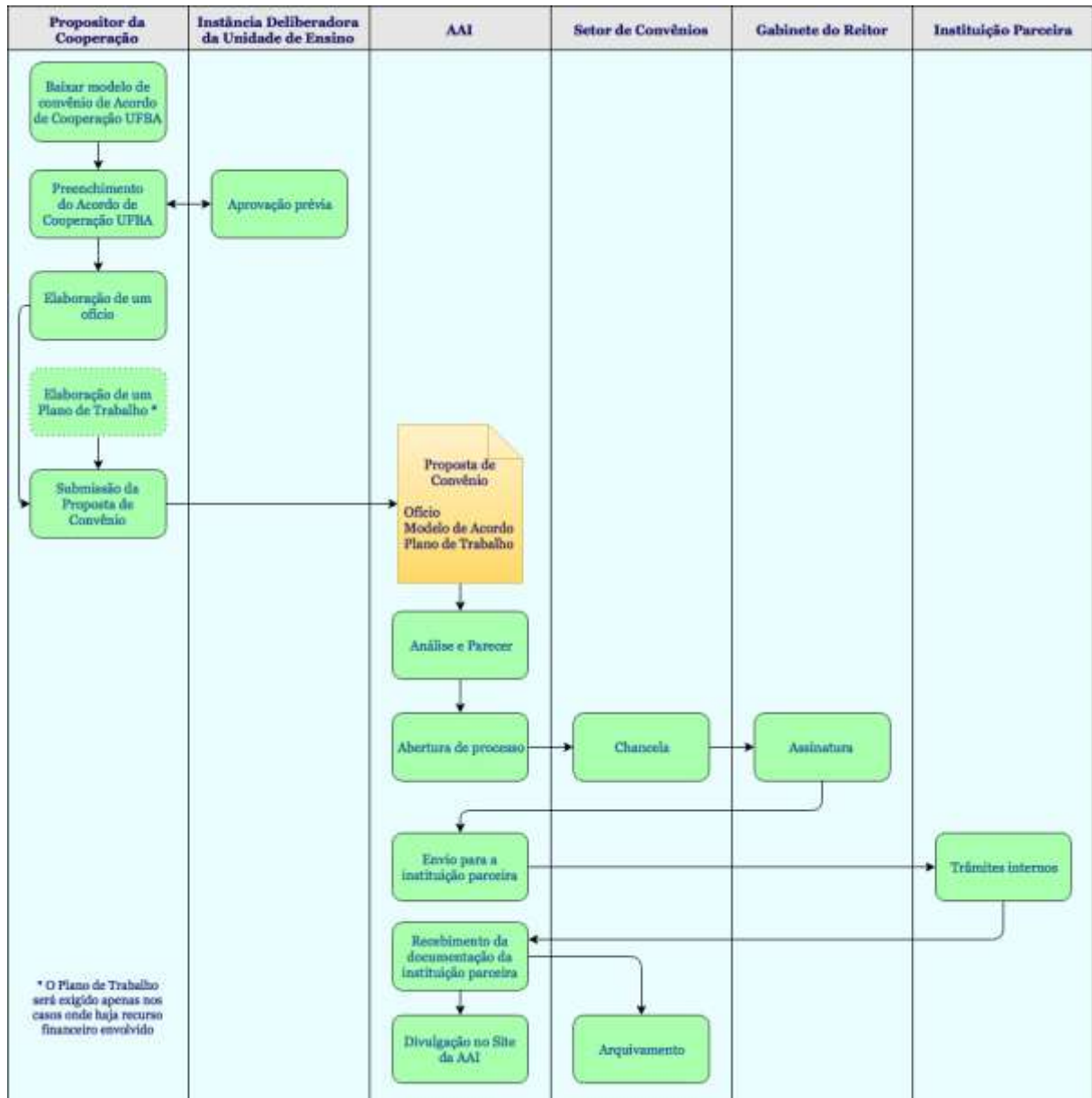
⁵ A University of Macau foi considerada a 6ª universidade mais internacionalizada do mundo, segundo o ranking “Top 200 most international universities in the world 2016” da Times Higher Education.

4.1.2 Processos

Dando continuidade à investigação da estrutura organizacional, foram feitas investigações a respeito dos processos existentes nesta universidade que acabaram resultando em dois mapeamentos ilustrados a seguir:

Processo de Elaboração de um Acordo de Cooperação Internacional na UFBA - O acordo de cooperação acadêmica internacional é um instrumento importante para viabilizar as parcerias acadêmicas com instituições estrangeiras, podendo ser bilaterais ou multilaterais. Estes acordos devem respeitar a legislação brasileira, assim como a legislação internacional e os demais tratados internacionais que os países tiverem porventura aderido. Por isto, há a necessidade de formalismos e cuidados legais no processo de elaboração destes acordos. Por padrão, a validade dos acordos é de 5 anos, podendo ser renovados quando houver interesse pelas partes envolvidas (UFBA, AAI, 2016). Dada a importância do acordo de cooperação internacional enquanto instrumento de internacionalização em uma universidade, escolhemos o processo de elaboração deste acordo como um dos processos a serem estudados e mapeados nesta pesquisa.

Figura 9 - Processo de elaboração de um acordo de cooperação internacional na UFBA.



Fonte: AAI, 2016

Nota: Processo criado pelo autor, baseado em entrevista com a AAI e nos dados disponíveis no site institucional da AAI.

Na UFBA, a elaboração de um Acordo de Cooperação Internacional pode partir de diversos atores, tais como por meio de um instituto, unidade, departamento, programa, grupo de pesquisa, pesquisador, ou órgão da UFBA. No processo mapeado acima, este ator é definido como propositor da cooperação.

Uma vez definida a intenção da cooperação juntamente com a instituição parceira, o propositor por parte da UFBA deve baixar os modelos de Acordo disponibilizados pela AAI e preenchê-los com os dados requisitados. A Assessoria para Assuntos Internacionais sugere

que esta requisição seja apreciada pelo setor responsável pela deliberação em sua unidade de ensino antes que se dê andamento ao processo. Uma vez tendo sido aprovado, o proponente deverá elaborar um ofício para ser enviado juntamente com o modelo já preenchido à AAI. Caso o projeto de acordo preveja aporte de recursos financeiros, sendo eles nacionais ou internacionais, além do modelo de Acordo e do ofício, o proponente também deverá elaborar um plano de trabalho a ser encaminhado à AAI. Uma vez entregue à AAI, a proposta será analisada e terá um parecer. A AAI abrirá um processo e encaminhará para o setor de Convênios. Este por sua vez dará encaminhamento à análise legal e se não houver restrições, será enviado ao Gabinete do Reitor, onde será assinado. Uma vez assinado, o documento será devolvido à AAI que encaminhará à instituição parceira para seus trâmites internos. Ao final do processo, a AAI publica o novo acordo em seu site.

Outro aspecto importante para a internacionalização em uma universidade são os acordos de co-tutela. Usualmente, trata-se de doutorado, ou em casos mais incomuns, mestrado, onde o estudante matricula-se na pós-graduação de duas universidades, e ao fim dos estudos, ele obtém uma dupla titulação. A importância reside no fato de aproximar as universidades e os pesquisadores com trocas de experiências, conhecimentos científicos, metodológicos e culturais.

Por isto, o processo de elaboração de um acordo de co-tutela foi o segundo processo selecionado nesta pesquisa.

Processo de Elaboração de um Acordo de Co-Tutela na UFBA - Na UFBA, o documento que rege as normas para regulamentação da pós-graduação *stricto sensu* com titulação simultânea com outras instituições de ensino é a Resolução 01/06, expedida pela Câmara de Ensino de Pós Graduação e Pesquisa, do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONSEPE).

Nesta resolução, é previsto que os alunos participantes de programas de co-tutela serão regidos pela legislação e normas de pós-graduação de suas instituições de origem, além dos convênios de co-tutela específicos para cada aluno, cujas regras devem ser obedecidas para que a titulação simultânea seja considerada válida.

O artigo 3º desta resolução dita algumas regras a respeito do convênio de co-tutela:

Art. 3º Em Cada convênio a ser assinado pelos representantes legais das duas instituições, pelos coordenadores do programa de pós-graduação, pelos orientadores e pelo aluno, deverão ser especificadas matérias referentes a:

I. o conjunto de atividades a serem desenvolvidas em cada uma das

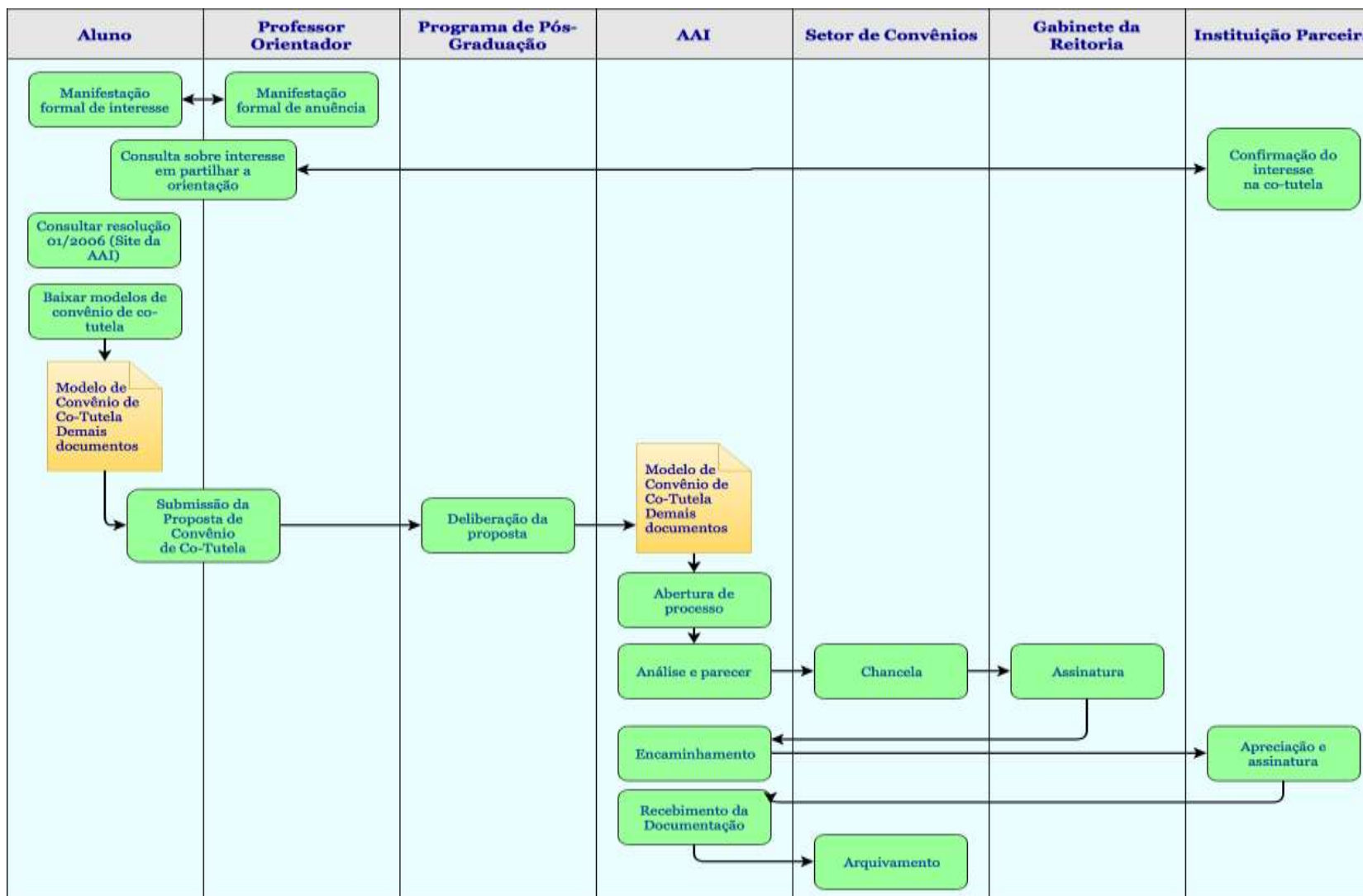
instituições;

- II. o tempo total previsto para integralização do curso, bem como os períodos programados para o desenvolvimento das atividades na UFBA e na instituição estrangeira, sendo observado um mínimo de 25% do tempo total em cada uma das instituições;
- III. o(s) idioma(s) definido(s) para redação do corpo da tese e seu resumo, o local da defesa, e demais detalhes pertinentes. Deverão ser observadas as seguintes possibilidades:
 - a) quando a tese/dissertação for defendida no Brasil ela será redigida em português, e complementada por um resumo na língua oficial da instituição parceira da UFBA, ou em inglês;
 - b) quando a tese/dissertação for defendida no exterior, sua redação será na língua oficial da instituição parceira da UFBA ou em inglês, com resumo em português; (UFBA, 2006).

Além disto, esta resolução observa que os convênios específicos de co-tutela devem ser homologados pelo colegiado do programa de pós-graduação na UFBA, que é responsável pelo envio de informações acadêmicas à Secretaria Geral de Cursos (SGC), que por sua vez tem a incumbência do registro oficial da vida acadêmica do aluno, bem como a emissão do diploma ao término do convênio.

O processo de elaboração de um acordo de co-tutela na UFBA foi mapeado nesta pesquisa conforme a figura a seguir:

Figura 10 - Processo de elaboração de um acordo de co-tutela na UFBA.



Fonte: AAI, 2016

O processo de criação de um convênio de co-tutela segue os seguintes passos:

- O processo de elaboração de um convênio de co-tutela na UFBA é iniciado com a manifestação formal do estudante ao orientador do programa de pós-graduação do qual o aluno faz parte;
- O professor orientador, por sua vez, emite uma manifestação formal de consentimento com a co-tutela;
- Em seguida, O estudante e o orientador entram em contato com um pesquisador de uma universidade estrangeira, que possua linha de pesquisa compatível com o projeto de pesquisa a ser desenvolvido;
- Após o recebimento do aval por parte do pesquisador da instituição estrangeira, o estudante deverá:
 - Ler a resolução 01/2006 que rege o regime de co-tutela na UFBA, que está disponibilizado no site da AAI;
 - Baixar e preencher os modelos de convênio de co-tutela, também disponibilizados no site da AAI.
- Ambos, o estudante e o professor, devem encaminhar formalmente ao programa de pós-graduação o modelo devidamente preenchido, juntamente com os outros documentos;
- O colegiado do programa de pós-graduação emite o parecer, e em caso positivo encaminha a proposição de convênio para a AAI;
- A AAI abre um processo, analisa a documentação e emite um parecer;
- Em seguida a AAI encaminha a documentação para o Setor de Convênios da UFBA;
- O Setor de Convênios chancela a proposta de convênio e envia a documentação para o Gabinete da Reitoria;
- O Gabinete da Reitoria assina o convênio e encaminha a documentação para a AAI;
- A AAI encaminha oficialmente a documentação para apreciação e assinatura da universidade parceira;
- A Universidade parceira devolve a documentação à AAI, dando início ao convênio de co-tutela.

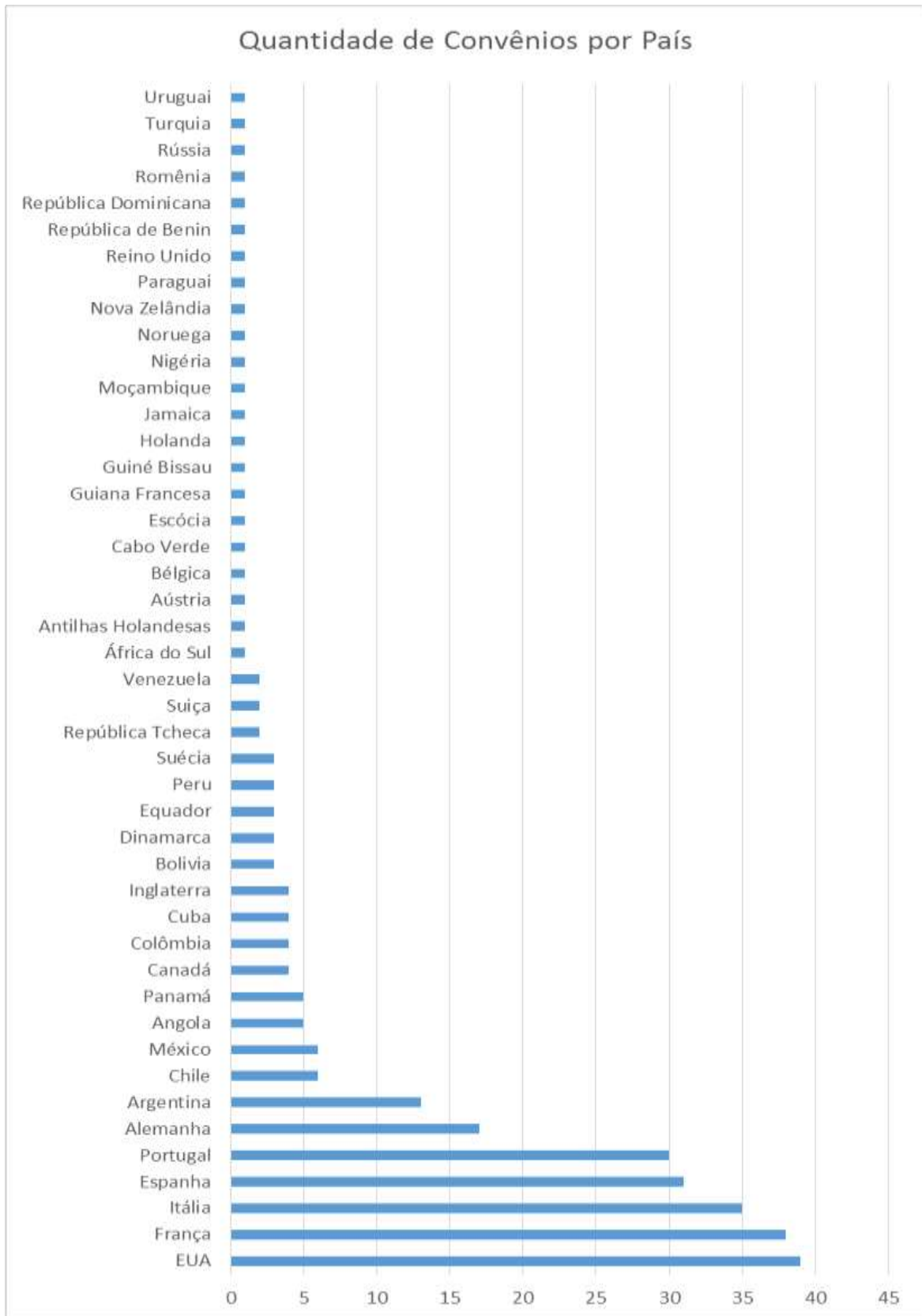
4.1.3 Acordos de Cooperação Internacional

Outro aspecto importante para a pesquisa, previsto no mapeamento metodológico, é a existência de acordos de cooperação internacional celebrados entre a UFBA e outras instituições de ensino estrangeiras por meio de convênios. A investigação destes dados foi facilitada pela publicação desta informação no site da Assessoria para Assuntos Internacionais da UFBA (AAI, 2015). No quarto trimestre de 2015, foram obtidos tais dados no referido site e lançados numa planilha do Excel para realização de uma categorização por país. Em seguida foi gerado um gráfico ordenado pelos países que a UFBA mais possui convênios.

A listagem completa de todos os acordos de cooperação internacional celebrados entre a UFBA e universidades estrangeiras encontra-se nos anexos desta dissertação para consultas, caso se faça necessário.

A seguir, é apresentado o gráfico sobre os países que a UFBA mais possui acordos de cooperação, que foram baseados nos dados obtidos no site da AAI.

Gráfico 1 - Quantitativo de acordos de cooperação internacional da UFBA, por país, acumulados até 2016



Fonte: AAI, 2016

Um aspecto a se destacar é a diversidade de países com os quais a UFBA possui acordos de cooperação. Ao todo, a UFBA possui convênios com 45 países distintos, contendo representantes nos diversos continentes, mas com uma concentração de países europeus e americanos. O quantitativo geral de acordos também merece destaque. Foram detectados ao todo 284 acordos disponibilizados no site da AAI, um número que pode ser considerado bastante significativo. Considerando o quantitativo de acordos de cooperação existentes por país, destacam-se Estudos Unidos, França, Itália, Espanha e Portugal, que juntos, respondem por quase 61% de todos os convênios existentes. Apesar dos números expressivos referentes aos acordos de cooperação existentes, é importante notar que o convênio por si só não significa necessariamente a cooperação propriamente dita, mas a base legal para que esta ocorra. Conforme já apurado anteriormente, a cooperação na UFBA ocorre de forma descentralizada, ou seja, as unidades, departamentos e, em última instância, os pesquisadores, possuem um papel fundamental para que as parcerias internacionais floresçam e deem significado aos convênios firmados.

4.1.4 Planejamento

Uma vez visto a estrutura organizacional da UFBA, identificado o setor responsável pela internacionalização desta universidade, realizado entrevistas, mapeado os processos existentes e analisado o conjunto de acordos de cooperação internacional existentes, o próximo passo para entender de que forma a internacionalização é percebida institucionalmente foi analisar o planejamento institucional desta universidade. Para tanto, foi tomado como objeto de investigação o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA – 2012-2016 (PDI).

De fato, percebe-se que a internacionalização está contemplada nos planos da universidade e em certos momentos, com algum destaque. Nos objetivos institucionais, o documento relata a importância da cooperação internacional para integração dos povos, sobretudo os de língua portuguesa e países latino-americanos conforme o oitavo artigo do tópico sobre objetivos institucionais, conforme a seguir:

VIII - fomentar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação internacional e de intercâmbio científico, artístico e tecnológico, com especial foco nos países de língua oficial

portuguesa e nos países latino-americanos; (UFBA, 2012, p 12).

O PDI da UFBA também faz menção à internacionalização quando trata das diretrizes institucionais. Neste tópico, cita-se a importância da ampliação da presença da universidade no cenário estadual, nacional e internacional. Também cita como diretriz, a ampliação da internacionalização em relação aos acordos de cooperação internacional e no aumento da formação de recursos humanos conforme os artigos XIII e XVI a seguir:

XIII - fomentar a produção e disseminação da pesquisa, da criação e da inovação de elevada qualidade, ampliando a presença da universidade no cenário científico estadual, nacional e internacional e potencializando os impactos sociais, tecnológicos, econômicos, científicos e ambientais da pesquisa e da inovação para a sociedade; (...)

XVI – ampliar a internacionalização da UFBA, tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de cooperação internacional para produção e difusão do conhecimento, quanto na formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade; (UFBA, 2012, p 13).

No tópico que trata das macropolíticas institucionais, o PDI da UFBA ressalta a ampliação da internacionalização como sendo uma das mais importantes diretrizes estratégicas e toma pra si os objetivos do programa Ciência sem Fronteiras conforme destaque abaixo:

(...) Incorporam-se assim a esse PDI os objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras, pois traduzem as políticas propostas para a UFBA em relação a esta temática:

I - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos para participação em estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior; PDI 2012 – 2016 / Universidade Federal da Bahia

II - criar oportunidades de cooperação entre grupos de pesquisa da UFBA e de universidades e centro de pesquisa estrangeiros por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação na UFBA de pesquisadores visitantes;

III - promover a cooperação entre a UFBA e universidades e centros de pesquisa na área da ciência, tecnologia e inovação;

IV - implantar programa para o desenvolvimento de competência em língua estrangeira (inglês, francês, italiano, espanhol e alemão) (UFBA, 2012, p. 26).

Por fim, ressalta-se o reconhecimento institucional de que a iniciativa da cooperação ainda é pautada por iniciativas individuais ou de grupos de pesquisa específicos quando se afirma:

(...) o diagnóstico do que vem sendo feito historicamente na UFBA indica

que as relações internacionais, fruto dos convênios firmados com instituições parceiras, precisam migrar de um território ainda marcado pelo pesquisador e seu grupo para um panorama no qual sejam observadas as múltiplas e diferenciadas vocações de discentes, docentes e técnicos. (UFBA, 2012, p.26)

Visto os aspectos mencionados acima, fica evidente o registro da preocupação institucional com a temática da internacionalização. Além disto, percebe-se a consciência da importância do tema e dos desafios a serem enfrentados.

4.1.5 Análise dos sites institucionais dos programas de pós-graduação da UFBA

Esse indicador consiste na análise dos sites institucionais dos programas de pós-graduação para identificar possíveis evidências que indiquem alguma preocupação com a internacionalização por parte de cada programa. É importante registrar que esta análise não tem como propósito afirmar se um determinado programa de pós-graduação pratica ou não, em alguma medida, a internacionalização. Ao invés disso, pretende-se verificar se as práticas são divulgadas e se há meios de comunicação existentes que permitam contato com pesquisadores e alunos estrangeiros.

Para tanto, esta pesquisa levou em consideração somente os programas com nota CAPES igual ou superior a 5. Inicialmente, foram importados os programas de pós-graduação da UFBA listados no site da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação. Em uma planilha, estes dados foram categorizados pelas notas da CAPES e selecionados somente os programas com nota igual ou superior a 5, totalizando 18 programas.

Na investigação dos sites foram considerados seis tipos de evidência: seleção de candidatos estrangeiros, doutorado sanduíche, cursos com parceria internacional, cooperação internacional, contato e apresentação em eventos internacionais.

Após a análise dos sites, foram obtidos os seguintes dados:

Quadro 5- Evidências de internacionalização nos sites dos programas de pós-graduação

Programas de pós-graduação	Cooperações internacionais	Seleção de candidatos estrangeiros	Apresentações em eventos internacionais	Doutorado sanduiche	Cursos com parceria internacional	Contato	Número de evidências
Saúde Coletiva	X	-	-	-	-	-	1
Artes Cênicas	-	-	-	-	-	-	0
Ecologia e Biomonitoramento	-	-	-	-	-	-	0
Patologia Humana	-	X	-	-	-	-	1
Administração	-	-	-	-	-	-	0
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	0
Biotecnologia (Renorbio)	-	-	-	-	-	-	0
Ciências da Saúde	X	-	X	X	-	-	3
Ciências Sociais	-	X	-	-	-	-	1
Comunicação e Cultura Contemporâneas	-	X	-	-	-	-	1
Engenharia Industrial	-	-	-	-	X	-	1
Ensino, Filosofia e História das Ciências	-	-	-	X	-	-	1
Filosofia	-	-	-	-	-	X	1
Imunologia	-	-	-	-	-	-	0
Literatura e Cultura	-	-	-	-	-	-	0
Medicina e Saúde	-	-	-	-	-	-	0
Psicologia	-	-	-	-	-	-	0
Química	-	-	-	-	-	-	0

Gráfico 2 - Número de evidências de internacionalização nos sites dos programas de pós-graduação da UFBA

Dos 18 programas de pós-graduação investigados, 10 não fizeram referência explícita a qualquer um dos seis tipos de evidência relacionados, representando 55,56% dos programas analisados. Dos 8 programas restantes, 7 fizeram referência a uma única evidência e um único programa abordou em seu site institucional 3 evidências de preocupação com a internacionalização. Das 6 evidências estabelecidas, a que teve maior destaque foi a seleção de candidatos estrangeiros com 3 referências entre os 18 programas, ou 16,67% de todos os programas. Entre os programas analisados, destaca-se o de Ciências da Saúde, com 3 evidências identificadas em seu site institucional.

É importante registrar que a ausência de evidências de internacionalização nos sites de programas de pós-graduação da UFBA não garante que um determinado programa não tenha iniciativas a respeito do tema. Apenas serve para verificar se tais iniciativas, caso tenham ocorrido, foram devidamente registradas e disponibilizadas.

4.2 MOBILIDADE ACADÊMICA

A entrevista com a Pro-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PROPG) possibilitou a coleta de dados de estudantes estrangeiros que estudavam na UFBA desde 2013 até o ingresso em 2016 por meio de bolsas do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação

(PAEC). Estes dados foram enviados por esta Pro-Reitoria via email, contendo arquivos com planilhas separadas por ano. Para fins de contabilização dos dados, foram excluídos os alunos que constavam na lista com o status de não comparecimento. Os dados foram analisados categorizando os países de origem e os programas de pós-graduação escolhidos por cada bolsista participante. A ferramenta escolhida para análise dos dados foi o Excel, pois integrava tanto a coleta, quanto a análise e apresentação dos resultados. Tais dados são apresentados nas tabelas e gráficos abaixo:

Tabela 2 - Quantitativo de alunos estrangeiros, bolsistas do PAEC, estudando em cursos de pós-graduação da UFBA, por país de origem

País de origem	2013	2014	2015	2016	Total
Argentina	-	1	-	1	2
Bolívia	-	1	2	1	4
Chile	-	-	2	1	3
Colômbia	2	8	7	9	26
Costa Rica	-	1	1	1	3
El Salvador	-	1	1	-	2
Equador	-	-	1	1	2
Guatemala	-	-	1	2	3
Haiti	-	1	-	-	1
Honduras	-	-	2	-	2
México	-	4	1	1	6
Nicarágua	-	-	2	1	3
Paraguai	1	-	-	2	3
Peru	3	1	2	1	7
República Dominicana	-	1	1	-	2
Uruguai	-	-	-	1	1
Venezuela	-	1	1	4	6
Total	6	20	24	26	76

Fonte: Adaptado da planilha de PAEC do PROPG, 2016

Nota: Não foram disponibilizados dados referentes aos anos de 2011 e 2012.

Tabela 3 - Quantitativo de alunos estrangeiros, bolsistas do PAEC, estudando em cursos de pós-graduação da UFBA, por programa

Programa	2013	2014	2015	2016	Total
Administração	-	1	2	1	4
Arquitetura	-	-	-	5	5
Ciência Animal	2	3	1	-	6
Ciência da Informação	-	-	1	-	1
Contabilidade	-	1	-	-	1
Dança	-	-	1	1	2
Direito	-	1	-	2	3
Ecologia e Biomonitoramento	-	-	1	2	3
Educação	1	-	3	4	8
Engenharia ambiental e urbana	-	-	2	-	2
Engenharia Elétrica	-	-	2	-	2
Engenharia Industrial	-	4	2	-	6
Engenharia Química	-	-	1	1	2
Ensino, Filosofia e História das Ciências	-	3	-	2	5
Estudos Étnicos e Africanos	-	4	-	-	4
Geografia	-	1	1	-	2
Mecatrônica	-	2	-	-	2
Medicina e Saúde	-	-	7	8	15
Zootecnia	3	-	-	-	3
Total	6	20	24	26	76

Fonte: Adaptado da planilha de PAEC do PROPG, 2016

Nota: Não foram disponibilizados dados referentes aos anos de 2011 e 2012.

Gráfico 3 - Evolução total do programa PAEC por ano

Fonte: Adaptado da planilha do PAEC do PROPG, 2016

Nota: Não foram disponibilizados dados referentes aos anos de 2011 e 2012.

Em relação aos alunos estrangeiros bolsistas do PAEC, estudando na UFBA, percebe-se uma distribuição bastante homogênea em relação ao país de origem. Se considerarmos desde 2013, foram observados 17 países que tiveram ao menos 1 representante estudando na UFBA via PAEC. Se analisarmos somente em 2016, foram 13 os países representados que totalizaram 26 alunos participantes. Destes países, o único que merece um destaque inicial em relação ao quantitativo é a Colômbia. Enquanto em 2016 a média de alunos por país ficou em 2 estudantes, a Colômbia enviou 9 alunos, ou mais de quatro vezes esta média. Este destaque da Colômbia também se manteve nos dois anos anteriores.

Em relação aos programas escolhidos, também percebe-se uma distribuição regular de estudantes estrangeiros entre os programas listados acima. O programa que merece um destaque é o de “Medicina e Saúde” com 8 representantes em 2016, enquanto que a média neste ano foi de 2,89.

Se analisarmos os dados gerais enquanto programa entre os anos de 2013 até 2016, percebemos aumentos respectivos de 233%, 30% e 8%. Apesar dos números de crescimento serem relativamente altos longo destes anos, deve-se ter ciência que, em termos absolutos, o aumento de estudantes bolsistas no programa PAEC foi, de fato, muito pouco significativo. Para efeito de exemplificação, os 8% de crescimento entre os anos de 2015 e 2016 representam, na verdade, um aumento de apenas dois bolsistas.

Assim como os dados coletados do programa PAEC, também foram coletados por meio da entrevista com a PROPG os dados referentes aos alunos bolsistas de doutorado da UFBA estudando em instituições de ensino estrangeiras, provenientes do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Estes dados foram encaminhados via email em planilhas eletrônicas distintas, separadas por ano. Para fins de contabilização, foram excluídos os dados de alunos cujos *status* apresentavam cancelamento ou desistência. Os dados foram analisados utilizando a planilha do Excel por possibilitar a integração entre a coleta, análise e apresentação dos resultados. Tais dados foram agrupados e categorizados por país de destino escolhido pelos bolsistas da UFBA, bem como por área de atuação escolhida para estudo. Registra-se que alguns dados tiveram que ser alterados para que a categorização fosse realizada com efetividade, como por exemplo o nome de alguns países que eram escritos de forma não padronizada. Já as áreas de estudo descritas nesta planilha foram mantidas conforme preenchimento realizado pela PROPG.

Tabela 4 - Quantitativo de bolsistas de doutorado da UFBA participantes do programa PDSE, por país de destino

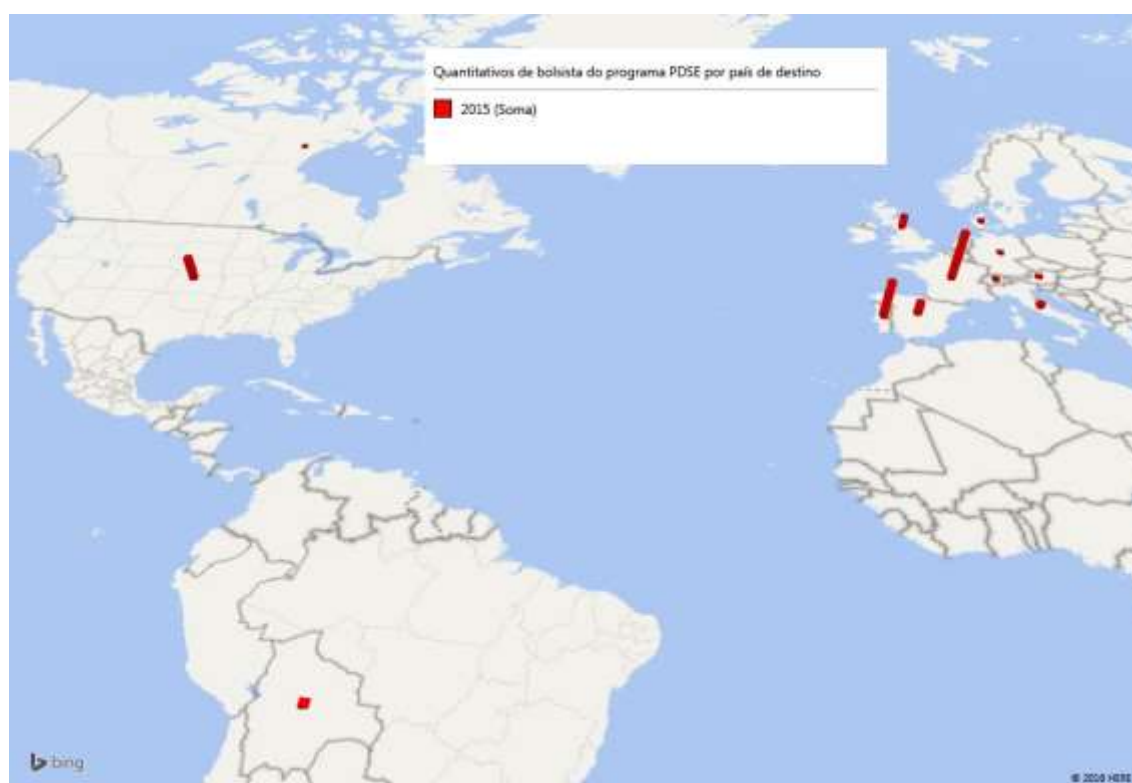
Países	2012	2013	2014	2015	Total
Alemanha	3	2	3	1	9
Argentina	1	-	-	-	1
Austrália	-	-	-	2	2
Áustria	-	-	-	1	1
Bélgica	-	-	1	-	1
Bolívia	-	-	-	1	1
Canadá	1	4	7	1	13
Chile	-	-	2	-	2
Dinamarca	-	-	-	1	1
Equador	-	1	-	-	1
Escócia	1	-	-	-	1
Espanha	4	8	8	6	26
EUA	11	12	17	10	50
Finlândia	-	-	3	-	3
França	7	9	16	21	53
Holanda	1	1	1	3	6
Itália	2	2	5	2	11
Japão	1	-	1	-	2

Países	2012	2013	2014	2015	Total
México	1	-	3	-	4
Moçambique	-	1	-	-	1
Noruega	1	-	-	-	1
Portugal	10	21	22	16	69
Reino unido	5	6	2	6	19
Suécia	1	2	1	-	4
Suíça	-	-	1	1	2
Total geral	50	69	93	72	284

Fonte: Adaptado da planilha do PDSE do PROPG, 2016

Nota: Não foram disponibilizados dados referentes aos anos de 2011.

Figura 11 – Mapa com quantitativo de bolsistas PDSE em 2015, por país de destino

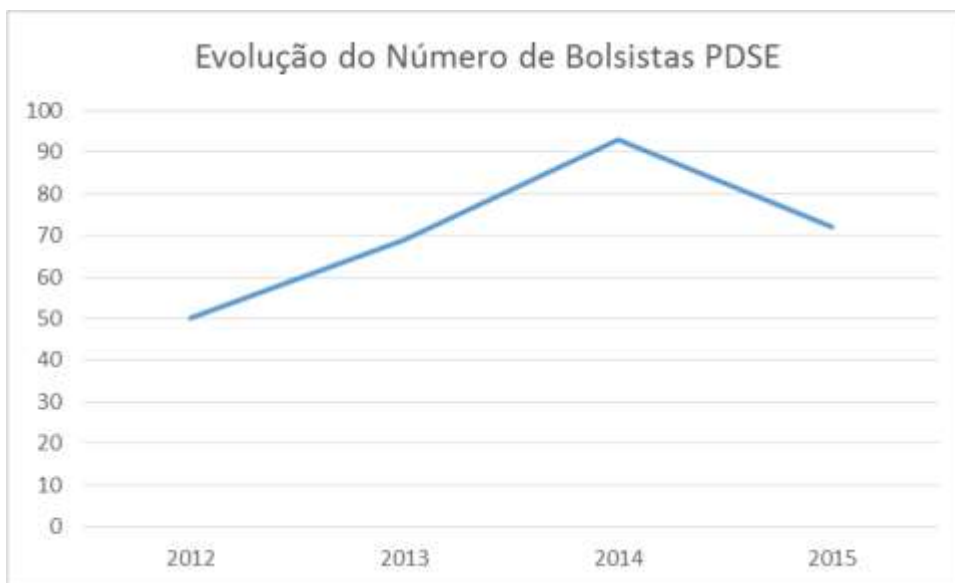


Fonte: Adaptado da planilha do PDSE do PROPG, 2016

Programa	2012	2013	2014	2015	Total
Enfermagem	-	1	1	1	3
Engenharia Elétrica	-	-	1	1	2
Engenharia Industrial	3	1	4	1	9
Engenharia Química	-	-	1	-	1
Ensino, Filosofia e História das Ciências	4	2	4	1	11
Estudos Étnicos e Africanos	-	1	1	-	2
Est. Inter sobre Mulheres, Gênero e Femin.	-	1	-	1	2
Filosofia	1	3	-	-	4
Física	1	1	1	1	4
Geografia	-	-	-	2	2
Geologia	-	2	-	-	2
História	2	4	2	5	13
Imunologia	-	2	4	-	6
Língua e Cultura	-	3	1	-	4
Literatura e Cultura	-	-	9	2	11
Matemática	-	-	3	1	4
Medicina e Saúde	-	-	-	2	2
Multicêntrico em Biologia Molecular	-	-	-	1	1
Música	2	1	4	2	9
Odontologia e Saúde	-	1	-	-	1
Patologia Humana	3	2	-	-	5
Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas	1	6	2	-	9
Psicologia	1	2	3	1	7
Química	-	-	1	4	5
Saúde coletiva	2	2	3	3	10
Zootecnia	-	-	5	4	9
Total Geral	50	69	93	72	284

Fonte: Adaptado da planilha do PDSE do PROPG, 2016

Nota: Não foram disponibilizados dados referentes aos anos de 2011.

Gráfico 4 - Evolução do número de bolsistas PDSE

Fonte: Baseado na planilha do PDSE do PROPG, 2016

Nota: Não foram disponibilizados dados referentes aos anos de 2011.

Foram identificados 25 países escolhidos como destino por estudantes da UFBA, participantes do programa PDSE, desde 2012. Já em 2015, foram observados 14 países escolhidos como destino para estudo. Destes, destacam-se Estados Unidos, Portugal e França representando aproximadamente 65% do total de bolsistas existentes no ano de 2015.

Em relação aos programas escolhidos, percebe-se uma distribuição bastante equilibrada entre os 43 programas existentes no controle de bolsistas do PDSE. Em 2015 foram 32 programas contendo bolsistas, com uma média de 2,25 bolsistas por programa. Destaca-se artes cênicas com 7 representantes, além de Ciências Sociais, Cultura e Sociedade e História, ambos com 5 representantes.

Em relação à evolução do programa PDSE ao longo do tempo, detectou-se dois consideráveis aumentos seguidos, entre os anos de 2012-2013 e 2013-2014 de aproximadamente 38% e 34,8%, respectivamente. Destaca-se a redução de quase 22,6% no último ano analisado de 2014-2015.

Os dados anteriores dão uma ideia sobre a mobilidade na UFBA, baseada nos programas PDSE e PAEC. Para complementar o entendimento sobre a mobilidade acadêmica na UFBA, foi preciso ampliar a visão com novas fontes de dados que não se restringissem a estes programas. Para tanto, foi feita uma consulta por email à Superintendência Acadêmica (SUPAC) da UFBA solicitando dados a respeito dos estudantes estrangeiros matriculados em

curso da UFBA entre os anos de 2011 e 2015. Tal solicitação foi aprovada, e em 2 de Fevereiro de 2016 foi enviado pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) um email contendo uma planilha em formato Excel com os dados solicitados, extraídos do Sistema Acadêmico (SIAC).

O tratamento destes dados consistiu em alguns ajustes e categorizações necessários para obtenção do resultado esperado. Alguns dados retornaram no campo “País” o valor “estrangeiro” e “estrangeira”. Nestes casos, os dados foram consolidados e considerados como “Não Identificado”. Também foram feitas padronizações de alguns dados para que a categorização fosse realizada a contento⁶. Uma vez feitos os devidos filtros, o pesquisador fez uso de tabelas dinâmicas para agrupar e categorizar os dados em uma tabela dos alunos estrangeiros matriculados em programas de pós-graduação da UFBA, organizada pela nacionalidade dos estudantes, ao decorrer dos anos de 2011 a 2015.

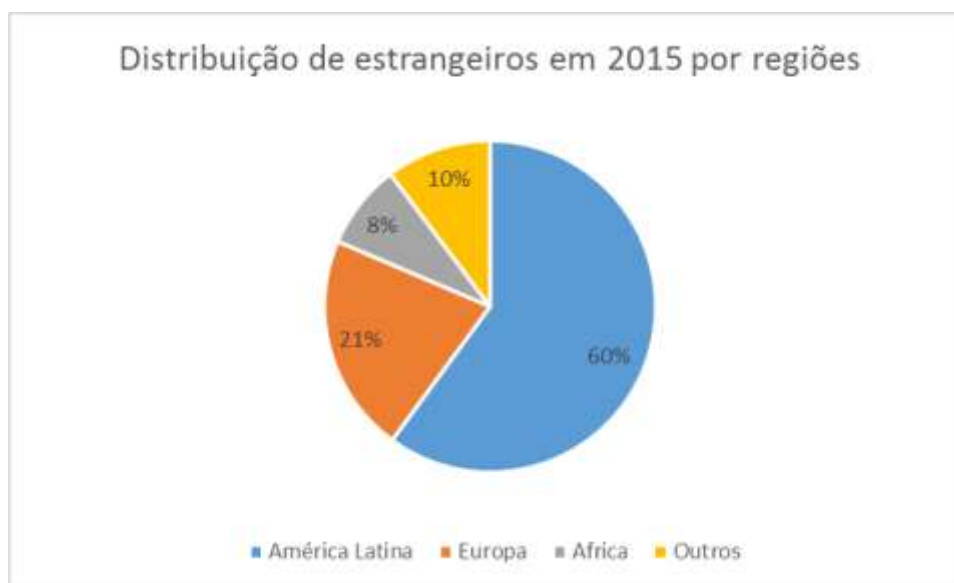
Tabela 6 - Alunos estrangeiros matriculados em programas de pós-graduação da UFBA por país de origem

País de Origem	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Alemanha	2	1	3	6	5	17
Angola	5	4	4	4	5	22
Argentina	11	13	18	18	18	78
Beirute	-	-	-	1	1	2
Benin	1	1	1	6	7	16
Bolívia	-	1	3	4	8	16
Cabo Verde	1	1	1	2	3	8
Canadá	1	-	-	-	-	1
Chile	7	7	6	7	11	38
Colômbia	35	38	42	51	67	233
Cuba	4	2	2	3	7	18
Dinamarca	-	-	-	-	1	1
Equador	3	4	5	6	7	25
Espanha	3	3	6	8	10	30

⁶ Foram identificados dados com países preenchidos como "Da Guiné-Bissau" e "Guiné Bissau". Nestes casos foi feita a fusão para "Guiné-Bissau".

País de Origem	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Estados Unidos	2	2	2	4	4	14
França	9	9	6	5	4	33
Guiné-Bissau	8	6	6	5	5	30
Haiti	-	-	-	1	1	2
Holanda	-	-	-	-	1	1
Hungria	-	1	1	1	-	3
Inglaterra	2	1	1	1	-	5
IRÃ	-	-	1	1	1	3
Itália	9	10	9	14	18	60
México	-	-	-	6	9	15
Moçambique	9	9	11	8	5	42
Não identificado	6	4	3	7	12	32
Nicarágua	-	-	-	-	2	2
Nigéria	-	-	-	-	1	1
Paquistão	-	1	1	1	1	4
Paraguai	-	-	1	2	2	5
Peru	6	6	8	11	11	42
Portugal	5	5	4	8	11	33
República Tcheca	-	-	-	-	1	1
Rússia	-	-	-	1	1	2
São Tomé	1	-	-	-	-	1
Suíça	1	3	4	3	3	14
Togo	-	-	-	1	1	2
Uruguai	3	3	4	2	1	13
Venezuela	5	5	5	7	8	30
Total Geral	139	140	158	205	253	895

Fonte: Dados extraídos do SIAC, 2016

Gráfico 5 - Estudantes estrangeiros na UFBA por regiões, em 2015.

Fonte: Dados extraídos do SIAC, 2016

De forma análoga, foi criada uma tabela por meio dos dados extraídos do SIAC contendo a quantidade de alunos estrangeiros matriculados na UFBA, organizados pelos programas de pós-graduação que eles estavam vinculados, ao decorrer dos anos (2010 a 2015).

Tabela 7 - Alunos estrangeiros matriculados em programas de pós-graduação da UFBA, por programa

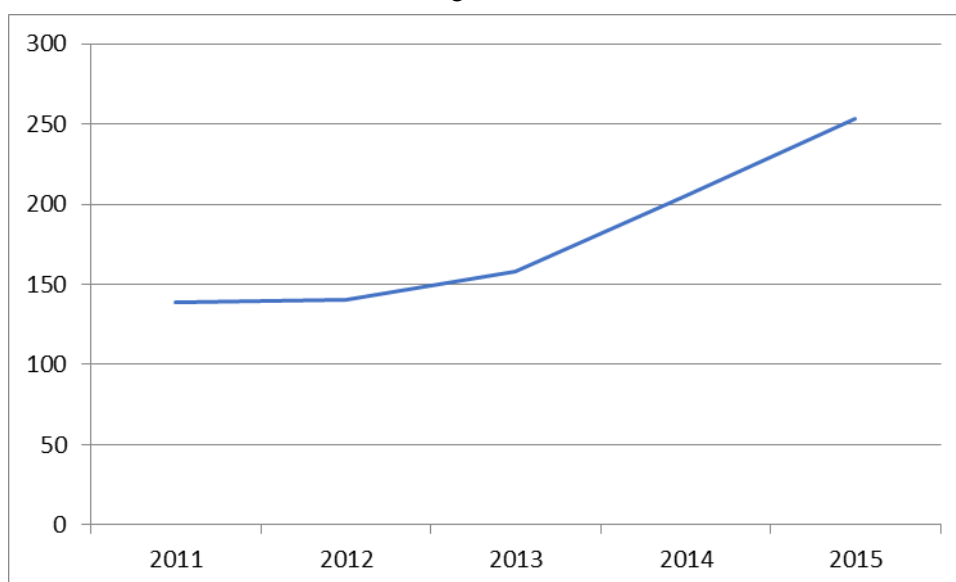
Programa	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Administração	4	2	4	4	7	21
Alimentos, Nutrição e Saúde	2	2	2	2	1	9
Antropologia	6	5	5	5	7	28
Arquitetura e Urbanismo	6	7	5	6	6	30
Artes Cênicas	11	8	10	11	12	52
Artes Visuais	2	2	2	2	5	13
Biociência	-	-	2	3	1	6
Biociência da Rede Nordeste de Biociência	-	-	-	2	2	4
Ciência Animal nos Trópicos	-	-	1	1	2	4
Ciência da Computação	1	1	-	-	1	3
Ciência da Informação	1	1	2	5	7	16
Ciência de Alimentos	1	1	1	-	-	3
Ciências Energia e Ambiente	2	2	2	2	1	9

Programa	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Ciências Sociais	10	9	12	11	9	51
Comunicação e Cultura Contemporâneas	1	-	-	1	1	3
Contabilidade	-	-	-	3	3	6
Cultura e Sociedade	7	9	9	9	7	41
Dança	1	1	-	2	2	6
Difusão do Conhecimento	2	6	8	10	9	35
Direito	4	4	3	4	2	17
Ecologia	-	1	4	5	5	15
Ecologia e Biomonitoramento	4	4	3	2	3	16
Economia	1	-	-	-	2	3
Educação	1	3	4	5	11	24
Engenharia Ambiental Urbana	4	1	1	3	5	14
Engenharia de Estruturas	2	2	2	1	2	9
Engenharia Elétrica	3	3	3	5	8	22
Engenharia Industrial	7	9	11	13	17	57
Engenharia Química	2	2	1	2	3	10
Ensino, Filosofia e História das Ciências	2	4	4	7	10	27
Estudos Étnicos e Africanos	7	4	4	10	12	37
Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo	1	1	1	1	2	6
Farmácia	-	-	-	2	2	4
Filosofia	1	1	2	3	2	9
Física	1	1	4	7	10	23
Geofísica	10	9	7	10	7	43
Geografia	1	1	1	3	5	11
Geologia	2	3	3	3	3	14
Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	3	-	1	1	4	9
História	-	-	-	-	1	1
Imunologia	-	-	1	2	3	6
Letras	3	2	-	-	-	5
Língua e Cultura	1	1	1	1	2	6
Literatura e Cultura	1	2	2	2	2	9
Matemática	-	-	2	3	2	7
Mecatrônica	-	-	2	4	5	11
Medicina e Saúde	-	-	-	-	6	6
Meio Ambiente, Águas e Saneamento	-	-	-	1	2	3

Programa	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Música	1	2	4	3	6	16
Patologia Humana	-	1	1	4	6	12
Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas	-	2	1	1	1	5
Psicologia	5	6	4	1	-	16
Química	3	3	3	2	5	16
Saúde Comunitária	3	2	3	4	3	15
Saúde Pública	9	10	7	8	8	42
Zootecnia	-	-	3	3	3	9
Total Geral	139	140	158	205	253	895

Fonte: Dados extraídos do SIAC, 2016

Gráfico 6 - Total de estudantes estrangeiros matriculados na UFBA



Fonte: Dados extraídos do SIAC, 2016

Desde 2011, foram identificados 39 países com estudantes matriculados na UFBA, além dos considerados “não identificados”. Destes, destaca-se com bastante folga a Colômbia que, em 2015, possuía 67 alunos matriculados na UFBA. Argentina e Itália vem logo em seguida com 18 representantes cada, sendo que a média neste ano foi de aproximadamente 7 alunos por país. Ressalta-se que, dos dez países com maior quantidade de estudantes matriculados, com exceção da Itália, todos têm como língua oficial o espanhol ou o próprio português.

Em relação aos programas escolhidos, percebe-se uma grande distribuição em 53

programas distintos, no ano de 2015. Engenharia industrial, artes cênicas, estudos étnicos e africanos são alguns dos programas com maior quantidade de estrangeiros matriculados.

Ainda investigando a mobilidade acadêmica, este pesquisador acessou em 13 de janeiro de 2016 o *Data Mart* do programa Ciência Sem Fronteiras do governo federal por meio do seu site e coletou alguns dados referentes aos países mais procurados por estudantes bolsistas da UFBA, bem como as áreas com maior destaque. É importante ressaltar que, ao contrário de outros dados já apresentados, estes não tratam de um programa específico de bolsa ou incentivo, nem são apresentados de forma sumarizada por ano. Ao contrário, tratam-se de dados acumulados e consolidados de bolsas implementadas tanto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quanto pela CAPES.

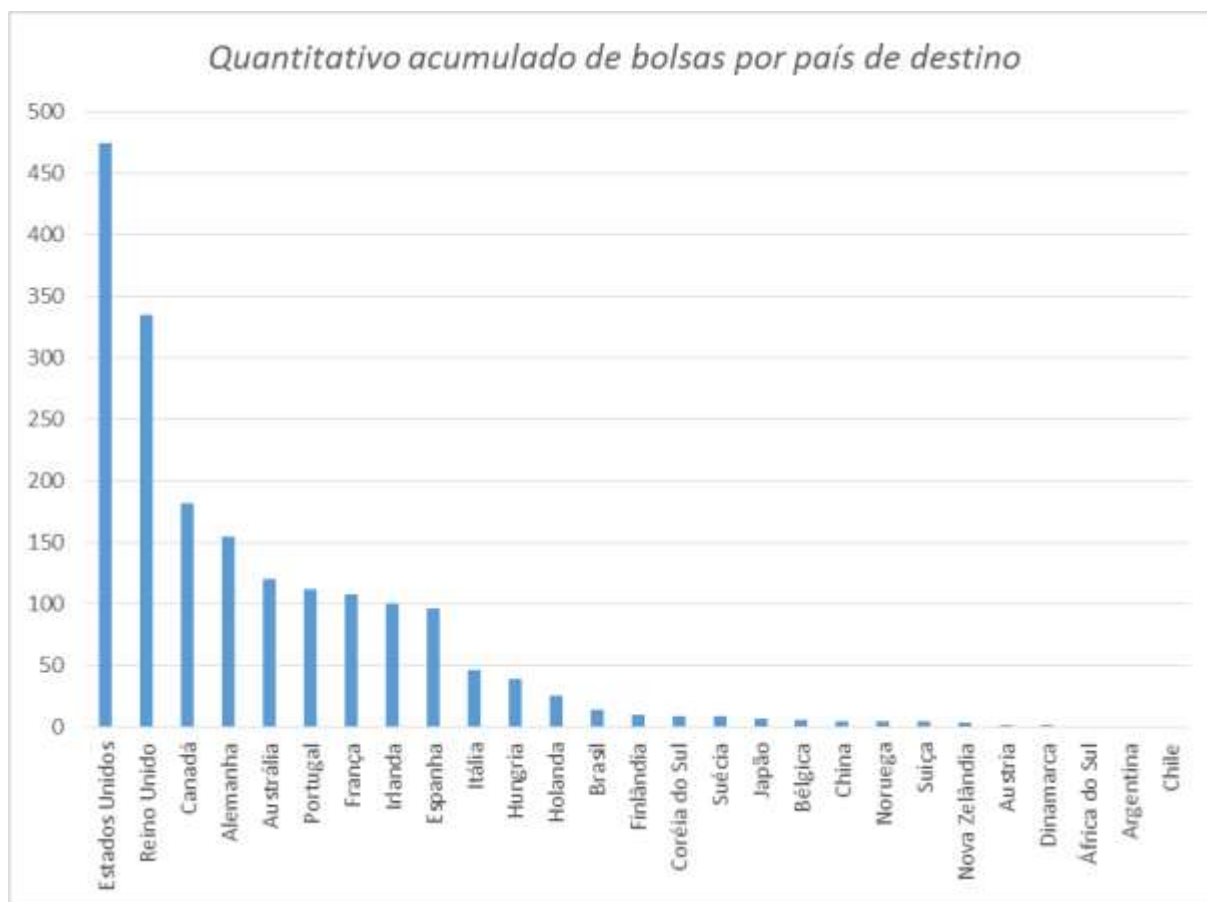
Tabela 8 - Quantitativo acumulado de bolsas por país de destino, até janeiro de 2016

País de Destino	Bolsas
Estados Unidos	474
Reino Unido	335
Canadá	182
Alemanha	155
Austrália	121
Portugal	112
França	108
Irlanda	101
Espanha	97
Itália	47
Hungria	39
Holanda	26
Brasil	14
Finlândia	10
Coréia do Sul	9
Suécia	9
Japão	7
Bélgica	6
China	5
Noruega	5
Suiça	5
Nova Zelândia	4

Austria	2
Dinamarca	2
África do Sul	1
Argentina	1
Chile	1

Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras, 2016

Gráfico 7 - Quantitativo acumulado de bolsas por país de destino, até janeiro de 2016



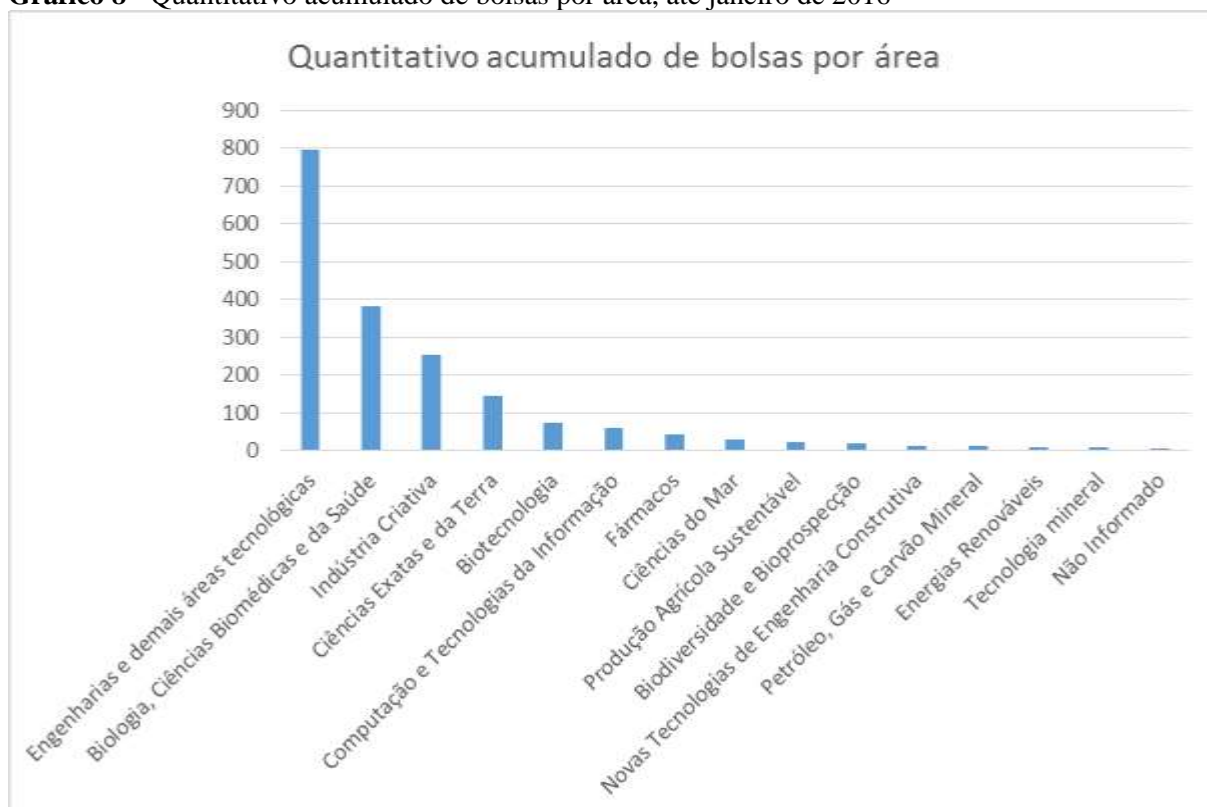
Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras, 2016

Assim como no quantitativo de bolsas por país apresentado anteriormente, o quantitativo de bolsas por área também foi extraído do Data Mart do programa Ciência Sem Fronteiras e trata-se de dados acumulados ao longo do tempo e de forma integrada entre programas de bolsas da CAPES e CNPq.

Tabela 9 - Quantitativo acumulado de bolsas por área, até janeiro de 2016

Áreas	Quantidade de Bolsas
Engenharias e demais áreas tecnológicas	797
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde	382
Indústria Criativa	252
Ciências Exatas e da Terra	145
Biotecnologia	73
Computação e Tecnologias da Informação	58
Fármacos	44
Ciências do Mar	28
Produção Agrícola Sustentável	22
Biodiversidade e Bioprospecção	20
Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva	12
Petróleo, Gás e Carvão Mineral	12
Energias Renováveis	10
Tecnologia mineral	9
Não Informado	6

Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência Sem Fronteiras, 2016

Gráfico 8 - Quantitativo acumulado de bolsas por área, até janeiro de 2016

Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras, 2016

4.3 CENÁRIO EXTERNO

A seguir, serão apresentados alguns dados que expõem a realidade da UFBA em relação a outras instituições de ensino superior tanto em âmbito regional, quanto nacional e internacional. Estes dados são apresentados de uma forma em que se pode realizar comparações com instituições similares. Todos estes dados foram coletados por meio do *Data Mart* do Ciência Sem Fronteiras, disponibilizado no site deste programa.

Para se ter uma ideia sobre o panorama local da UFBA, será apresentada uma tabela contendo o quantitativo acumulado de bolsas fornecidas pelo CNPQ e CAPES para cada instituição de ensino superior da Bahia:

Tabela 10 - Total acumulado de bolsas por instituição na Bahia, até janeiro de 2016

Universidade	Bolsas
Universidade Federal da Bahia	1878
Universidade Estadual de Feira de Santana	173
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	126
Universidade Estadual de Santa Cruz	124
Universidade Salvador	124
Instituto Federal da Bahia	121
Universidade do Estado da Bahia	117
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	58
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	46
Universidade Católica do Salvador	16
Fundação Oswaldo Cruz	15
Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia	15
Centro Universitário Jorge Amado	14
Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC	14
Não informada	74

Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras, 2016

Gráfico 9 - Total acumulado de bolsas por instituição na Bahia, até janeiro de 2016

Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras, 2016

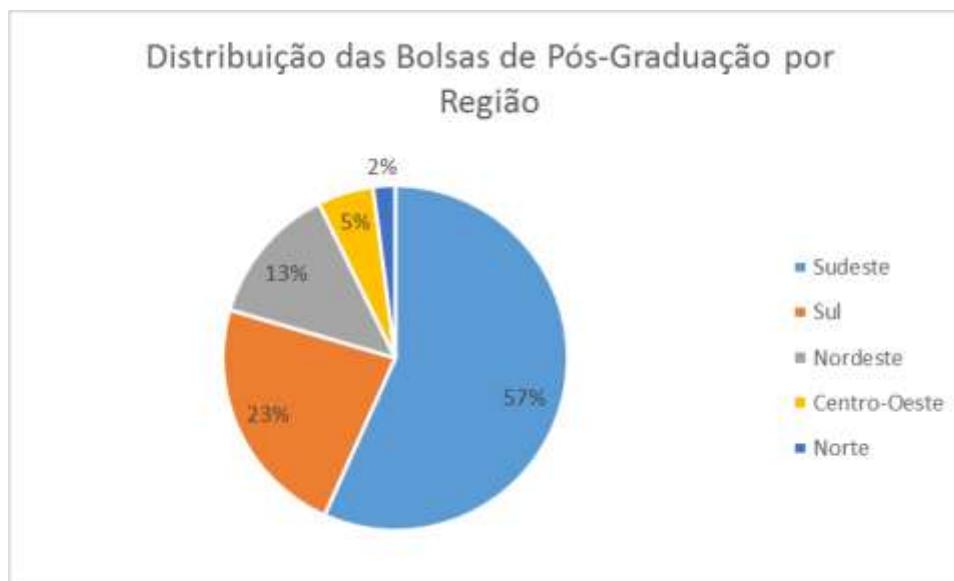
Ao analisarmos o quantitativo de bolsas distribuídas entre as instituições de ensino do estado da Bahia, podemos perceber um destaque claro para a UFBA. Enquanto que esta universidade possui um acumulado de 1878 bolsas, a soma de todas as outras instituições chegou a 1037, ou pouco mais de 55% do que a UFBA recebeu. Apesar desta diferença enorme, esse verdadeiro abismo reflete tão somente a diferença de porte entre as instituições presentes. Também há de se registrar que várias destas instituições são relativamente novas se comparadas à UFBA, tais como a Universidade Federal do Recôncavo, Centro Universitário Jorge Amado, Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC, dentre outras. Justamente pelas assimetrias detectadas, é difícil obter maiores conclusões ao se efetuar um comparativo local.

Tabela 11 - Quantitativo acumulado de bolsas de pós-graduação por região, até janeiro de 2016

Região	Quantidade de Bolsas
Sudeste	6503
Sul	2608
Nordeste	1511
Centro-Oeste	601
Norte	238

Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras, 2016

Gráfico 10: Quantitativo acumulado de bolsas de pós-graduação por região, até janeiro de 2016



Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras, 2016

Ao analisarmos um comparativo da distribuição de bolsas entre as regiões do Brasil, percebe-se um predomínio inconteste da região sudeste com 6503 bolsas acumuladas, ou quase 57% de todas as bolsas distribuídas no Brasil. Em seguida temos a região sul com quase 23% das bolsas, e só então temos a região nordeste, região na qual a UFBA faz parte, com 13% das bolsas. As regiões centro-oeste e norte possuem 5% e 2% respectivamente.

Para uma melhor análise, é importante contextualizar as populações envolvidas conforme tabela a seguir:

Tabela 12 - População por região

Região	População
Sudeste	84.465.579
Nordeste	55.794.694
Norte	16.983.485
Centro-Oeste	14.993.194
Sul	28.795.762

Fonte: Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), previsão de 2013, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2016

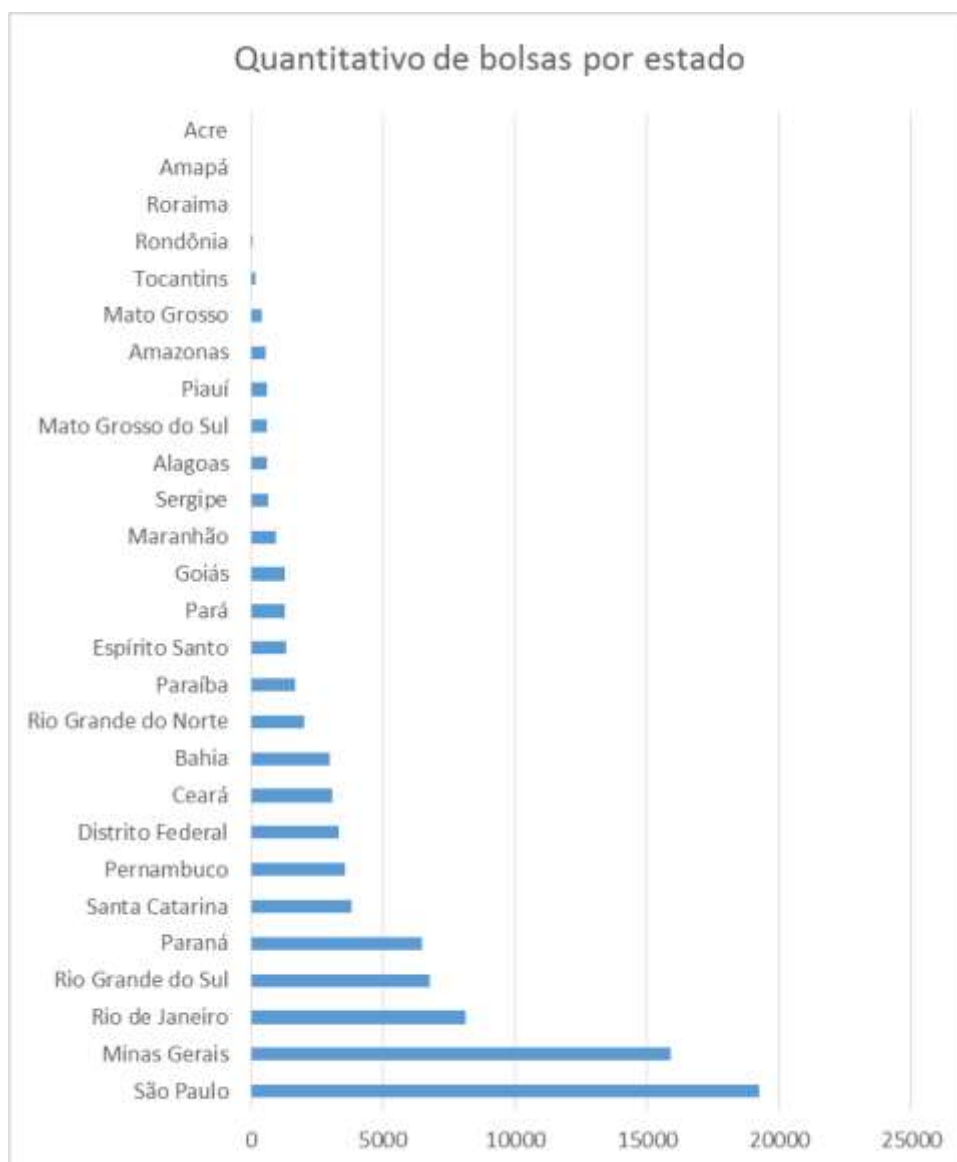
Os dados das bolsas da região sudeste poderiam ser relativizados pelo fato de ser a região com maior população do Brasil. Todavia, enquanto que a população da região Sudeste é aproximadamente 51% mais populosa que a Nordeste, a quantidade de bolsas é quase 330% maior que as concedidas à região Nordeste. Ainda analisando os dados populacionais, percebe-se um destaque para a região Sul, uma vez que ela recebeu aproximadamente 73% de bolsas a mais do que a região Nordeste, embora a população desta região seja quase 94% maior do que a Sul.

Tabela 13 - Quantitativo de bolsas do programa Ciência sem fronteiras, por estado.

Estado	Quantidade de bolsas
São Paulo	19232
Minas Gerais	15925
Rio de Janeiro	8126
Rio Grande do Sul	6769
Paraná	6470
Santa Catarina	3816
Pernambuco	3598
Distrito Federal	3326
Ceará	3112
Bahia	2975
Rio Grande do Norte	2007
Paraíba	1663
Espírito Santo	1337
Pará	1313
Goiás	1312
Maranhão	959
Sergipe	667
Alagoas	622
Mato Grosso do Sul	622
Piauí	606
Amazonas	573
Mato Grosso	402
Tocantins	175
Rondônia	61
Roraima	32
Amapá	16
Acre	11

Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras, 2016

Nota: Foram excluídos os dados “Exterior” e “Não Informada” presentes originalmente no Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras

Gráfico 11 - Quantitativo de bolsas do programa Ciência sem Fronteiras, por estado.

Fonte: Dados extraídos do Data Mart do programa Ciência Sem Fronteiras, 2016

Nota: Foram excluídos os dados “Exterior” e “Não Informada” presentes originalmente no Data Mart do programa Ciência sem Fronteiras

Para subsidiar a análise destes dados, foram pesquisados as populações e os PIBs dos estados brasileiros e criada uma tabela que inclui campos com as relações entre os dados de cada estado e os da Bahia, conforme tabela a seguir:

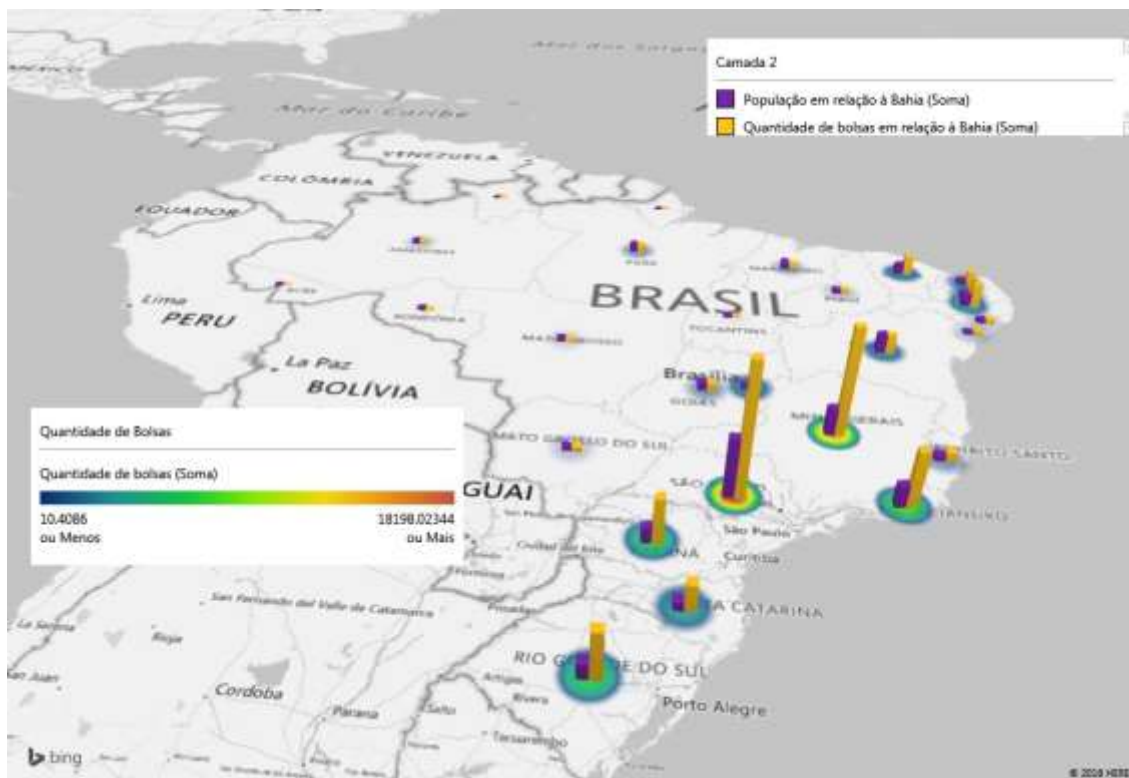
Tabela 14 - Participação dos Estados no PIB brasileiro.

Estado	Quantidade de bolsas	Quantidade de bolsas em relação à Bahia	População	População em relação à Bahia	Participação no PIB brasileiro (em %) - 2013	PIB em relação à Bahia
São Paulo	19232	6,46	43.663.672	2,90	32,1	8,45
Minas Gerais	15925	5,35	20.593.366	1,37	9,2	2,42
Rio de Janeiro	8126	2,73	16.369.178	1,09	11,8	3,11
Rio Grande do Sul	6769	2,28	11.164.050	0,74	6,2	1,63
Paraná	6470	2,17	10.997.462	0,73	6,3	1,66
Santa Catarina	3816	1,28	6.634.250	0,44	4,0	1,05
Pernambuco	3598	1,21	9.208.551	0,61	2,6	0,68
Distrito Federal	3326	1,12	2.789.761	0,19	3,3	0,87
Ceará	3112	1,05	8.778.575	0,58	2,0	0,53
Bahia	2975	1,00	15.044.127	1,00	3,8	1,00
Rio Grande do Norte	2007	0,67	3.373.960	0,22	1,0	0,26
Paraíba	1663	0,56	3.914.418	0,26	0,9	0,24
Espírito Santo	1337	0,45	3.839.363	0,26	2,2	0,58
Pará	1313	0,44	7.969.655	0,53	2,3	0,61
Goiás	1312	0,44	6.434.052	0,43	2,8	0,74
Maranhão	959	0,32	6.794.298	0,45	1,3	0,34
Sergipe	667	0,22	2.195.662	0,15	0,7	0,18
Alagoas	622	0,21	3.300.938	0,22	0,7	0,18
Mato Grosso do Sul	622	0,21	2.587.267	0,17	1,3	0,34
Piauí	606	0,20	3.184.165	0,21	0,6	0,16
Amazonas	573	0,19	3.807.923	0,25	1,6	0,42
Mato Grosso	402	0,14	3.182.114	0,21	1,7	0,45
Tocantins	175	0,06	1.478.163	0,10	0,4	0,11
Rondônia	61	0,02	1.728.214	0,11	0,6	0,16
Roraima	32	0,01	488.072	0,03	0,2	0,05
Amapá	16	0,01	734.995	0,05	0,2	0,05
Acre	11	0,00	776.463	0,05	0,2	0,05

Fonte: Dados das populações e PIB's estaduais obtidos com IBGE (2013)

A seguinte figura foi criada para subsidiar a análise dos dados:

Figura 15 - Mapa com a distribuição total de bolsas e população em relação à Bahia



Fonte: Dados das populações e PIB's estaduais obtidos com IBGE (2013) e quantitativo de bolsas obtido por meio do Datamart do Ciência sem Fronteiras

Em relação ao comparativo entre os estados, constata-se que São Paulo e Minas Gerais destacam como os estados com maior quantitativo de bolsas do Brasil, respondendo juntos por 41% do total de bolsas concedidas. A Bahia ficou atrás de Ceará, Distrito Federal, Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Destes, apenas Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo são estados mais populosos que a Bahia. Já Ceará, Distrito Federal e Pernambuco, além de serem estados menos populosos que a Bahia, também são estados com menores PIB's.

Para dar prosseguimento à compreensão do panorama de internacionalização da UFBA, procurou-se obter dados que pudessem situar esta universidade em relação a outras instituições de ensino superior internacionais, além de comparar a performance das universidades brasileiras no que diz respeito à internacionalização. Para isto, foi escolhido o ranking da *Times Higher Education* (THE) por ser uma das mais renomadas instituições deste gênero.

O ranking da THE consiste no posicionamento das universidades baseado em faixas. Da 1ª colocação até a 200ª, as universidades são posicionadas individualmente. A partir da 201ª colocação, as universidades são alocadas em faixas⁷ conforme tabela a seguir:

Tabela 15 - Faixas de ranking da THE utilizada para o cálculo do ranking de 2016

Intervalo	Faixas
1	1 a 200
50	201 a 250
	251 a 300
	301 a 350
	351 a 400
100	401 a 500
	501 a 600
200	601 a 800

Fonte: THE, 2016

Foram coletados dados das 200 melhores universidades do mundo, segundo a *Times Higher Education*, disponibilizados no site da própria organização. Estes dados foram extraídos e exportados para o Excel, onde foram feitas categorizações por país e ajustes⁸ que resultou nos dados abaixo:

⁷ Em condições normais, as 200 primeiras universidades ocupam posições exclusivas e sequenciais. No ranking 2015/2016, em caráter excepcional, após ajustes da própria THE, algumas instituições tiveram suas colocações alteradas. A THE optou por não modificar as posições das demais instituições, fazendo com que algumas universidades tivessem a mesma posição.

⁸ Quando a pesquisa foi realizada, em 12 de Maio de 2016, a University of York não estava atrelada a algum país. Para que isto não interferisse nos resultados, foi preenchido manualmente, após pesquisa, como Reino Unido (United Kingdom).

Tabela 16 - Quantitativo de universidades presentes na lista das 200 melhores do mundo por país, segundo a THE, 2016

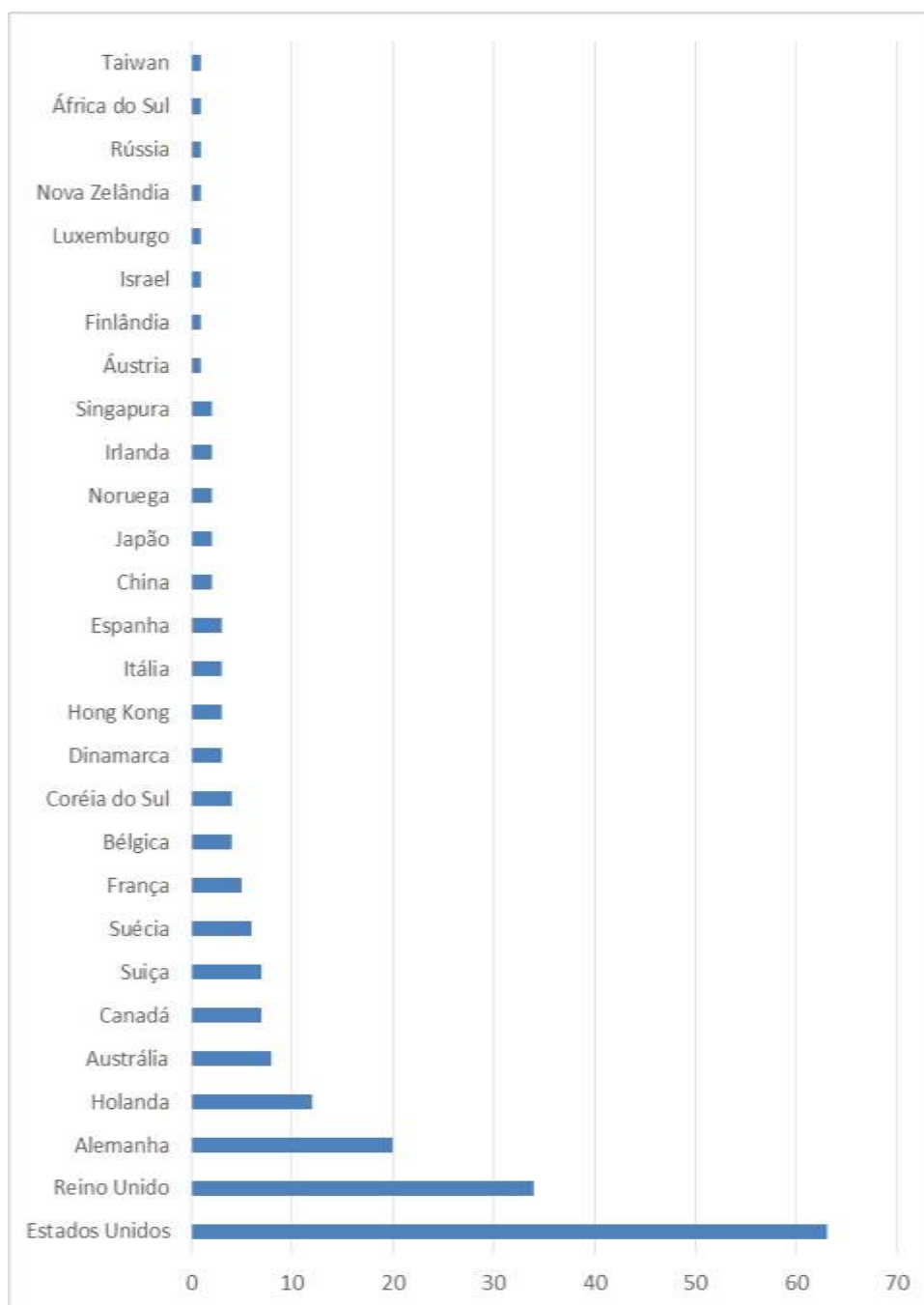
País	Quantidade de Universidades no top 200
Estados Unidos	63
Reino Unido	34
Alemanha	20
Holanda	12
Austrália	8
Canadá	7
Suíça	7
Suécia	6
França	5
Bélgica	4
Coréia do Sul	4
Dinamarca	3
Hong Kong	3
Itália	3
Espanha	3
China	2
Japão	2
Noruega	2
Irlanda	2
Singapura	2
Áustria	1
Finlândia	1
Israel	1
Luxemburgo	1
Nova Zelândia	1
Rússia	1
África do Sul	1
Taiwan	1
Total Geral	200

Fonte: Criado pelo autor, 2016

Com 63 universidades presentes no ranking, os Estados Unidos dominam com grande folga o ranking das 200 melhores universidades do mundo segundo a THE, como o país com

mais instituições de ensino superior presentes nesta lista. Em seguida aparece o Reino Unido e a Alemanha com 34 e 20 instituições respectivamente. Se somarmos estes três países, eles passam a responder por aproximadamente 59% de todas as universidades presentes no ranking das 200 melhores da THE. O Brasil não possui representantes nesta lista.

Gráfico 12 - Quantitativo de universidades presentes na lista das 200 melhores do mundo por país, segundo a THE em 2016.



Fonte: THE, 2016

A Times Higher Education também conta com um ranking das 200 universidades mais internacionalizadas do mundo. Ao se avaliar tal ranking agrupando as instituições por país, foi obtida a seguinte tabela:

Tabela 17 - Quantitativo de universidades no ranking das 200 mais internacionalizadas da THE de 2016, agrupado por país

Países	Quantidade de Instituições
Reino Unido	64
Austrália	24
Canadá	13
Suíça	10
Irlanda	9
França	9
Estados Unidos	9
Holanda	8
Nova Zelândia	7
Áustria	6
Hong Kong	6
Dinamarca	6
Suécia	4
Bélgica	4
Arábia Saudita	3
Noruega	3
Singapura	2
África do Sul	2
Emirados Árabes	2
Catar	1
Finlândia	1
Hungria	1
Chipre	1
Alemanha	1
Líbano	1
Omã	1
Macau ⁹	1
Luxemburgo	1
Total Geral	200

Fonte: THE, 2016

⁹ Macau foi considerado no ranking THE de forma independente da China.

Ao se focar no aspecto da internacionalização, os Estados Unidos reduziram o número de universidades representantes de 63 para apenas 9. O Reino Unido assumiu a liderança ao contar com 64 instituições presentes. Um aspecto que chama a atenção é o fato de haver diversos países que não figuram entre aqueles com instituições de ensino tradicionais, tais como Macau, Omã, Líbano, Finlândia, Catar, Cingapura, Noruega, Arábia Saudita, dentre outros. Em alguns destes países, a língua poderia ser um obstáculo, mas não parece ter sido o caso. Novamente o Brasil não possui instituições representantes neste *ranking*.

Para termos uma melhor noção da situação brasileira, sobretudo da UFBA, foram coletados dados de um ranking expandido das 800 melhores instituições, disponibilizados no site desta instituição (THE, 2016) filtrando o país de origem para o Brasil. Os resultados retornaram 17 instituições que foram organizadas conforme as tabelas¹⁰ a seguir:

Tabela 18 - Ranking de 2016 das universidades brasileiras pelo THE

Ranking	Universidade
201-250	University of São Paulo
351-400	State University of Campinas
501-600	Federal University of Rio de Janeiro
501-600	Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio)
601-800	University of Brasília
601-800	Federal University of Bahia
601-800	Federal University of Minas Gerais
601-800	Federal University of Paraná (UFPR)
601-800	Federal University of Rio Grande do Sul
601-800	Federal University of Santa Catarina
601-800	Federal University of São Carlos
601-800	Federal University of Viçosa
601-800	Federal University of Lavras
601-800	Pontifical Catholic University of Paraná
601-800	Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS)
601-800	Rio de Janeiro State University (UERJ)
601-800	São Paulo State University (UNESP)

Fonte: THE, 2016

¹⁰ Para efeito de organização, foram mantidos os nomes das instituições brasileiras em inglês conforme disponibilizado pelo THE.

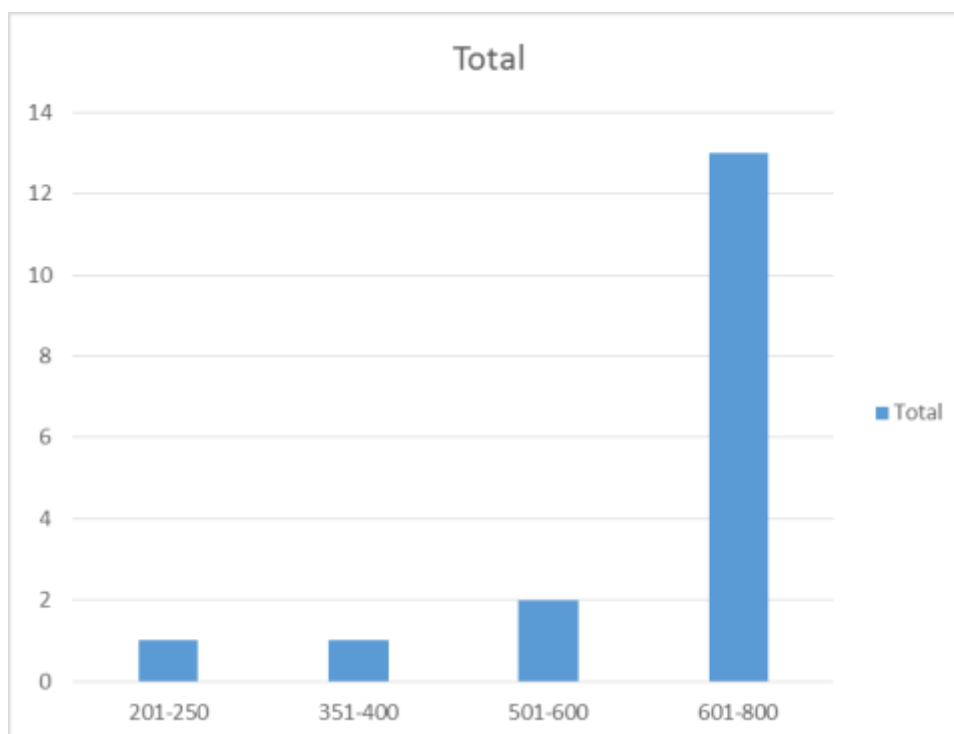
Em seguida, a partir dos dados acima, foi criada uma tabela dinâmica categorizando as faixas de ranking das universidades brasileiras e gerado um gráfico destes dados, conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 19 - Quantitativo de universidades brasileiras por faixa de ranking

Faixa de Ranking	Quantidade de Universidades
201-250	1
351-400	1
501-600	2
601-800	13
Total Geral	17

Fonte: THE, 2016

Gráfico 13 - Quantitativos de universidades brasileiras por faixa de ranking, segundo a THE em 2016.



Fonte: THE, 2016

As melhores universidades brasileiras segundo o ranking da THE são a Universidade de São Paulo (USP) posicionada na faixa 201-250, seguida pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na faixa de 351-400 e Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), ambas na faixa de 501-600. Todas as outras 13 instituições brasileiras estão posicionadas na última faixa de 601-800.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a estrutura organizacional da UFBA, identificamos a existência de um setor dedicado a apoiar a internacionalização, ligado diretamente ao Gabinete da Reitoria, denominado Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI). Esta assessoria apoia as unidades, departamentos e pesquisadores a estabelecer acordos de cooperação internacional com outras universidades estrangeiras. Ao analisarmos mais detalhadamente como se dá este apoio, constatamos de forma mais evidente que a cooperação se dá, de fato, nos programas de pós-graduação, sobretudo em iniciativas individuais ou de grupos de pesquisa, confirmando um dos pressupostos adotados nesta pesquisa. A própria universidade demonstra estar ciente desta questão ao reconhecer no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2012 a 2016 que:

(...) o diagnóstico do que vem sendo feito historicamente na UFBA indica que as relações internacionais, fruto dos convênios firmados com instituições parceiras, precisam migrar de um território ainda marcado pelo pesquisador e seu grupo para um panorama no qual sejam observadas as múltiplas e diferenciadas vocações de discentes, docentes e técnicos. (UFBA, 2012, p. 37)

Todavia, deve-se registrar a participação institucional da UFBA em algumas redes de cooperação internacional, que viabilizam a mobilidade acadêmica dos estudantes desta universidade.

A quantidade e diversidade de convênios internacionais existentes sugerem um nível de maturidade diferenciado. Todavia, detectamos que a gestão destes convênios fica a cargo dos proponentes que originaram tal acordo. Isto pode dar margem à existência de convênios em desuso, apesar de ainda ativos.

Outro aspecto considerado positivo foi a existência de processos bem definidos para elaboração de acordos de cooperação internacional, bem como de criação de convênios de co-tutela. Ambos estão disponibilizados no site da AAI.

O comprometimento institucional com o tema em questão não deve ser analisado tão somente pela forma como a universidade está estruturada, mas também pelas intenções estratégicas registradas em documentos oficiais. O PDI da UFBA deixa claro o quanto importante e estratégico a internacionalização é, para esta universidade.

Da forma como a UFBA está estruturada, entendemos que ela possui características tanto de modelo periférico quanto do modelo central. Identifica-se com o modelo periférico, pois a internacionalização é presente em apenas alguns setores da universidade ou programas específicos de pós-graduação. Além disto, não identificamos a representação da AAI nos diversos comitês existentes nesta universidade, o que nos diz, a princípio, que o envolvimento do tema na prática não é tão intenso quanto poderia. Contudo, também possui características de um modelo central, pois a internacionalização é padronizada, visto os processos existentes e os modelos de documentos disponibilizados; e planejada, visto o Plano de Desenvolvimento Institucional, que registra objetivos e diretrizes, contemplando com alguma ênfase o aspecto da internacionalização.

Em relação à iniciativa, a UFBA se enquadra melhor como modelo predominantemente passivo. Percebe-se que a grande maioria das oportunidades de mobilidade acadêmica que são divulgadas na comunidade são, em geral, iniciativas externas de países com programas estrangeiros que ofertam vagas para cursos no exterior. Nestes casos, a UFBA limita-se a responder a estes estímulos. Contudo, não se pode deixar de perceber algumas iniciativas como o programa PDSE, ainda que não sejam locais.

A mobilidade acadêmica é um aspecto fundamental na compreensão da internacionalização de qualquer universidade. Por meio dela é possível a criação de redes internacionais de pesquisa, estreitando laços entre pesquisadores e alunos de diferentes países e propiciando futuros acordos de cooperação internacional. Também possibilita aos alunos e professores a vivência externa com outras culturas e línguas enriquecendo indiretamente a instituição de origem ao agregar esta bagagem. Por fim, e não restrito a isto, a mobilidade acadêmica pode ser uma oportunidade para pesquisadores de um modo geral, sejam eles estudante ou docentes, de terem contato com tecnologias de ponta que de outra forma não teriam como conhecer. Isto traz ganhos imensuráveis uma vez que possibilita a criação de novos núcleos, centros e laboratórios técnicos com áreas de conhecimento até então inexploradas no país de origem.

Ao analisar os dados sobre a mobilidade acadêmica da UFBA, coletados ao longo desta pesquisa, chegamos a algumas constatações.

A evolução do total de alunos estrangeiros matriculados na UFBA tem sido constantemente positiva, sendo que entre 2014 e 2015 houve um crescimento de aproximadamente 23%. Todavia, o quantitativo anual ainda é muito baixo se comparado com outras instituições do mundo. Desde 2010 foram contabilizados 39 países com alunos

matriculados na UFBA. Apesar de haver uma boa diversidade de países estrangeiros, o quantitativo médio é de apenas 7,22 alunos por país. O grande destaque é a Colômbia que teve 67 representantes em 2015. Para efeito de comparação, o segundo colocado, Itália, tinha apenas 18 representantes. A América Latina representou aproximadamente 60% de todos os estrangeiros, seguidos da Europa com 21% e África com 8%. A distribuição destes alunos estrangeiros em relação aos cursos foi homogênea e diversificada nos 53 programas analisados.

Em se tratando de mobilidade acadêmica, ao longo desta pesquisa foram destacados o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC) e o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Ambos não podem ser considerados como iniciativas institucionais, portanto, apesar de serem fundamentais para a intensificação da internacionalização, estes não podem ser considerados como internacionalização ativa. Se considerarmos do ponto de vista nacional, o PDSE, ainda que de forma tímida, pode ser considerado como uma iniciativa de internacionalização ativa, uma vez que possibilita direcionamento da mobilidade acadêmica segundo interesses próprios e planejamento interno.

Ao analisar isoladamente os números dos dois programas, percebe-se que o PAEC ainda é bastante incipiente, contando com um total de apenas 26 bolsistas estrangeiros em 2016. Apesar disto, nota-se o esforço do crescimento anual deste programa que contribui para a integração dos povos da América Latina. Colômbia destaca-se novamente com 9 participantes em 2016, mais que o dobro do segundo colocado, Venezuela.

Já o programa PDSE representa um impacto maior com 72 bolsistas contemplados em 2015. Os países mais procurados pelos estudantes da UFBA em 2015 foram respectivamente França, Portugal e Estados Unidos. Registra-se aqui o declínio do número de bolsas entre 2014 e 2015 de quase 22,6%.

Em relação ao cenário externo, após análises num contexto regional, nacional e internacional foram feitas as seguintes considerações:

Ao comparar a UFBA com as demais instituições de ensino do estado da Bahia, percebe-se um grande distanciamento da quantidade de bolsas CNPq e CAPES. Uma vez que os dados foram disponibilizados de forma cumulativa, o peso da tradição, tempo de existência e o fato de se tratar de uma universidade federal fez com que a soma de todas as outras instituições chegasse a pouco mais da metade do que a UFBA sozinha conseguiu. Além disto, verificou-se que várias instituições analisadas ainda eram relativamente recentes se

comparadas à UFBA. De toda forma, a pouca contribuição das outras instituições federais, estaduais e privadas da Bahia, pode ter contribuído desfavoravelmente no comparativo da Bahia com outros estados que possuem várias universidades com destaque.

O comparativo geral de bolsas disponibilizadas por região mostra uma absoluta liderança do Sudeste com quase 57% de todas as bolsas disponibilizadas. Em seguida aparece a região Sul com 23%. Esta pesquisa teve a preocupação de tentar relativizar estes dados com a população de cada região, todavia, enquanto que a população da região Sudeste é aproximadamente 51% mais populosa que a Nordeste, a quantidade de bolsas é quase 330% maior que as concedidas à região Nordeste. Também destaca-se a região Sul, uma vez que ela recebeu aproximadamente 73% de bolsas a mais do que a região nordeste, apesar da população nordestina ser quase 94% maior do que a do Sul. Ao analisar o comparativo de bolsas contempladas entre os estados brasileiros, constata-se que a Bahia ocupa a décima colocação, atrás de vários estados do sul e sudeste. Dos nove estados acima da Bahia, apenas três possuem uma população maior que a baiana. Se considerarmos apenas os estados nordestinos, a UFBA ocuparia a terceira colocação, atrás de Pernambuco e Ceará. Estes dados indicam uma desproporcionalidade só explicada pelo diferencial de desenvolvimento econômico regional. Ao incluirmos os dados da participação dos PIB's estaduais nesta análise, verificamos um indicador que melhor se aproxima da distribuição de bolsas por estado. Ainda assim, a diferença nas proporções é considerável. Como exemplo podemos citar Minas Gerais que tem um PIB 142% maior que o da Bahia e possui aproximadamente 435% mais bolsas que este estado. Outro exemplo é o caso de Pernambuco que, apesar de ter um PIB 32% menor que o da Bahia, possuiu aproximadamente 21% mais bolsas que este estado. Apesar de não ser objeto de estudo desta pesquisa, dois aspectos podem ajudar a explicar a distribuição de bolsas no país: fatores políticos e quantidade e maturidade de universidades existentes em cada estado.

Do ponto de vista internacional, tomou-se como referência o ranking da *Times Higher Education* para fazer um comparativo entre as instituições de ensino superior no mundo. Após analisar o ranking das 200 melhores universidades, constatou-se que nem a UFBA nem qualquer universidade brasileira esteve presente. Também foi feito uma análise das 200 universidades mais internacionalizadas do mundo. Novamente não houve representante brasileiro. Ao investigar a colocação das universidades brasileiras no ranking das 800 melhores, verificou-se que houve 17 representantes brasileiras, sendo uma delas a UFBA. Entre as brasileiras, as duas primeiras foram USP (201-250) e Unicamp (351-400), do estado

de São Paulo, seguidas de UFRJ e PUC-RJ (ambas 501-600) do estado do Rio de Janeiro. As outras 13, dentre elas a UFBA, situaram-se na última faixa do ranking da THE (601-800).

Se considerarmos que o Brasil é uma das dez maiores economias do mundo, o fato de não ter um representante entre as duzentas melhores universidades não pode ser considerado como algo positivo.

Entende-se que o posicionamento de instituições em um *ranking* não é algo que deva ser levado em consideração de forma isolada, mas sim como uma tentativa de sistematizar variáveis com o intuito de efetuar comparações sobre instituições complexas com peculiaridades próprias. Contudo, o posicionamento das universidades brasileiras no ranking da THE merece uma atenção. Uma série de fatores que dificultam a internacionalização podem ser comuns às instituições brasileiras de ensino superior, o que explicaria este cenário desfavorável.

A língua falada no país é um destes fatores que podem impactar decisivamente no contexto da internacionalização. A escolha dos países de destino para efetivação da mobilidade acadêmica pode ser impactada em função da língua falada no país de origem. Da mesma forma, o interesse na vinda de estudantes estrangeiros pode ser seriamente influenciado pelo mesmo motivo. No caso do Brasil, é sabido que a língua portuguesa não figura entre as mais faladas do mundo. Isto poderia ser minimizado, caso as universidades brasileiras oferecessem aulas em inglês, como já acontece em diversas universidades em todo mundo onde os países não possuem o inglês como língua oficial. Pode-se citar a Arábia Saudita, Emirados Árabes e Macau¹¹ como exemplos de países que figuram ao menos com 1 representante na lista das 200 universidades mais internacionalizadas e que não têm a língua inglesa como a oficial.

Apesar de carecer de um estudo específico, uma vez que não há dados centralizados a respeito, esta pesquisa entende, ainda que empiricamente, que a quantidade de aulas ofertadas na UFBA em inglês é insignificante.

O fator geográfico é outro aspecto que também pode influenciar na internacionalização. A distância entre as universidades brasileiras e os principais centros acadêmicos no mundo, sobretudo na Europa, China e EUA podem dificultar a logística e os custos de viagem dos estudantes que pretendem estudar aqui. É claro que este fator pode

¹¹ No ranking da THE, Macau foi considerado como país onde se situa a University of Macau.

ser vencido com alguma facilidade, dependendo da tradição e importância global que esta instituição possua.

Isto fica mais evidente ao saber que muitas das melhores universidades brasileiras estão situadas em estados que não possuem fronteiras com outros países. Não é demais notar que o Brasil é o único país do continente americano que fala a língua portuguesa.

Outro fator que impacta de forma generalizada a internacionalização são as políticas do ensino superior brasileiro. Nos últimos anos a abertura e acesso ao nível superior tem sido priorizado em detrimento a outros aspectos como a própria internacionalização. De fato, não faria sentido em priorizar a criação e financiamento de vagas para estudantes estrangeiros, enquanto parte da população brasileira estivesse alijada do ensino superior.

Por fim, entende-se que as universidades brasileiras, da forma como são organizadas, possuem um alto grau de dependência das políticas de governo e de Estado. Os programas para promoção de envio de estudantes brasileiros para o exterior, bem como programas para atração de estudantes estrangeiros são patrocinados pelo Estado, o que acaba acarretando em pouca margem de manobra das gestões internas das universidades brasileiras. A atração de pesquisadores internacionais renomados que poderiam fazer a diferença na projeção e no desenvolvimento de pesquisas de ponta nacionais também é comprometida pelo enrijecimento das regras para estabelecimento de estrangeiros no Brasil.

Todas as dificuldades citadas podem ser vencidas ou minimizadas, na medida em que as universidades brasileiras caminhem no sentido de se tornarem mais renomadas e reconhecidas internacionalmente pela excelência em pelo menos algumas áreas de atuação.

A internacionalização em hipótese alguma deve ser entendida como fim ou objetivo principal a ser atingido. Da mesma forma, um excelente posicionamento num respeitável ranking internacional não garantirá um ensino e produção acadêmica de qualidade. Todavia, a internacionalização pode ser considerada como uma estratégia ou meio interessante para evolução desta qualidade, na medida em que um reconhecimento internacional poderia: abrir as portas para parcerias com instituições internacionais de excelência, viabilizar convites para participação de acordos bilaterais ou redes internacionais de pesquisa, bem como despertar o interesse de estudantes estrangeiros e de pesquisadores renomados para estudar ou mesmo atuar na instituição. Isto poderia ocasionar em um ciclo virtuoso que, este sim, contribuiria no aumento da qualidade do ensino das nossas universidades.

REFERÊNCIAS

AAI. **A AAI**. Disponível em: <<https://aai.ufba.br/pt-br/aai>>. Acesso em: 20 de Março de 2016.

_____. **Universidades Parceiras**. Disponível em < <https://aai.ufba.br/pt-br/universidades-conveniadas>>. Acesso em 2015b.

AMORIM, C. Política Externa Brasileira: Reflexão e Ação. In: MARCOVITCH, Jaques (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994.

BARTELL, M. **Internationalization of universities: A university culture-based framework**. Higher Education. Manitoba, Winnipeg, 2003, p. 37-52.

BOAVENTURA, E. **A Construção da Universidade Baiana. Objetivos, Missões e Afrodescendência**. Salvador: Edufba, 2009.

BRASIL. **Ciência sem Fronteiras: O que é**. Disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em 16 de dezembro de 2014.

_____, Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação, Coordenação de Cooperação Recebida Bilateral. **Manual para a Formulação de Projetos de Cooperação. Série de Publicações Técnicas**, vol. 1, Brasília, ago. 1990a.

_____, Ministério da Educação, CAPES. **História e Missão**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

_____, Ministério da Educação, CAPES. **Plano de ação da CAPES para expansão da formação de estudantes de pós-graduação, graduação e docentes no exterior**. Brasília: CAPES, MEC, 2011.

BROVETTO, J. **International cooperation in higher education. Higher education in the XXI century: view of Latin America and the Caribbean**, Unesco, 1998.

CHERMANN, L. P. **Cooperação Internacional e Universidade: uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: Educ, 1999.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica – O Ensino Superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **A Universidade Reformada – O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. **A Universidade Temporã**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UNESP, 2007.

DIDRIKSSON, A. **Reformulación de la cooperación internacional en la educación superior de América Latina y el Caribe**, 2005. Disponível em:

<<http://biblioteca.uahurtado.cl/ujah/Reduc/pdf/pdf/8190.pdf>>. Acesso em 03 de março de 2016.

ESPOSITO, J. L. **The Oxford Dictionary of Islam**, 2003. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=E324pQEEQQcC&printsec=frontcover&vq=859&hl=pt-BR#v=onepage&q=859&f=false>>. Acesso em 2014b.

FÁVERO, M. de L. de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

_____. **Universidade e Poder. Análise Crítica / Fundamentos Históricos (1930-45)**. 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FILIPPETTI, A. **Action extérieure de l'État rayonnement culturel et scientifique**. France: Assemblée Nationale, n. 277, 2007. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/13/pdf/budget/plf2008/a0277-ti.pdf>>. Acesso em 13 de março de 2016.

GODOY, C. K.; MELLO, R. B. de; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

KNIGHT, J. **Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux**. In: OCDE. *L'enseignement supérieur en Amérique latine: la dimension internationale*. Paris: Organization de Coopération et de Développement Économique, 2005.

KRAYCHETE, Elsa. O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. **Cad. CRH**, Salvador, v.25, n.65 Salvador. maio/agosto, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200005>, Acesso em 2014b.

LAUS, S. P. **A Internacionalização da Educação Superior: Um Estudo de Caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012, 331 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/sonia_pereira_tese_final.pdf>. Acesso em 2015a.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. A. O Sistema de Educação Superior Mundial: Entre a Internacionalização Ativa e Passiva. **Avaliação**, Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3.pdf>> Acesso em 2015b.

LUBISCO, N. M. L; VIEIRA, S. C. **Manual de Estilo Acadêmico: Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 5 ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARCOVITCH, J. Competição, Cooperação e Competitividade. In **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. **Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic**. **Higher Education**. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands, v.43, 2002.

MARMOLEJO, F.; WILDAVSKY, B.; DOUGLASS, J. **A internacionalização das universidades vista por três especialistas estrangeiros** [Dezembro. 2010]. Entrevistador: Rachel Bueno e Tatiana Fávaro. Campinas, 2010. Entrevista concedida ao Jornal da Unicamp. Disponível em <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/a-internacionalizacao-das-universidades-vista-por-tres-especialistas-estrangeiros>>. Acesso em 2015a.

MOACYR, P. A. **Instrução e o Império. Subsídios para a história da educação no Brasil: 1854-1889**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, v. 2.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da Educação Superior. In: MOROSINI, M. C. Ed. **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. v. 2. Glossário. Brasília: Inep, 2006.

_____. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil: Análises a partir do censo de 2005**. Belém do Pará: Ed. UFPA, 2008.

_____. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.

NEDDERMEYER, D.M. A Política de Formação de Recursos Humanos no Exterior da CAPES: A Visão de Quem Entende do Assunto. **INFOCAPES – Boletim Informativo**, Brasília, v. 10, n. 3, julho/setembro, 2002.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais à preservação de uma instituição educacional. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, jan/jun 2007.

POLO, E.; VASCONCELLOS, E. Estrutura Organizacional para Projetos de Cooperação Internacional. In: MARCOVITCFH, Jacques (Org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de História**. Passo Fundo: UPF, 2005.

SCHWARTZMAN, S. A Universidade Primeira do Brasil: Entre Intelligentsia, Padrão Internacional e Inclusão Social. **Estudos Avançados**, v.20, n. 56, p.161-189, jan./apr. 2006,

_____. Nacionalismo versus internacionalismo en las políticas de formación de recursos humanos de alto nivel. In: AUPETIT, Sylvie Didou; GÉRARD, Etienne (eds.). **Fuga de cerebros, movilidad académica, redes científicas. Perspectivas latinoamericanas**. México: IESALC-CINVESTAUIRD, 2009. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org/ve/dmdocuments/observatorios/movilidad/fuga.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

SIERRA, F. C. **Función y Sentido de la Entrevista Cualitativa en Investigación Social**. México: Prentice Hall, 1998.

SPAGNOLO, F. **Assessment of Graduate Programmes: The Brazilian Case**. 1989. Tese (Doutorado) - SPRU/ University of Sussex, 1989 .

THE. **Top 200 most international universities in the world 2016**. Disponível em

<<https://www.timeshighereducation.com/features/200-most-international-universities-world-2016>>. Acesso em 12 de maio de 2016.

_____. **World University Rankings 2015-2016.** Disponível em <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2016/world-ranking#!/page/0/length/-1/sort_by/rank_label/sort_order/asc/cols/rank_only>. Acesso em 12 de maio de 2016.

_____. **World University Rankings 2015-2016: methodology.** Disponível em <<https://www.timeshighereducation.com/news/ranking-methodology-2016>>. Acesso em 28 de maio de 2016.

TRINDADE, H. Brasil. Pensadores y Forjadores de Universidades creadas a partir de la independência. In: GUADILLA C. G. **Pensadores y Forjadores de Universidades Latinoamericana.** (Ed). Serie Pensamiento Universitario Latinoamericano, UNESCO/Iesalc, Cendes, Caracas, 2008.

UFBA. **Organograma da UFBA.** Disponível em <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Organograma_UFBA_2015_novo.pdf>. Acesso em 02 de março de 2016.

_____. **PDI UFBA – Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2016.

_____. **Resolução nº 01/06 da Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa.** Disponível em <<https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2001.20060001.pdf>>. Acesso em 28 de março de 2016.

_____. **UFBA em Números – 2015.** Disponível em <<https://www.ufba.br/noticias/ufba-em-n%C3%BAmeros-2015-j%C3%A1-est%C3%A1-dispon%C3%ADvel>>. Acesso em 17 de maio de 2016.

UNESCO. **Education Strategy 2014–2021.** Paris: UNESCO, 2014.

_____. **Global Flow of Tertiary-Level Students.** Disponível em <<http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/international-student-flow-viz.aspx#sthash.kni4SxSC.dpuf>> . Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

VALLES, Miguel S.. **Técnicas Cualitativas de Investigación Social: Reflexión Metodológica y Práctica Profesional.** Madrid: Ed. Síntesis Sociología, 1997.

VASCONCELOS, E.; POLO E. F. Estrutura Organizacional para Projetos de Cooperação Internacional. In: MARCOVITCH, Jaques (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão.** São Paulo: Edusp, 1994.

VERGARA, S. C. **Métodos de Coleta de Dados no Campo.** São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

VILLANOVA, J. (Org.). **Universidade do Brasil.** Rio de Janeiro: Serviços dos Países S.A., 1948.

VILELA, E. **O diálogo e a cooperação entre as Universidades do MERCOSUL**. Itajaí: UNIVALI, 1994, p.16.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.